



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA – SOL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGSOL

ANTONIO AURÉLIO CARVALHO LISBOA

**FUNDAMENTOS E SUBSTÂNCIA DA REPRODUÇÃO
DEPENDENTE NO BRASIL: UMA APROXIMAÇÃO
HISTÓRICO-CRÍTICA**

Orientador: Professor Dr. Stefan Fornos Klein

Brasília – DF
2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA – SOL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGSOL

ANTONIO AURÉLIO CARVALHO LISBOA

**FUNDAMENTOS E SUBSTÂNCIA DA REPRODUÇÃO DEPENDENTE
NO BRASIL: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICO-CRÍTICA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Stefan Fornos Klein

Brasília – DF
2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo autor

Cp LISBOA, Antonio Aurélio Carvalho
Fundamentos e substância da reprodução dependente no
Brasil: uma aproximação histórico-crítica / Antonio
Aurélio Carvalho Lisboa; orientador: Stefan Fornos
Klein. -- Brasília, 2021. 100 p.

Dissertação (Mestrado - Sociedade e Transformação) -
- Universidade de Brasília, 2021.

1. Título. Fundamentos e substância da reprodução
dependente no Brasil: uma aproximação histórico-crítica.
palavras chave: capitalismo; dependência;
desenvolvimento; escravidão; Brasil. Orientador: Prof.
Dr. Stefan Klein.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO DE NÍVEL SUPERIOR EM SOCIOLOGIA

Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Sociais (ICS), da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Sociologia.

**FUNDAMENTOS E SUBSTÂNCIA DA REPRODUÇÃO DEPENDENTE NO BRASIL:
UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICO-CRÍTICA**

ANTONIO AURÉLIO CARVALHO LISBOA

Avaliado por:

Prof. Dr. Stefan Fornos Klein
Orientador
(SOL/UnB)

Prof^a Dr^a. Marisa Silva Amaral
(UFU)

Prof. Dr. Sergio Barreira de Faria Tavoraro
(SOL/UnB)

Brasília – DF, 2021.

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

O acaso da vida me concedeu a sorte de esbarrar e trazer para perto da minha caminhada pessoas com a qual tenho a mais alta estima. Sem vocês essa pesquisa não seria possível.

Ao Sr. Arnaldo, meu exemplo de seriedade.

Ao mestre, amigo e camarada Newton Gomes, cujo senso de justiça me faz levantar e seguir em frente todo santo dia. À Luisa, camarada que, como ninguém, partilha das minhas dores, alegrias e sonhos. À Joyce Marra, pelo sorriso com o qual conduz a vida e pela força que não me deixa desistir.

Ao Stefan, meu orientador, pelo rigor científico e responsabilidade com a qual participou de todo processo de escrita.

À professora Marisa Amaral, por te aceite o convite de compor a banca e pela disponibilidade e abertura ao diálogo. Ao professor Raphael Seabra, pelas valorosas contribuições na banca de qualificação.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de mestrado.

Aos professores e professoras Edson Farias, Lilia Tavolaro, Haydee Caruso, Sadi Dal Rosso e Henyo Barretto pelas aulas, ensinamentos e conselhos que certamente me conduziram até aqui.

Ao professor Sérgio Tavolaro, pela maestria com a qual guiou aqueles meus primeiros contatos com o pensamento social brasileiro, sempre lançando mais dúvidas do que certezas — aberto e paciente para ouvir inquietações dentro e, principalmente, fora da sala de aula.

Ao professor Antônio Carlos Mazzeo, pelos valorosos comentários e indicações bibliográficas que certamente potencializaram os resultados desta pesquisa.

À Waléria Costa, camarada cuja delicadeza e rigor científico contribuíram direta e indiretamente neste trabalho acadêmico. Ao Bruno Lisboa, ilustre intelectual cujo pensar criativo e a elegante paixão pelo conhecimento me motivaram em todos os momentos desta dissertação. Ao Allefy Matheus, camarada conterrâneo, proeminente nome na luta pela renovação do marxismo no Brasil que, literalmente, me socorreu em todos os momentos da presente dissertação. Ao Dmitry Galvão e ao William Melo, irmãos do peito para todos os

momentos! Aos colegas de profissão, Manuela Leda, Laís Fortes, Jordhanna Cavalcante, Flávio Borges, Antonio Cecílio, Raquel Lassalvia, Thiago Rodrigues, Samuel Nogueira, Davi Perez, Caio Gomes. Aos amigos e amigas Paulo Ricardo, Rafael Almeida, Anderson Tomaz, Jonas Amaral, Gutto Oliveira, Júlio César, Rafaela Cristina, João Alvim e Edilma Marra. Amigos que, sempre salvando, abriram minha cabeça em todo o processo de escrita.

Por fim, agradeço ao Jorge, aquele que guarda a doçura de quem se foi. Guarda também a força que me impulsiona a questionar a razão da ordem e a função do progresso.

Divido com todos vocês os possíveis méritos da presente dissertação. Ficam por minha conta todas as falhas, erros e lacunas que só o tempo e o árduo trabalho de enriquecimento cultural podem ajudar a corrigir.

O capitalismo dependente é um monstro, mas um monstro lógico.

Ruy Mauro Marini. *El subimperialismo brasileño.*

Quando a lua alumia o terreiro, o major desce da montaria. Santo Jorge virou padroeiro, tem seu quadro em cada acadimia. É que pra se acabar cativo, nos terreiro do chão da Bahia, Santo Jorge é que foi o primeiro, Capoeira de Santa Maria.

Paulo César Pinheiro, *Capoeira de Besouro - Toque de Santa Maria.*

RESUMO

A presente dissertação de mestrado tem por objeto de análise e interpretação o desenvolvimento do tipo dependente de capitalismo no Brasil. Reflete sobre o conteúdo específico dessa forma de desenvolvimento, isto é, suas razões e funções contraditórias. Para tanto, o exame se coloca como objetivo principal a delimitação dos fundamentos coloniais, mobilizando a categoria totalidade concreta de modo a evidenciar e investigar aspectos modernos da relação capital mercantil/colônia escravista. Em sua unidade, tais fundamentos fornecem o eixo e os alicerces da transferência de valor e da superexploração da força de trabalho, aspectos substantivos do desenvolvimento capitalista de tipo dependente. Nessa perspectiva, a discussão se encaminha ancorada no método de Marx e na crítica da economia política latino-americana, elaborando uma análise categorial e interpretativa da superexploração da força de trabalho e da transferência de excedente. Em específico, objetiva-se distinguir e examinar padrões de reprodução no desenvolvimento capitalista dependente, uma maneira de averiguar a singularidade do conteúdo específico que se apresenta na condição econômico-social de dependência. Por fim, a dissertação retoma e confronta aspectos do processo histórico com vistas a compreender e criticar a racionalidade e a funcionalidade presentes no desenvolvimento capitalista no Brasil.

Palavras-chave: capitalismo; dependência; desenvolvimento; escravidão; Brasil.

ABSTRACT

The present master thesis has as its object the analysis and interpretation of dependent capitalism in Brazil. It reflects upon the specific content of this form of development, i. e., its contradictory reasons and functions. Hereto the main goal is to point out the colonial fundaments, mobilizing the category of concrete totality, in order to express and investigate modern aspects of the relation between merchant capital and slave colony. Through its unity, these fundaments offer the axis and foundations of the transfer of value and superexploration of labor force, substantive aspects of the dependent capitalist development. Under this perspective, the discussion is based upon the method of Marx and the Latin American critique of political economy, elaborating a categorial and interpretive analysis of the superexploration of labor force and excess transference. In particular, one aims to distinguish and examine reproduction patterns of dependent capitalist development, a manner of evaluating the singularity of the specific content presented in the social-economic condition of development. Last but not least, the thesis takes up and confronts aspects of the historical process to understand and criticize the rationality and functionality presenting themselves throughout capitalist development in Brazil.

Keywords: capitalism; dependency; development; slavery; Brazil.

Sumário

Introdução.....	12
Capítulo 1 – A morfologia da dependência brasileira.....	18
1.1 Considerações iniciais sobre a análise acerca do desenvolvimento socioeconômico	19
1.2 Totalidade concreta e desenvolvimento do particular	26
1.3 O fundamento colonial-escravista e o caminho brasileiro para a dependência	35
1.4 A metamorfose dos elementos coloniais	51
Capítulo 2 – Aspectos substantivos da condição de dependência no Brasil	57
2.1 A transferência de valor	59
2.2 A superexploração da força de trabalho no Brasil	63
Capítulo 3 – Aspectos da reprodução dependente no Brasil	73
3.1 – A substância em movimento: o padrão primário-exportador no Brasil.....	76
3.2 A substância em movimento: padrão de reprodução industrializante no Brasil	85
Considerações finais.....	90
Referências bibliográficas	94

Introdução

*com licença do Curiandamba,
com licença do Curiacuca,
com licença do Sinhô Moço,
com licença do Dono de Terra.*

Clementina de Jesus, *O canto dos escravos.
Canto I.*

No seu escopo mais amplo, que transcende o objeto e a problemática contida nesta dissertação, a presente pesquisa buscou, de forma preliminar, contribuir teoricamente para a fortuna crítica de renovação e reconstrução do método de Marx. Esse processo foi iniciado nos anos 1960, e que parte do entendimento de que o resgate crítico do pensamento desse autor, em especial a noção de historicidade dos fenômenos sociais, as categorias de totalidade concreta/particularidade histórica e a dinâmica de lutas de classes, atualmente ainda oferece um rico instrumental analítico e interpretativo da realidade social moderna e suas expressões contemporâneas. No Brasil, avalia-se que, dentre outras, a teoria marxista da dependência e a teoria social contidas nas obras de Netto (2011) e Konder (2020) constituem parte significativa dessa renovação que vem se desenvolvendo a nível mundial.

Em correspondência com essa visão de mundo, a análise científica conferida na presente dissertação em momento algum camufla o conteúdo político contido em seu corpo. Todavia, o cientista social que nela empreende seus esforços profissionais distingue a produção teórica da atividade política: essa, forjada e tecida por convicções, aquela, a produção teórica, constituída e permeada por incessantes dúvidas, perguntas e questionamentos.

A dissertação toma como *objeto* de investigação o desenvolvimento do tipo dependente de capitalismo no Brasil. Para tanto, o exame lançou mão, inicialmente, do instrumental analítico proporcionado pela macrosociologia (FERNANDES, 1970) e pela ontologia materialista (LUKÁCS, 2013), no intuito de conferir uma observação que privilegia a análise sobre o sentido e o significado da processualidade capitalista no Brasil, exame esse que só poderia se feito a partir de um olhar sobre sua unidade, diversa no tempo e desigual no espaço.

No seu processo de desenvolvimento capitalista, marcado e singularizado pela condição histórica de dependência, a economia e a sociedade brasileiras apresentam certas

feições e dinamismos que elucidam nossa problemática. Ao nos debruçarmos sobre um processo marcado por descontinuidades e, novamente, apresentando-se de forma desigual no tempo e no território brasileiro, encontramos uma economia nacional com (i) destacados índices de crescimento econômico no período em que sua atividade econômica se singularizava pelo predomínio da produção primário-exportadora de baixa capacidade produtiva do trabalho (ABREU e LAGO, 2014); (ii) logrando, com relativo êxito, a dinamização do seu mercado interno no decorrer do século XX, ao mesmo tempo em que internalizava e/ou concebia instrumentos tecnológicos que potencializavam a capacidade produtiva do trabalho. Nesse mesmo século, (iii) quando se comparam (DELFIN NETTO, 2005) seus níveis de crescimento econômico com o crescimento da economia mundial e/ou o crescimento de outros Estados nacionais, suas taxas se assemelham e figuram entre as maiores do período, ao lado de nações como o Japão e a Alemanha, por exemplo. Na segunda metade do século XX (iv) também se destaca (MARQUES, 2010), no interior da economia nacional, a germinação e consolidação de um mercado financeiro com relativa consistência, amparado pelo desenvolvimento de uma moderna estrutura jurídica e político-administrativa. Nesse itinerário de quase duzentos anos, (v) também se desenvolveu um processo de internacionalização da burguesia brasileira, elite essa que passou a promover investimento direto no exterior, fornecer crédito para fora do país e a exportar mercadorias processadas com média e, por vezes, com alta complexidade tecnológica (SPOSITO E SANTOS, 2012).

Em resumo, considerando a desigualdade no tempo e no espaço nacional, três características básicas do desenvolvimento capitalista podem ser observadas no processo histórico brasileiro: (i) nessa economia e sociedade o valor (o capital) tem se valorizado sem maiores constrangimentos; (ii) há um aumento relativo, mas constante, na internalização dos instrumentos tecnológicos que possibilitam a elevação da capacidade produtiva do trabalho; e, sem dúvida, (iii) é possível mensurar um contínuo processo interno de concentração e centralização de capitais.

De outro ângulo, na perspectiva que contempla a condição da imensa maioria de sujeitos que trabalham para viver e sobrevivem da venda de determinado tempo da sua força de trabalho, aqueles que não dispõem dos atributos que fornece a propriedade de capitais, essa sucessão de ciclos de crescimento econômico e dinamização da economia brasileira tem conquistado outro sentido e significado.

Caio Prado Jr. (2015), na década de 1940, relata que se deslocar 100 quilômetros em direção ao interior do país significava encontrar uma *situação de vida* que fornecia as

condições e possibilidades do Brasil recém emancipado, era voltar cem anos no passado. Hoje, no entanto, se nos deslocarmos de 20 a 30 quilômetros do centro da cidade de São Paulo em direção ao extremo sul da cidade, ou se nos afastarmos os mesmos 30 quilômetros do centro da cidade de Brasília em direção às ocupações do Sol Nascente, extensão anexa à cidade satélite – hoje região administrativa – de Ceilândia, encontraremos uma *situação de vida* similar às condições que forneciam o desenvolvimento capitalista no Brasil da década de 1920. Entre outros fatores destacam-se: (i) uma irregularidade na distribuição de energia elétrica, (ii) uma completa ausência de saneamento básico e (iii) sujeitos reproduzindo sua força de trabalho com um salário abaixo do mínimo que corresponde a suas necessidades básicas. Essas condições que indicam um Brasil de cem anos atrás, em um deslocamento três vezes menor em relação ao que foi percebido por Caio Prado. O que torna mais grave essa comparação é o aspecto quantitativo: o tamanho da população submetida às (im)possibilidades da modernidade no Brasil é assustadoramente maior.

Diante desse processo de desenvolvimento, considerou-se pouco atrativa a interpretação que julga a existência de duas realidades distintas. De outra perspectiva, as mais diversas variações do senso comum têm se unificado em torno da ideia segundo a qual os índices de distribuição de renda e desenvolvimento humano não têm acompanhado o ritmo de modernização do país. Todavia, ao se expor com evidências o real aumento da produtividade do trabalho internalizado no país e o nível de centralização de capitais que a economia nacional desenvolveu no último século, não deixa de ser notável sua capacidade de concorrer na dinâmica mundial com relativa agressividade, especialmente se levarmos em conta suas relações econômicas e diplomáticas com as ex-colônias do continente latino-americano e da África subsaariana. Nesse mesmo desenvolvimento, o país vem ampliando historicamente, em ritmo descontínuo, mas sempre de forma crescente, seus índices de concentração de renda e riqueza, alargando a vala que separa um enorme contingente populacional das possibilidades que o desenvolvimento [capitalista] proporciona em tese.

Nesse cenário, se estabelecermos um quadro comparativo entre as condições de existência e sobrevivência das classes que vivem sob antagonismo, não deixa de ser apreciável um campo de relativa deterioração nos ensejos e oportunidades de que os trabalhadores dispõem, apresentando-se até mesmo de forma absoluta nos momentos de crise. Uma forma de aumentar nosso grau de aproximação e, em nosso entender, proporcionar maior coerência ao estudo da problemática que se desenha, seria relacionar tal tipo de

desenvolvimento com a lógica mundial que confere existência e processualidade à economia brasileira.

Até porque, parece-nos que não há na história dessa economia qualquer dinâmica que esteja desvinculada *por completo* das elaborações políticas e tecnológicas que a contínua lógica de valorização de capitais tem impulsionado na época capitalista. Se abstrairmos por um momento do aspecto quantitativo, a intensidade, esse raciocínio se aplica, direta ou indiretamente, tanto ao ambiente socioeconômico fornecido pela Av. Brigadeiro Faria Lima, na São Paulo das primeiras décadas do século XXI, como também à vida social e à atividade produtiva que se desenvolve em meados do século XIX no Retiro da Boa Esperança, localizado ao noroeste da província do Piauí: o conteúdo material e simbólico da modernidade (no seu modelo ideal) está aberta ou remotamente presente e subordinando a vida e o desenvolvimento social do país.

Nas suas diversas modalidades de reprodução, o Brasil tem desenvolvido, diversificado e ampliado seu mercado capitalista tendo como ponto de partida a dinâmica de oferta externa de capitais e, ao mesmo tempo, tendo como espaço de consumo e realização dos capitais que aqui se valorizam, a dinâmica e a demanda estrangeiras. Nessa condição, o desenvolvimento necessita do impulso externo e se processa em função do externo. Uma situação de dependência que torna regular, na história desse país, um tipo predominante de produção e especulação de capitais que se desvinculam das necessidades do território e dos sujeitos que o habitam e nele se reproduzem. Como analisa Marini (1971), ainda que a industrialização se volte para dentro, seu impulso vem de fora e visa realizar e satisfazer os anseios de um capital que aqui se valoriza por intermédio de uma sociedade de consumo à moda da casa.

De forma alternativa e ainda mais “perversa” (NAKATANI e MARQUES, 2020, p. 7), mesmo que o capital na sua forma fictícia encontre condições internas favoráveis para especular sobre as relações de crédito contraídas pelos trabalhadores que possuem baixo poder de compra por conta de tal regularidade, alargando, assim, os índices de consumo e renda à moda da casa, preservam-se de forma expansiva as relações de superexploração da força de trabalho, realidade que fomenta o endividamento de uma acanhada renda familiar e, ao mesmo tempo, ao se atualizar de forma expansiva, produz uma sociedade de consumo que – ampliada pelo crédito rápido e fácil – ostenta bens de luxo artificiais e inautênticos. Assim, realiza parcialmente suas necessidades espirituais, mas ainda mantém de forma precária a satisfação de suas necessidades básicas, situação que nos parece reiterar a lógica de

reprodução que divorcia o sentido da valorização real e fictícia da satisfação e realização das necessidades humanas locais.

A atualidade de tal divórcio se assenta na crítica de que, gestada em meados dos anos 1970, a nova divisão internacional do trabalho não eliminou a histórica dependência brasileira, interpretação essa que o sociólogo e ex-presidente não se esqueceu de conferir (CARDOSO, 1980). No balanço da “soma e do resto”, título do livro que busca “um olhar sobre a vida aos 80 anos” do ilustre dono de terras, Cardoso abandona os conceitos de Weber e as categorias de Marx, e reitera nossa questão ao dizer que “a globalização [...] não levou a um mundo único [...] os pólos de poder são múltiplos e a emergência do sul reforça a diversidade de culturas” (CARDOSO, 2011, p. 102).

Na análise que visa atualizar o pensamento de Marx: ao se desenvolverem, os capitais que atuam no Brasil fortalecem os laços de dependência da economia nacional com os centros imperialistas e, ao mesmo tempo, ampliam o raio territorial de atuação do capital monopolista, constituindo sub-regiões que se fundamentam economicamente por práticas subimperialistas, cuja coordenação é brasileira (LUCE, 2012). Se havia um sentido na colonização (PRADO JR., 2015), esse nos parece ser o sentido do desenvolvimento que tomou a economia em bases nacionais, *um desenvolvimento agressivo* para com países de maior dependência e que se mostram funcionais para os capitais que aqui se desenvolvem de maneira associada e subordinada, alargando as possibilidades de valorização do valor em sua unidade.

Contudo, se esse é o sentido do desenvolvimento capitalista na economia dependente brasileira, qual seria o sentido desse mesmo desenvolvimento para aqueles sujeitos que o reproduzem, mas não portam capitais? Se a força de trabalho, ao criar valor, cumpre a função de valorizar capitais, conferindo sentido à existência de capitais e capitalistas, no caso das classes trabalhadoras estaríamos diante de vidas que se reproduzem sem significado próprio? Por princípio metodológico, nosso pressuposto é o de negar a falta de significado nas relações e dinâmicas que movem a vida moderna.

Nesse sentido nos questionamos e encaminhamos nossa problemática sobre o objeto aqui analisado: nas condições que fornecem a manutenção e a ampliação da situação histórica de dependência, em que consiste o *conteúdo* do desenvolvimento capitalista para os trabalhadores no país dependente? Se as (im)possibilidades que derivam do baixo poder aquisitivo nos revelam uma situação de vida em condições qualificadas, pela literatura, como “atrasadas” e “subdesenvolvidas”, ou seja, indicam a *aparência* do fenômeno social, o estudo

que aqui apresentamos investigar a substância – isto é, o *conteúdo* que o desenvolvimento capitalista confere ao território nacional e a sua população trabalhadora.

Nossa hipótese inicial indica que o desenvolvimento capitalista no Brasil tem apresentado e expandido historicamente um conteúdo com aspectos regressivos, condensando na formação social brasileira características regressivas contidas e inerentes à lógica da reprodução capitalista em sua unidade.

Capítulo 1 – A morfologia da dependência brasileira

A história econômica do Brasil constitui um violento processo de acumulação e expropriação da riqueza produzida pelo seu povo. Fundamenta-se como uma expressão particular do desenvolvimento geral da sociedade burguesa. Ante a negação da luta de classes, pensamos ser mais frutífero para a análise científica da realidade social interpretar o que vem se desenvolvendo, seus fundamentos, tendências de reprodução e as consequências práticas para a classe trabalhadora no Brasil, bem como indagar o porquê de ser ou estar sendo assim.

A economia brasileira possui algumas determinações¹ próprias, articuladas com a dinâmica de reprodução do capital a nível global que, por seu turno, é constituída e coordenada por certa legalidade² objetiva. Neste capítulo pretende-se, inicialmente, discutir brevemente o *modo* como a literatura hegemônica vem lidando com a análise acerca do desenvolvimento econômico, em especial o desenvolvimento dos países dependentes. Buscamos, sobretudo, interpretar como os conceitos de progresso e desenvolvimento podem ou não ser incorporados ao instrumental analítico usado na construção de um exame racional

¹ Na presente dissertação, atribui-se para o termo determinação o seu sentido ontológico, o qual pode ser conceituado como “o ato de precisar um objeto mediante a delimitação”. Ao interpretar Spinoza, Ferrater Mora estabelece que “a determinação constitui um procedimento de negação que, ao se determinar um objeto se excluem todas as notas que não pertencem a ele” (MORA, 2001, p. 418). Nesse sentido, a determinação equivale tão somente “a *de-finição* na qual se constitui uma fixação de limites”, de modo que “representa um determinado juízo que responde a perguntas sobre o *ser* de um objeto [...] a determinação como delimitação expressa *uma* das formas de captação racionalista da realidade [...] um momento de captação do real, mas não sua forma única e última” (MORA, 2001, p. 419). Exclui-se, assim, de antemão, qualquer ligação do termo com a noção de “determinismo”, “doutrina segundo a qual todos e cada um dos acontecimentos da realidade estão submetidos a leis naturais”, cujo manejo pressupõe “o vínculo com uma concepção mecânico-universalista do real [...] um sistema fechado [...] implicando necessariamente na eliminação do tempo histórico” (MORA, 2001, p. 420). Em nosso entendimento, as determinações, por exemplo, da existência, da matéria, da história colonial, da condição de dependência e da economia mundial relacionam-se ao respectivo complexo de complexos, ou seja, a respectiva totalidade a qual pertence cada um dos exemplos citados; (LUKÁCS, 2014). Assim, Marx assegura que “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas *determinações*” (MARX, 2012, p. 84). Desse modo, à/ao pesquisadora/o não cabe *colocar* determinações no objeto de pesquisa, ao contrário, por intermédio do exercício de abstração o sujeito *capta* as determinações presentes na realidade estudada e, ao submeter essas à análise e interpretação pode conferir inteligibilidade as determinações que são próprias do objeto em questão (NETTO, 2011) “O intelecto *determina* e mantém firmemente as *determinações*” (HEGEL, 1990, p. 29).

² O princípio de que o modo de produção capitalista está regido por certa legalidade objetiva indica tão somente que esse regime de produção possui e expressa uma ordem imanente. Em sentido primário, uma lei ou, mais usualmente, um conjunto de leis de caráter obrigatório e, ao mesmo tempo, relativo. Por possuir uma legalidade de *características histórico-sociais* que se distinguem, certamente, das leis de ordem natural ou das que derivam da ética e da moral, este regime de produção está submetido aos nexos de *causalidade* e *acaso* que fornecem seu movimento *contraditório* de produção e reprodução efetivado pela atividade humana. Nesse sentido, há uma *tendência* da legalidade se expressar. Segundo Carcanholo, “as leis gerais de funcionamento do capitalismo em Marx não podem ser nunca confundidas com o sentido corriqueiro, pobre, de lei e causalidade no sentido determinístico, são sempre leis de tendência, que pressupõem a dialética causalidade-causalidade e a historicidade dos eventos (CARCANHOLO, 2013, p. 79).

sobre a economia brasileira, na apreciação dos fundamentos e condicionantes que *estruturam* e conferem *dinâmicas* ao objeto por nós problematizado.

Feito esse percurso inicial, a análise deste capítulo debruça-se sobre as categorias da *totalidade concreta* e da *particularidade histórica* adotadas no âmbito da presente dissertação. Nessa discussão, busca-se na abordagem ontológico-objetiva — em detrimento da acepção valorativa — uma maneira de compreender o desenrolar da história do ser social, em especial o desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Amparado por tal compreensão, o capítulo caminha para a análise e a interpretação das relações e processos que deram gênese à economia mundial capitalista, destacando, nessas relações, a preeminência das sociedades europeias na expansão mercantil-escravista e a conjugada exploração colonial. Não pretendemos recontar a história do movimento em sua multiplicidade de fatos e acontecimentos, mas sim propor uma análise dos principais fatores e processos que possibilitaram a emergência do Brasil enquanto formação histórica particular, destacando a simultaneidade e associação dos fatos que conduziram o desenvolvimento de um centro hegemônico a uma periferia global no âmbito da unidade capitalista. Por fim, desenvolvemos uma breve caracterização dos elementos moldados na gênese colonial-escravista, sublinhando os fundamentos socio-históricos sobre os quais repousa a condição de dependência.

1.1 Considerações iniciais sobre a análise acerca do desenvolvimento socioeconômico

No processo de desenvolvimento de uma sociedade, só se pode desenvolver aquilo que está contido no próprio ser daquela sociedade.

Álvaro Vieira Pinto, *A sociologia dos países subdesenvolvidos*.

Sob o confronto permanente com a vida material, foi a consciência do ser social que produziu a ideia segundo a qual os seres humanos podem ter um determinado controle sobre sua própria vida, que por intermédio de uma práxis orientada esse ser pode exercer transformações na natureza e na sua forma de sociabilidade, que ele pode pensar e agir influenciando os rumos do desenvolvimento social. Essa descoberta, relativamente recente, simboliza um progresso na sua existência e é causa e consequência da análise sobre a realidade que vive e da luta pela sobrevivência.

Na história que nos é passada, os teóricos do humanismo foram os primeiros a radicalizar esse ideal (HELLER, 1982). Seguindo as intuições deixadas pelos filósofos da Antiguidade que o período teocêntrico não conseguiu apagar³, o Renascimento promoveu um momento no qual “a vontade deixou de ser meramente contemplativa e separada da ação, o que supera qualitativamente a cegueira do fazer inconsciente” (PINASSI, 2009, p. 40).

Contudo, se a burguesia liberal que emergiu no bojo da ilustração, forjando-se como o sujeito histórico do desenvolvimento racionalmente orientado, foi capaz de mover a sua sociabilidade interiorana feudal para uma mundialização do viver em sociedade — criando a sociedade do capital —, foi ela também que conduziu a história para o estado atual, no qual os seres humanos parecem estar condenados à *reprodução eterna do presente* (MÉSZÁROS, 2011).

A epopeia revolucionária burguesa, processo iniciado politicamente na segunda metade do século XVIII, e do qual a Revolução Francesa representa momento fundamental, perdeu razão de ser no momento em que a burguesia se viu ameaçada pelo nascente proletariado. Em meados do século XIX, sob a hegemonia dos trabalhadores, as bandeiras de liberdade, fraternidade e, principalmente, a luta pela igualdade, colocaram a burguesia na posição de defesa e conservação da ordem recentemente criada para sua dominação. Tratava-se de “mitigar as contradições para salvaguardar a realidade existente” (PINASSI, 2009, p. 21).

Em meados do século XIX, Marx escrevia que o modo burguês de conceber o desenvolvimento já apontava que

a acumulação de capital [...] a acumulação de riqueza em um dos polos determina no polo oposto, no polo da classe que produz o seu próprio produto como capital, uma acumulação de miséria, de tormentos de trabalho de escravidão, de ignorância, de embrutecimento e de degradação moral (MARX, 1988, p. 201).

É nesse contexto de tragédia que o ideal de um desenvolvimento social racionalmente orientado se materializa em dois projetos societários diametralmente opostos, a saber: o de um desenvolvimento social voltado para a valorização do capital, baseado na propriedade privada da terra e dos meios de produção, e o projeto de desenvolvimento social dos e para os

³ Segundo Lukács, “Nas grandes lutas de classes que foram travadas em torno da liquidação da sociedade feudal, o modelo de democracia antiga desempenha um papel determinante nos escritos da vanguarda ideológica desde a Renascença [...] figura entre as maiores deficiências da historiografia do campo ideológico o fato de ainda não ter sido elaborada em lugar nenhum essa conexão entre a Renascença da Antiguidade e a luta da classe burguesa por sua libertação” (LUKÁCS, 2018b, p. 105). No campo da Ciência Política destacamos os recentes trabalhos de Antonio Carlos Mazzeo (2009, 2019) como tentativas de lastrear essa conexão.

trabalhadores, baseado na socialização dos recursos fundiários e dos meios de produção. Dentre outros fatores, essa disputa tornou-se condição suficiente para que os defensores do desenvolvimento burguês passassem a converter a razão em instrumento de apologia à ordem do capital, levando a teoria crítica do século XX a problematizar “não apenas a atividade, mas o *sentido* da ciência” (ADORNO e HORKHEIMER, 2006, p. 11).

A filosofia que, no século dezoito, apesar das fogueiras levantadas para os livros e as pessoas, infundia um medo mortal na infâmia, sob Bonaparte já passava para o lado desta. Finalmente, a escola apologética de Comte usurpou a sucessão dos enciclopedistas intransigentes e estendeu a mão a tudo aquilo contra o qual haviam se colocado. As metamorfoses da crítica na afirmação tampouco deixam incólume o conteúdo teórico, sua verdade volatiliza-se (ADORNO e HORKHEIMER, 2006, p.12).

Marx interpreta essa transfiguração na orientação científica como parte de um processo de decadência ideológica da burguesia⁴ (MARX, 2017). Destaca-se a íntima relação entre os desdobramentos dessa ideologia apologética com a eficiência da produção material, com a busca de respostas aos problemas colocados pelo desenvolvimento do capital. Como comenta a socióloga brasileira:

Pode-se dizer que a decadência ideológica foi a forma de sociabilidade instrumental e universal necessária ao desenvolvimento do capital, à formação do grande mercado mundial, ao nascimento das nacionalidades advindas do período das grandes e pequenas Revoluções Burguesas, radicais e passivas, clássicas, tardias e hipertardias, fase em que o capitalismo consolidava a positividade de sua dominação social (PINASSI, 2009, p. 16).

Esse modo de interpretar a decadência ideológica do regime burguês, associada à formação do mercado mundial e o desenvolvimento do regime capitalista em economias nacionais, nos parece terreno fértil para examinar a orientação que foi dada pela burguesia brasileira como resolução diante dos problemas do capitalismo no Brasil. Abordaremos esse tema ainda neste capítulo no debate sobre a gênese colonial. Por ora, cumpre apenas pontuar que as raízes (mas somente as raízes) do liberalismo brasileiro estão em Portugal, que a Revolução do Porto, de 1821, na qual a burguesia daquele país conservou a orientação mercantil-escravista em plena ascensão do capitalismo industrial, desempenha papel fundamental na formação inicial do ideário conservador e, por consequência, repressivo do Estado brasileiro, movido pela mentalidade de associação subordinada da classe dominante

⁴ O tema da decadência ideológica sob o prisma de Marx obteve amplo desenvolvimento no decorrer do século XX e XXI. Cf., entre outros autores, Netto (2011); Lukács (2020); Konder (2020).

local⁵. No entanto, o desdobramento da ideologia que alimenta o desenvolvimento dependente no Brasil está assentado nos contornos que a ciência ganhou após os acontecimentos que tomaram a Europa entre os anos de 1845 e 1848.

A marcha expansionista que o capitalismo vivenciou na segunda metade do século XIX, em especial após o processo de centralização de capital ocorrido com a crise da década de 1880 e que abriu a fase monopolista, não seria possível sem um conjunto de ideias racionalmente sistematizadas. Para o caso brasileiro encontra-se no positivismo, notadamente o francês, a expressão teórico-política que referendou a concepção segundo a qual o desenvolvimento social obedeceria a uma trajetória linear, cujo ponto de partida estava no estado em que o mundo se encontrava, imensamente diverso, e o ponto de chegada tinha como modelo a moderna sociedade europeia. O lema era *progresso* para negócios e *ordem* nas tribos e senzalas.

Esse movimento ideológico passaria por outras reconfigurações no século XX, em correspondência com as mudanças que a divisão internacional do trabalho veio a sofrer, provocadas, por sua vez, pelo avanço do capital monopolista em escala planetária. A metamorfose dessa ciência apologética nos é apresentada com o acréscimo do prefixo “neo” ao positivismo, mas, a bem da verdade, o novo revelou-se como uma simplificação ainda maior da ciência histórico social. No neopositivismo a exacerbada matematização do fenômeno social busca legitimar o *status* de neutralidade da ciência positiva, procedimento que acaba por desistoricizar o modo de produção⁶. Para Florestan Fernandes, “a nova sociologia da ordem, constituída sob o impacto direto ou indireto da polaridade dominação, sob o capitalismo maduro [...] extirpa a historicidade na interpretação do concreto e ignora as relações recíprocas entre *estrutura* e *história*” (FERNANDES, 1980, p. 69).

Nascidas em tais circunstâncias, as teorias da modernização reciclam a abordagem linear do desenvolvimento, “as etapas do desenvolvimento econômico” passam a ser determinadas por modelos teóricos construídos *a priori*, que não levam em conta a historicidade do desenvolvimento social. Todavia, se o sentido da ciência oficial é subsidiar

⁵ Como exemplo deste liberalismo que conserva a orientação mercantil-colonial é seminal a obra de Carlos Augusto Taunay, *Manual do agricultor brasileiro* de 1839. Largamente difundida no país, em seus primeiros anos de vida independente, o livro já em sua introdução indica que “entre todas as regiões do globo, talvez a mais apropriada à agricultura seja o Brasil [...] o Brasil é, por sua natureza, destinado a servir de empório a todos os povos” (TAUNAY, 2001, p. 33).

⁶ “A teoria do desenvolvimento se faz em capítulo da economia [...] isto é, com a exclusão da história propriamente, bem como do conjunto de fatores e circunstâncias específicas que entram na formação e caracterização de cada país em particular” (PRADO JR, 2001, p. 20). Ou, “fora da história a economia se reduz à lógica, a uma gnosiologia, que tanto são econômicas como físicas ou químicas” (RANGEL, 2005, p. 287).

teoricamente a ordem de reprodução e o desenvolvimento do capital em seu movimento de autoexpansão, esses modelos não só hegemonomizam os estudos que dão base analítica para “a peregrinação dos países ‘atrasados’, cuja história [durante os séculos XIX e XX] é a história da tentativa de alcançar o mundo mais avançado por meio da sua imitação” (HOBBSAWM, 1998, p. 15), mas também promovem com êxito a modernização dessas nações sem, no entanto, alterar a hierarquização da economia mundial; pelo contrário, cumprem a função de sedimentá-la por meio da naturalização.

A historização do processo que levou a burguesia a transitar do *status* de classe revolucionária para a posição de classe que conserva e promove a ampliação de um sistema de dominação nos possibilita interpretar que os conceitos de desenvolvimento e progresso, no âmbito da análise social, não fazem referência direta e restrita ao ideal de desenvolvimento capitalista. Na verdade, essa é uma forma de interpretá-los – forma essa que foi conferida pela burguesia no âmbito de sua proeminência no processo de institucionalização da ciência na época moderna.

A unidade histórica que liga imperialismo e dependência, o capitalismo (AMARAL, 2012), pode ser vista como parte do movimento de desenvolvimento do ser socialmente constituído, como parte da história da humanidade. O capitalismo, que possui dinâmica autoexpansiva, foi a forma encontrada pelo ser social (sob condições de extermínio e/ou dominação de uma imensa maioria de povos) de universalizar com uniformidade as relações sociais. Seria anacronismo de nossa parte entender a forma capitalista de produção como resultado necessário do desenvolvimento histórico. Contudo, na luta pela sobrevivência ela foi (reitera-se, baseada no saque e no extermínio) o modo que vingou vitorioso.

Longe de reproduzirmos qualquer perspectiva fundada no eurocentrismo, adota-se a perspectiva marxiana segundo a qual o progresso na vida social de forma geral vincula-se à concepção de que o ser social responde histórica, objetiva e positivamente às suas necessidades, em um eterno conflito consigo mesmo e o meio natural ao qual pertence (MARX, 2017).

Segundo Bonente (2011), são características desse progresso:

- a) o recuo das barreiras naturais, ou seja, a diminuição (mas nunca eliminação) do papel exercido pelo elemento puramente natural na reprodução da vida social, implicando uma crescente socialização da vida social;

- b) a crescente formação do gênero humano, ou seja, a crescente tomada de consciência dos indivíduos relativamente à sua identidade genérica bem como da singularidade individual.
- c) o aumento das forças produtivas do trabalho, incidindo diretamente na diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da vida social;

Desse modo, no âmbito desta dissertação, o desenvolvimento socioeconômico “é pensado no sentido ontológico-objetivo e não na aceção valorativa” (LUKÁCS, 2013, p. 178). Refere-se ao efeito da práxis humana que produz a capacidade de um “desenrolar” – essencialmente desigual –, das relações de produção, melhoramento das condições que fornecem as possibilidades de vida e reprodução do ser social.

Amparada por tal caracterização de desenvolvimento, nossa dissertação persegue, especificamente, a análise do desenvolvimento capitalista no Brasil, e busca, nas propriedades objetivas de funcionamento da produção capitalista e de reprodução da sociabilidade burguesa – a acumulação de capital –, um modo objetivo de interpretar o desenvolvimento⁷. Em outras palavras, busca-se, no desenrolar das tendências inerentes à processualidade capitalista, uma forma de averiguar a dinâmica de desenvolvimento desse modo de produção no Brasil.

São tendências da dinâmica de desenvolvimento capitalista:

- a) a subsunção do território, do Estado, da população à lógica de reprodução do capital, ou seja, converter expansivamente a reprodução da vida social em função da valorização do valor;
- b) o aumento da composição orgânica do capital;
- c) os processos de concentração e centralização de capital.

Sendo o Brasil uma formação social capitalista essas tendências norteiam nossa investigação sobre a gênese e a substância do desenvolvimento capitalista local, nelas estão exatamente o fio condutor que nos possibilita averiguar o desenvolvimento desse modo de produção no país. Pelo fato da economia brasileira objetivar tendências particulares de reprodução que estão fundamentadas na história de sua origem, a superexploração da força de trabalho e a transferência de valor, busca-se examinar e interpretar o caráter e a maneira como vêm se desenvolvendo essas tendências particulares e sua articulação funcional com a economia mundial.

⁷ Nas palavras de Werneck Vianna: “desenvolvimento é realizar algo que está contido no ser” (WERNECK VIANNA, 2009, p. 376).

1.2 Totalidade concreta e desenvolvimento do particular

É uma totalidade dinâmica – seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica

José Paulo Netto, *Introdução ao estudo do método de Marx*.

A condição de país dependente que particulariza historicamente o Brasil assinala a forma pela qual o capital produz e desenvolve seu processo de valorização, reproduzindo a acumulação de capital localmente e em funcionalidade com a totalidade do modo de produção. Qualifica também a situação do trabalhador que, em um país capitalista, reproduz a sua força de trabalho nos diversos momentos históricos alicerçado em condições que estão abaixo do *mínimo necessário* para a reprodução da vida humano-social.

Na imediaticidade cotidiana, para os indivíduos que estão sujeitos a essa formação histórica, criando e desenvolvendo relações de produção e sobrevivência sob circunstâncias “que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2011, p. 25), a situação histórica de dependência da economia nacional pode parecer-lhes uma realidade social total, permeia as mais diversas esferas da vida social, abarcando a totalidade e imprimindo as possibilidades do existir e reproduzir-se. A dependência é vista como resultado de uma espécie de incompletude nas transformações modernizantes, um eterno passo atrás na eliminação das relações e processos estranhos à sociabilidade moderna, situação sintetizada teoricamente pelo conceito de *capitalismo tardio*. Tal aparência está correta em certa medida, dado que o sentido da dependência incide e penetra no conjunto dos processos e relações sociais locais, que a realidade material e sócio-política confirma a presença e renovação de relações não-capitalistas no próprio desenvolvimento capitalista, e que não há dúvida de que o início das grandes transformações modernizantes (por exemplo, Lei de Terras, abolição do trabalho escravo, instituição de um sistema político republicano com estados federados, incremento do setor industrial na produção nacional) foi relativamente tardio.

Contudo, entendemos a economia nacional como uma parte estrutural de um todo maior e articulado – o modo de produção capitalista –, de modo que a forma de ser dependente da economia brasileira tão somente pode ser analisada cientificamente como algo específico de uma realidade diversa, porém unitária. Desse modo, destacamos a unidade na temporalidade do modo capitalista de produção, ou seja, o tempo histórico da totalidade é uno

e, em seu interior, desenrolam-se desigualmente economias nacionais em função da reprodução de um único modo de produção, historicamente determinado, de caráter auto-expansivo, cuja mola propulsora está na valorização do valor pela exploração da força de trabalho.

No pensamento de Marx a compreensão racional de qualquer fato particular só é possível no interior da análise da respectiva totalidade concreta; concreta por estar em curso de desenvolvimento e autocriação. Como interpreta o filósofo tcheco:

Um fenômeno social só é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo, em recíproca conexão e mediação da parte com o todo [...] a particularidade define a si mesma e define o todo, é produto e produtora [...] os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade. Do mesmo modo, o todo de que não foram diferenciados e determinados os momentos é um todo abstrato e vazio (KOSIK, 1985, p. 49).

O real é aquilo que não se vê. Em Marx, assim como no pensamento de Hegel, “só a totalidade é verdadeira” (MANDEL, 1985, p. 8). Dessa forma, no âmbito da presente dissertação consideramos insuficiente a análise que compreende a economia nacional como um sistema delimitado em si mesmo. Busca-se o caminho contrário, a saber: compreender o fenômeno da dependência como um momento de um todo, momento esse definidor de si mesmo e do todo no qual repousa sua existência, produto e, ao mesmo tempo, produtor da economia mundial capitalista⁸.

Em nossa investigação sobre a historicidade e os elementos substantivos do desenvolvimento capitalista no Brasil, interpreta-se a categoria de totalidade concreta não apenas como um recurso metodológico de apropriação da realidade social, tampouco se limita tal categoria a um princípio epistemológico, mas, antes, entende-se por economia mundial a unidade do real. Nesse sentido, buscamos interpretar a posição e a funcionalidade da economia dependente brasileira na reprodução da unidade da sociabilidade burguesa, que é diversa por natureza⁹. Logo, analisa-se o movimento recíproco “do todo para as partes e das partes para o todo” (KOFILER, 2010, p. 57), “da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade” (KOSIK, 1985, p. 44). Procede-se assim por entendermos que a economia mundial cria-se a si mesma na relação com as economias nacionais, que essas só podem ser racionalmente compreendidas como fatos de um todo dialético, como partes estruturais do todo, particularidades sem as quais não haveria existência do conjunto. Em

⁸ “O particular revela e exprime o universal, porque o sintetiza” (WAIZBORT, 2009, p. 414).

⁹ “Toda realidade concreta é particular e em cada particularidade está presente todo o universo” (RANGEL, 2005, p. 293).

síntese, o percurso socio-histórico pelo qual se formou a economia dependente brasileira conecta-se com a formação e o sentido da economia mundial capitalista, suas características substanciais, a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho, estão atadas com a razão de ser¹⁰ do modo de produção; isto é, há uma funcionalidade no desenvolvimento da economia dependente.

Ser é movimento. É estar em constante transformação, ou seja, um complexo social processual que se reproduz processualmente (LUKÁCS, 2013). Significa reproduzir a si mesmo em constante regulação interna e externa. Nesse sentido, é pressuposto de nossa investigação que a condição de país dependente não abarque características perpétuas e algum movimento uniforme concebidos previamente, seja por esquemas lógicos ou por relações pré-adquiridas.

Nossa análise circunscreve a categoria de economia nacional dependente no marco de relações sociais capitalistas, pressupondo o caráter historicamente determinado e transitório desse tipo particular de sociabilidade. Nas palavras de Marx:

A análise científica do modo capitalista de produção demonstra [...] que ele é um modo de produção de tipo particular, especificamente definido pelo desenvolvimento histórico; que, do mesmo modo que qualquer outro modo de produção determinado, ele pressupõe [...] formas de desenvolvimento como sua condição histórica [...] que as relações de produção correspondentes a este específico modo de produção, historicamente determinado (relações nas quais os homens penetram em seu processo de vida social, na criação de sua vida social), tem um caráter específico, histórico e transitório (MARX, 1986, p. 414).

¹⁰ A complexidade e a variedade de relações sociais que a dinâmica capitalista tem proporcionado em seu processo de desenvolvimento constituem, sem dúvida, algo que singulariza a época Moderna. Da mesma forma, nesse modo de produção, a busca ininterrupta pelo relativo aumento da capacidade produtiva do trabalho, a orientação para a criação de mecanismos que aceleram a rotação do capital e a dinâmica de auto-expansão que enseja uma dilatação das relações capitalistas no espaço global, tem favorecido o surgimento de uma profusão de reflexões e sentimentos sobre o sentido, sobre a “razão de ser” e do viver em sociedade no regime capitalista. Analisando historicamente essa ordem social, questões como a satisfação das necessidades humanas, a distribuição da riqueza, a preservação da natureza, entre outras, indicam uma clara e nítida *irracionalidade* da socialização delimitada pelo capitalismo. Se analisarmos os reflexos do trabalho alienado e do individualismo-egocêntrico presente na contemporaneidade (ROUANET, 1998) talvez se torne inequívoca a constatação de uma irracionalidade que desenvolve uma socialidade cada vez mais enferma e insalubre. Ainda assim, há quem busque uma razão no conteúdo dessas incongruências (MARX, 1986; MARINI, 2005; NAKATANI e MARQUES, 2020). O exame da presente dissertação filia-se à teoria social que interpreta o abismo civilizatório para o qual caminham as sociedades modernas como produto da lógica e dinâmica *racional* de valorização da riqueza socialmente referendada, a valorização do capital. “Este é o objetivo fundamental e *razão de existência* do capital” e da sociedade na qual ele se personifica (NAKATANI e MARQUES, 2020, p. 14). Nesse mesmo método de análise, compreendemos a sociabilidade colonial estabelecida no território americano no período anterior à constituição dos Estados nacionais como produto da dinâmica das relações criadas pelo mercantilismo-escravista, cujo caráter ilógico e incongruente de certas relações sociais se explica e se racionaliza quando analisado no âmbito da sua coerência com a valorização do capital comercial, dominante naquela época histórica (FURTADO, 2006; PRADO JR., 2011; RIBEIRO, 2013).

Particular sob o prisma do desenvolvimento histórico do ser social, da totalidade das relações que conformam a condição histórica brasileira: assim compreendemos o modo de produção capitalista. A busca por uma interpretação dialética da dependência, que capte os aspectos substantivos os quais singularizam a particularidade histórica brasileira, e que permanecem no desenrolar de sua reprodução particular, demanda ter em mente o caráter preponderante das múltiplas determinações do todo¹¹, ou seja, o sentido da particularidade brasileira encontra fundamento na reprodução da totalidade à qual pertence.

Dessa forma, não só a gênese do capitalismo no Brasil, como o seu próprio desenvolvimento estão atados à gênese e ao desenvolvimento desse modo de produção que possui, por sua vez, tendências de reprodução, decadência e desaparecimento. “Assim, as partes e o todo constituem-se reciprocamente, modificando-se no mesmo processo que se formam” (IANNI, 1989, p. 94).

O Brasil, nação formalmente independente e com espaço territorial reconhecido internacionalmente, estrutura-se como particularidade histórica no âmbito do modo de produção capitalista no início do século XIX. O país, em uma perspectiva histórica ampla, surge como resultado do desenvolvimento das relações mercantis das sociedades europeias, como produto histórico da expansão comercial gerada pela desagregação do modo de produção feudal na Europa¹². Na verdade, o próprio capitalismo expressa uma forma de vida em sociedade cujas relações mercantis possuem padrão altamente desenvolvido (CARCANHOLO, 2011). Assim, ele também é resultado, dentre outros fatores, do mercantilismo europeu colonial-escravista. Nesse prisma, a sociedade brasileira, que nasce nas vísceras do processo que conduziu à mecanização da produção na Inglaterra e, por isso, ligada comercialmente a esse país desde seu princípio, é moderna por excelência. Pertence

¹¹ Encontra-se na obra de Lukács sobre a reprodução do ser social advertência equivalente: “a partir dessas interações se desdobra o processo de reprodução do respectivo complexo total, e isso de tal modo que os complexos parciais, por serem – ainda que relativamente – autônomos, também se reproduzem, mas em todos esses processos *a reprodução da respectiva totalidade compõe o momento predominante* nesse sistema múltiplo de interações” (LUKÁCS, 2013, p. 162).

¹² “Não tivemos todo o passado da Europa, mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente” (FERNANDES, 2020, p. 37).

historicamente ao lado avesso¹³ da modernidade, lado no qual se compartilham as dores, mas se carece das realizações¹⁴.

O debate travado no decorrer do século XX sobre a caracterização da estrutura socioeconômica criada pela colonização portuguesa no território americano e as continuidades desse sistema após a emancipação política de 1822 tornou-se um clássico do pensamento social no Brasil. O acúmulo teórico que o passar do tempo transmite e a própria expansão das relações capitalistas no país nos proporciona tecer alguns comentários sobre essa questão tão discutida e de fundamental importância para o desenvolvimento de nossa investigação. Segundo Leandro Konder (2010), no livro *A derrota da dialética*, o germe da ideia segundo a qual o Brasil teria um passado feudal remonta aos escritos da historiografia ibérica do século XIX. As interpretações de Oliveira Vianna (1952), Nestor Duarte (1939), Alberto Torres (1982), e Capistrano de Abreu (2000) expressam o peso que a teoria de um “passado feudal” teve na intelectualidade brasileira no início do século XX.

Mesmo um autor como Gilberto Freyre, apesar de revelar a originalidade da sociedade lusitana e de apontar seu ‘burguesismo precoce’, com a predominância do capital comercial na colonização, acentua que no Brasil, dadas as especificidades do processo de ocupação territorial, os portugueses sofreram uma refração séria, retrocedendo em sua colônia americana, em pleno século XVI, à era feudal (MAZZEO, 2015, p. 116).

Essa forma de interpretar nosso passado, que seleciona e prioriza certos aspectos jurídicos e algumas expressões de dominação política na organização colonial para determinar o sentido feudal de toda a estrutura, também encontra respaldo em parte significativa da análise marxista do período, com Octávio Brandão (2019) e Alberto Passos Guimarães (1981) figurando entre os teóricos mais destacados. Kaysel (2012), que produziu uma consistente pesquisa sobre o florescimento do marxismo no Brasil no século XX, ao fazer um percurso analítico sobre os documentos e teses do *Komintern*, principalmente os resultantes do VI Congresso de 1928, associa não somente a influência decisiva da III Internacional Comunista na intelectualidade marxista brasileira, mas também interpreta o teor eclético-positivista que

¹³ Com outro prisma, a ideia “de ‘retratos não-modelares’ da própria modernidade” (TAVOLARO, 2017, p. 129 – aspas do autor), nos parece fecunda para pensar não somente o avesso da modernidade, mas também indagar sobre os limites e ilusões que, presentes e exacerbados no avesso, representam o conteúdo possível da época moderna. Assim, o avesso, o “Novo Mundo” nos trópicos ao questionar ideias clássicas e “modelares”, estaria dotado de capacidade para pensar, refletir e conceber de forma clássica [sem aspas], instrumentos e mecanismos não-modelares que envolva a sociabilidade de uma sociedade que se apresenta cada vez mais global e mundializada?

¹⁴ “Numa palavra, e para sintetizar o panorama da sociedade colonial: incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos” (PRADO JR., 2015, p. 378).

teria influenciado o marxismo ao final do século XIX, agregando as concepções de Comte, Spencer e Lassalle ao arsenal teórico de Marx e Engels.

Caio Prado Jr. (2015), por sua vez, tem sido criticado pela sua postura de, no afã de censurar a ideia de “relações feudais” no processo de colonização portuguesa, conferir ênfase genérica às relações de circulação mercantil e, assim, ter um pressuposto para determinar a existência de relações capitalistas desde o início da colonização. Para Coutinho (2012), trata-se de um desvio circulacionista na obra do autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*, desvio no qual as relações de circulação mercantil exercem maior influência na análise em detrimento das relações de produção. Em nosso entendimento, houve uma continuidade desse prisma na obra de João Manuel Cardoso de Mello (1982).

Sob esse aspecto a obra de Caio Prado Jr. é criticada por Saes (1982) e Cardoso (1979). Fortemente embasados pelos escritos de Althusser e Poulantzas, os dois autores procuraram argumentar a existência de “outro modo de produção” para caracterizar as relações de produção do período colonial e do império-escravista instituído após a independência de 1822, expondo como principal conclusão a ausência de relações de trabalho assalariado e a consequente inexistência de um mercado interno tipicamente capitalista. Autores como Gorender (1978), Moura (2013) e o próprio Novais (2019), reconhecidamente um dos maiores continuadores da obra de Caio Prado Jr., também sedimentam a ideia de um “outro modo de produção”, a despeito de não declararem filiação althusseriana. Para Cardoso e Saes há um agigantamento na leitura de Caio Prado Jr. sobre o papel exercido pelo capital mercantil metropolitano no processo de colonização. Em oposição, os autores conferem centralidade aos elementos endógenos, buscando na germinação e no desenvolvimento das relações mercantis no interior da colônia o nexos explicativo para o próprio rompimento da condição colonial.

Antes de analisar o problema em questão, nos parece pertinente pontuar que o método de análise adotado pelos dois autores, o privilégio das variáveis internas como força explicativa predominante, pode estar dentro, ou dando início, a um movimento intelectual mais amplo, e que ganha força acadêmica nos anos finais da década de 1970, habitualmente conhecido como o abandono das “grandes narrativas”¹⁵.

Em que pese toda crítica a Eric Williams, Caio Prado Jr. e, por extensão, à teoria da dependência, Ciro Cardoso e Jacob Gorender nunca negaram a relevância das abordagens estruturais para a análise dos processos sociais escravistas [...] De todo

¹⁵ Sobre o conteúdo filosófico presente na ideia de “abandono das grandes narrativas” pode-se conferir o pensamento de Lyotard (2000).

modo, pode-se afirmar que foi com Ciro Cardoso, no final dos anos 1970, que começou um dos dois descolamentos (o outro foi a nova história social da escravidão) que em pouco tempo contribuíram para sepultar [...] a validade da categoria capitalismo para conferir inteligibilidade à compreensão do nosso passado escravista [...] a agenda de pesquisa das duas décadas anteriores era coisa do passado (MARQUESE, 2012, p. 18).

Retomando a agenda de pesquisa do passado, em consonância com o método que buscamos argumentar nessa parte do capítulo e com os passos trilhados por Furtado (2008), Santos (1985), Ferlini (2002), Canabrava (2005) e Ricupero (2020), supomos que a determinação, no essencial, da proeminência do capital mercantil metropolitano na formação política, jurídica e moral da sociedade colonial, seja no seu setor produtivo ligado ao comércio externo ou no setor de subsistência e abastecimento das províncias, é condição necessária para a interpretação objetiva do passado colonial, seu desenvolvimento e suas consequências futuras. Isso posto, abre-se um leque de possibilidades para a análise das discontinuidades dessa hegemonia, para o exame da forma como esse capital age nos diferentes setores da economia colonial, para a interpretação das tensões que são gestadas com o surgimento do capital mercantil interno, principalmente após a dinâmica criada pela mineração, e para a mudança da relação direta entre o capital mercantil dos colonos com outras potências colonizadoras.

Ao interpretar o fenômeno dessa maneira, acolhe-se criticamente a leitura de Caio Prado Jr., Eric Williams e Sergio Bagú. Criticamente porque, de um lado, ponderamos a autonomia relativa do capital mercantil interno que vai se formando durante o período colonial e assume feições cada vez mais dinamizadoras durante o processo de decadência do regime. Exemplo expressivo desse movimento pode ser visto na produção de tabaco no recôncavo baiano que, no final do século XVIII, já comercializa aberta e legalmente com o estrangeiro (SANTOS, 1985), na acumulação de capital pelo setor pecuário que exporta e abastece a colônia (DA SILVA, 2002), mas, principalmente, na figura dos colonos-mercadores de escravos que surgem também no final do século XVIII como concorrentes do capital mercantil metropolitano (ALGRANTI, 2002). Contudo, em que pese todos os constrangimentos e vicissitudes do processo de colonização, em última instância, a relação de subordinação, razão de ser da colônia perante a metrópole, *impõe* como necessidade histórica a dominância do capital mercantil metropolitano em todos os poros da vida colonial.

De outro lado, na obra de Caio Prado Jr., a aplicação genérica do termo capitalismo, isto é, não acompanhada de uma especificação temporal detalhada e de uma distinção que exponha os saltos qualitativos entre o período mercantil-escravista e a era do capital

industrial, não nos parece um equívoco, mas sim uma lacuna deixada pelo autor, omissão essa possivelmente preenchida pelos esforços de Novais (2019), Santos (1985) e Mazzeo (2015). Obviamente, no campo teórico toda e qualquer brecha é caminho aberto para sínteses e conclusões equivocadas, mas também pode ser vista como uma abertura de possibilidades para o desenvolvimento e o aprofundamento do tema em questão.

A radicalidade da crítica feita às teorias que imputam um passado feudal ao Brasil tem como consequência reconhecer que, desde o século XIV, a Europa Ocidental passava por diversas transformações as quais, se não minavam por completo, produziam uma reorientação no interior do modo de produção que aquele continente vivenciava desde o século V. Temporalmente, o conjunto de relações criadas pelo sistema de colonização localiza-se na Época Moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa. Qualitativamente, o período mercantil-escravista vai se diferenciando do passado europeu pela ascensão do capital comercial, sua dinâmica de acumulação e reorganização político-institucional pautada pelas necessidades da burguesia mercantil. Período substantivamente diverso é aquele no qual a burguesia industrial assume o protagonismo e consolida um novo modo de produção baseado na exploração da força de trabalho, que unifica e molda a sociabilidade por completo. No entanto, no que concerne à etapa mercantil-escravista, nos parece válida a caracterização feita por Rubin (2014) de *capitalismo primevo*, fase de germinação do capitalismo propriamente dito. Analisado por esse prisma, o ponto de vista no qual a etapa mercantil-colonial refere-se ao nascedouro do capitalismo industrial, a unidade da totalidade adquire não só historicidade, mas também concretude contraditória e de desenvolvimento desigual.

A condição de colônia de exploração, gênese do capitalismo de tipo dependente no Brasil, historicamente particular, está inseparavelmente ligada, no tempo e no espaço, às mesmas relações econômicas e políticas que fizeram da França e Inglaterra as primeiras potências econômicas no capitalismo industrial. Em síntese, é o processo de acumulação originária capitalista que liga a história do desenvolvimento europeu à gênese da dependência no Brasil. Por conseguinte, encontra-se na unidade do processo de desenvolvimento do modo de produção uma possibilidade de interpretação das relações que possibilitaram a existência de uma economia global francamente desigual: num primeiro momento, colônias para a exploração mercantil-escravista; na contemporaneidade, por sua vez, nações dependentes cuja superexploração da força de trabalho e transferência de valor potencializam a valorização do capital industrial e fictício a nível global. Mais uma vez, a totalidade cria a si mesma e as partes criam a totalidade.

Assim, a forma como se desenvolve a particularidade brasileira, atrofiada e alargando os índices de miséria e pobreza, está casualmente determinando a dinâmica de centralização de poder e riqueza inerente ao modo de produção, ao passo que a forma como a economia mundial capitalista vem regredindo, supondo ser possível criar capital sem trabalho e sem trabalho excedente, tem como consequência o aprofundamento das relações de transferência de valor e superexploração da força de trabalho, isto é, uma renovação da condição de dependência.

1.3 O fundamento colonial-escravista e o caminho brasileiro para a dependência

O novo hemisfério deve um dia separar-se do antigo [...] tudo se encaminha para essa cisão, os progressos do mal num mundo e os progressos do bem no outro.

Abade Raynal, Uma história filosófica e política dos assentamentos e do comércio dos europeus nas Índias Orientais e Ocidentais.

Assim como na leitura de Marini (2011) e Fernandes (2020), compreendemos uma mudança qualitativa que nos leva a separar, concreta e analiticamente, o período de dominação colonial do atual regime de capitalismo dependente que vigora no Brasil. No entanto, há certos fundamentos que perpassam as duas formas de organização social, mesmo que transfigurados após a instituição formal de um Estado nacional soberano e politicamente independente. Esses fundamentos estão compreendidos no interior de questões mais amplas, a saber:

- a) a *exploração degradante* à qual o solo e a biodiversidade do Novo Mundo estão submetidos;
- b) a *exploração degradante* da força de trabalho no Brasil e na economia mundial;
- c) a conseqüente ausência de condições que possibilitem a garantia do direito a satisfação das necessidades humanas por parte do contingente de trabalhadores brasileiros;
- d) a transferência de riqueza material para fora do território brasileiro.

Na verdade, trata-se de componentes e fundamentos da organização social, política e econômica colonial que, ao persistirem na lenta e heterogênea desagregação do Império colonial, possuem a capacidade de singularizar e dinamizar funcionalmente a reprodução do desenvolvimento dependente. Evidentemente, são elementos que sofrem profunda mutação no decorrer do processo histórico, em especial após as transformações que o país obteve com a abolição do regime de trabalho escravo no final do século XIX e com o intenso processo de urbanização que marca o século XX (FERNANDES, 2020). Todavia, vincula-se aos objetivos deste capítulo a descrição e interpretação contextualizada destes elementos, a diferenciação dos fundamentos que experimentam maior grau de supressão, aqueles que mesmo em metamorfose se fortalecem, ou, ainda, aqueles elementos que ao se perpetuarem atuam como

suporte para adaptação da economia brasileira as condições de subordinação impostas pelo mercado mundial hierarquicamente estruturado.

Assim sendo, toma-se os três séculos de colonização portuguesa como o ponto de partida para a análise da dependência brasileira em face da economia mundial contemporânea. Nas palavras do historiador Fernando Novais, “embora seja um lugar-comum afirmar que o Brasil é fruto da colonização européia, nem sempre se levam na devida conta todas as implicações envolvidas nessa assertiva” (NOVAIS, 2011). Buscamos nesse “lugar-comum” os fundamentos socio-históricos da transferência de valor e da superexploração da força de trabalho, características substantivas da economia brasileira dependente. Em síntese, nossa hipótese é a de que, na ampliação da produção escravista e no interior da ordem social escravocrata do período correspondente, germinaram as características particulares do desenvolvimento capitalista no Brasil.

A estrutura e a dinâmica da colônia e do processo de colonização brasileiro concretamente representam uma unidade contraditória que se mantém em relativo equilíbrio dinâmico (FRANCO, 1997). Essa unidade se expressa no movimento de consolidação dessa sociedade e nas características que esse mesmo movimento vai deixando na história da economia e da sociedade brasileira. No conjunto, a colônia é diversamente desigual, no tempo e no espaço; nessa desigualdade que dinamiza o universo diverso de relações sociais e produtivas encontram-se certos denominadores comuns e regularidades que, ao mesmo tempo em que funcionalizam contraditoriamente a razão de ser da sociedade colonial, nos fornecem elementos sociológicos para analisar os fundamentos históricos da dependência.

De imediato, destaco quatro elementos que compõem esse raciocínio:

- 1) A orientação para a produção de mercadorias exportáveis, razão de ser da colônia de exploração e característica básica da economia colonial no Brasil. Indagamos de que modo essa orientação sofre alterações após o fim do estatuto colonial, período inegavelmente singularizado pela crescente dinamização da economia interna;
- 2) a questão da propriedade da terra; o modo extensivo e predatório da grande plantação. Com a formação de uma sociedade nacional verifica-se um movimento ascendente no padrão de concentração fundiária. Questiona-se sua ligação com o desenvolvimento das relações de dependência e sua tendência à degradação ambiental e à baixa capacidade de consumo das camadas trabalhadoras;
- 3) o papel e o modo como a instituição escravidão operou na produção mercantil (de caráter escravocrata ou não) e na organização de padrões de sociabilidade e

exploração entre proprietários de escravos, trabalhadores livres e trabalhadores escravizados. Por outro ângulo, em que dimensões atuam os elementos que derivam dessa instituição (a escravidão) na formação e no desenvolvimento das relações capital-trabalho na economia contemporânea capitalista;

- 4) por fim, mas não menos importante, a gênese e o desenvolvimento de uma elite colonial: uma classe dirigente interna que atua criativamente no processo de drenagem colonial, associando-se subordinadamente às cadeias de produção e distribuição mercantil concentrada da riqueza a nível mundial. Quais são as características desse tipo de classe dominante, formada no interior da colônia, que podem ter ligação com o processo de acumulação baseado em baixos níveis de produtividade do trabalho.

Esses quatro elementos atuam uns sobre os outros constituindo a colônia, o processo de colonização e também revelando aspectos centrais de características sociais do tempo histórico presente na sociedade brasileira, de modo que somente para fins de análise e de interpretação é possível separá-los. Buscamos destrinchar no conjunto desta dissertação a articulação e a dinâmica que reveste esses elementos no desenvolvimento capitalista no Brasil. No presente capítulo a análise se restringe aos fundamentos de germinação e aos processos de metamorfose pelos quais cada elemento passou no processo de consolidação do regime burguês no Brasil.

É consenso, na literatura específica sobre a transição do feudalismo na Europa Ocidental para o modo de produção capitalista, que a crise que se abateu naquele continente no século XII marca o início da deterioração do modo de produção feudal¹⁶. Para Dobb (1976) e Sweezy (1971), o crescimento demográfico observado no continente, em especial na Inglaterra, em contradição com a baixa produtividade da terra que a exploração do tipo feudal proporcionava, engendrou uma incapacidade de autorreprodução do feudalismo, nutrindo, assim, as condições para o desenvolvimento do comércio e a consecutiva expansão marítima, da qual a exploração do território americano é parte integrante.

Perry Anderson sintetiza:

O fator mais profundo dessa crise geral reside provavelmente, porém, no colapso dos mecanismos de reprodução do sistema num ponto limite de suas capacidades últimas. A população continuava a aumentar enquanto era cada vez menor a rentabilidade das terras marginais ainda suscetíveis de conversão em função do nível técnico existente, e os solos deterioravam-se devido aos erros de exploração e ao caráter fabril das atividades (ANDERSON, 1982, p. 221).

¹⁶ Ver, a respeito, Bloch (1982); Dobb (1976); Anderson (1982); Le Goff (1991).

Esse período de transição é conceituado pela historiografia econômica como a época do capital mercantil ou “capitalismo primevo” (RUBIN, 2014, p. 39), na qual se reconhecem duas fases. Num primeiro momento, entre os séculos XII e XIV, com o fim das Cruzadas na Idade Média tardia, o comércio se expandiu entre os países da Europa Ocidental e o Oriente, destacando-se o predomínio das cidades italianas de Gênova e Veneza no comércio com o Oriente. Interessa-nos, em especial, a fase do mercantilismo maduro, correspondente ao início da expansão comercial para o leste na Europa, rumo à Índia, e para o oeste, em direção à América, processos que se iniciam no final do século XV.

No mercantilismo maduro, por sua vez, particularizam-se momentos distintos que podem ser caracterizados da seguinte forma: uma etapa inicial nos séculos XV e XVI de formação e organização do sistema colonial cuja exclusividade da exploração pertence aos países ibéricos; a etapa propriamente concorrencial, que corresponde ao auge do período mercantil-escravista e que compreende desde o início do século XVII até meados do século XVIII; e, por último, o momento de crise e decadência do mercantilismo, em que a Guerra de Independência dos Estados Unidos, que se inicia em 1775, é momento fundamental (WILLIAMS, 2012).

O sistema colonial do mercantilismo expressa, em sua substância econômica, uma ampliação da economia de mercado, a criação de economias complementares extraeuropeias que exerciam o papel de retaguarda econômica da metrópole¹⁷. Nesse sentido, um centro de decisão (metrópole) e sua respectiva colônia subordinada constituem “relações através das quais se estabelece o quadro institucional para que a vida da metrópole seja dinamizada pelas atividades coloniais” (NOVAIS, 2019, p. 78). Ou, nas palavras do mesmo autor, “a acumulação de capital comercial e formação da burguesia mercantil são pois os dois lados do mesmo processo” (NOVAIS, 2019, p. 95).

A súbita expansão do mercado mundial [...] o fervor competitivo das nações européias em apoderar-se dos tesouros da América, o sistema colonial – todos contribuíram substancialmente para destruir os entraves feudais a produção (MARX, 1986, respectivamente pp. 332 e 334).

O trabalho compulsório, na forma escrava, cumpriu uma dupla função econômica no período colonial. De um lado, promoveu o barateamento dos custos de uma produção voltada à comercialização na Europa, expediente que alavancou a acumulação de capital

¹⁷ Assim o formula Leopoldo Waizbort: “é na colônia que se revela a verdade da metrópole – ou, por outras palavras, o ponto de vista da totalidade que engendra centro e periferia” (WAIZBORT, 2009, p. 410).

metropolitana, de outro, criou um mercado consumidor de escravos, as colônias de exploração. Visto pelas “boas almas” do momento como um anacronismo, o expediente que pertencia até então a um passado longínquo dos povos europeus, reaparece adquirindo contornos modernos, tornando-se, assim, funcional à ordem mercantil-colonial. Para Nelson Werneck Sodré, “os esforços para admitir [...] esse reaparecimento como reprodução exata do que ocorrera na antiguidade vem resultando infrutífero e conduzindo a conclusões errôneas” (SODRÉ, 1976, p. 74).

Retomamos a perspectiva anteriormente esboçada acerca da visão crítica de Caio Prado Jr:

A escravidão moderna, justificada moralmente aos olhos da sociedade européia por preceitos de ordem religiosa e preconceitos fundados numa suposta supremacia e universalidade judaico-cristã, a qual os povos submetidos ao trabalho escravo não depositavam crença, não se assemelha às formas e modalidades de trabalho que configuravam as sociedades européias antes do período feudal. Caio Prado toma a escravidão moderna implementada nas colônias americanas como recurso político e econômico com vistas ao rebaixamento do custo da mão-de-obra no processo de extração e produção de matérias-primas para comercialização (LISBOA, 2018, p. 8).

Nas palavras do autor,

Em vez de brotar, como a escravidão no mundo antigo, de todo o conjunto da vida social, material e moral, ela nada mais será que um recurso de oportunidade de que lançarão mão os países da Europa a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do Novo Mundo (PRADO JÚNIOR, 2011a, p. 286).

A escolha da pele negra¹⁸ como agente do trabalho compulsório talvez não seja bem uma escolha, optou-se pelo lucro, e o lucro vinha da comercialização. “Eis aí, portanto, a origem da escravidão negra. A razão foi econômica e não racial; não teve nada a ver com a cor da pele do trabalhador” (WILLIAMS, 2012, p. 34). O mesmo autor sublinha que a preservação e o aperfeiçoamento do tráfico em África se mantiveram como objeto central da política externa britânica até o final do século XVIII, levando à conclusão de que “a história do crescimento do tráfico escravo é basicamente a história do *desenvolvimento* de Liverpool (WILLIAMS, 2012, p. 68).

Em Bristol, por volta de 1730, calculava-se que o lucro sobre uma carga de mais ou menos 270 escravos, numa boa viagem, alcançaria de 7 mil a 8 mil libras [...] Em Liverpool, não eram raros os lucros de 100%, e houve uma viagem que teve lucro líquido de 300% [...] um autor setecentista calculou o valor de 303.737 escravos

¹⁸ “A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão [...] faz parte [o racismo] de uma ideologia que racionaliza e naturaliza uma ordem social e econômica existente” (WILLIAMS, 2012, p. 34).

transportados em 878 navios de Liverpool, entre 1783 e 1793, em mais de 15 milhões de libras esterlinas (WILLIAMS, 2012, p. 70 e 71).

Nesse ângulo, abre-se a perspectiva de que o comércio de escravos no período mercantilista é componente fundamental e decisório no processo de acumulação originária, possuindo certa autonomia relativa face ao processo produtivo nas colônias, que se baseiam no trabalho compulsório: “o comércio de escravos possui fim em si mesmo” (WILLIAMS, 2012, p. 34). Dessa forma, o trabalho escravo-forçado funda o início da era moderna no Brasil porque antes de ser produção, ele é realização. Realização da mercadoria *escravo*, mercadoria essa que responde por elevada porcentagem no fluxo de importações da colônia¹⁹; realização também da mercadoria cujo ramo de negócios, o tráfico negreiro, desenvolve em grande medida o capital mercantil. Anota-se o fato de que, em função do desenvolvimento do capital comercial europeu, em especial o inglês, uma ordem de sociabilidade escravocrata foi criada em todos os poros da colônia, mesmo que nesta haja trabalhadores livres em grande número e com crescimento exponencial.

O mercantilismo põe as bases para o mercado mundial, e o “sentido da colonização”, como bem expressou Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil contemporâneo* (2015), é comercial e exploratório, em uma palavra, representa elemento constitutivo da acumulação originária para formação do capitalismo industrial. Ou, na sentença de Bosi (1992), colonizar para o capitalismo. Mas não apenas para o desenvolvimento desse padrão civilizatório na Europa, como pontua o autor de *Revolução Burguesa no Brasil*, também “os móveis capitalistas do comportamento econômico foram introduzidos no Brasil juntamente com a colonização” (FERNANDES, 2020, p. 39).

Na acepção moderna da palavra, colonizar significa *explorar*, tendo como pré-requisito a ocupação do território, o povoamento e a valorização. A consagrada terminologia de Leroy-Beaulieu (1902) na qual se distingue, no interior do pacto colonial do mercantilismo, as *colônias de povoamento* das *colônias de exploração*, atribuindo às primeiras o papel de produção para o consumo interno da própria colônia ou exportação para mercados que não entrem em concorrência com sua respectiva metrópole, não cria choque analítico com a essência comercial e exploratória da colonização mercantilista, conforme procuramos argumentar nas páginas anteriores. Pelo contrário, as colônias de povoamento são parte integrante do sistema colonial como um todo e, por serem parte, apresentam

¹⁹ Furtado (2006) calcula que a importação da mercadoria escravo corresponde a uma média anual de 40% do montante total de produtos importados que ingressaram na colônia portuguesa do Novo Mundo.

singularidades, como é o caso, por exemplo, da Nova Inglaterra, inicialmente concebida com o intuito de resolver conflitos político-religiosos, mas não explicam o sentido funcional do conjunto, a expansão comercial e a acumulação de capital. “É a partir do sistema e, portanto, da exploração colonial que se pode entender o conjunto e, pois, também as colônias de povoamento, e não o contrário” (NOVAIS, 2019, p. 88). Ademais, a forma colônia de povoamento está entrelaçada direta ou indiretamente por relações do complexo laboral criado com o tráfico negreiro, componente fundamental da acumulação originária na Inglaterra.

A colonização portuguesa no território americano está estritamente orientada nos termos descritos acima, ou seja, no âmbito do desenvolvimento mercantil-escravista, cuja ampliação da economia de mercado funda-se na criação de economias complementares²⁰. Desse modo, a formação do mercado mundial capitalista constitui, por princípio, a formação de uma unidade desigual que se processa na dinâmica espoliativa e se estrutura na subordinação de fato e de direito. Enquanto colônia de Portugal, a liberdade de decidir o que produzir, como produzir e, principalmente, o ritmo da produção no território colonial pertence a Portugal. Em síntese, “o sistema colonial organizava-se, tanto legal e política, quanto fiscal e financeiramente, para drenar as riquezas de dentro para fora” (FERNANDES, 2020, p. 41).

O sentido específico da formação do capitalismo nos países de extração colonial, processado e desenvolvido durante os séculos de colonização europeia, adquire características próprias no desenrolar da dinâmica mercantilista. A concorrência pelo domínio do mercado mundial, a luta entre as nações europeias pelo lucro comercial do valor produzido no sistema colonial-escravista molda, em certa medida, particularidades na exploração colonial. A subordinação que Portugal adquiriu face aos ingleses no desenrolar da expansão comercial é fator essencial para a compreensão da genética de formação do capitalismo no Brasil.

No século XV a Inglaterra, potência primeira no desenvolvimento do capitalismo industrial, e nação com a qual o Brasil estabelece seus primeiros laços de dependência e transferência de valor no início do século XIX, “ainda era subdesenvolvida na agricultura e no comércio”, e em contraste com algumas outras nações europeias “foi relativamente tardia na busca por colônias e no desenvolvimento industrial” (RUBIN, 2014, p. 49). Exportadora de matérias-primas, com predomínio da lã, a produção desse país no século XV é

²⁰ “Colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais de grande importância [...] nossa economia se subordinará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros” (PRADO JR., 2011a, p. 123).

fundamentalmente a base para o incipiente desenvolvimento da indústria têxtil em Flandres, e padece com a hegemonia comercial dos mercadores da Liga Hanseática²¹.

Em situação diversa encontram-se Espanha e Portugal, nações que despontam na vanguarda da expansão comercial ultramar do século XV e fundam, por assim dizer, o moderno sistema de colonização do mercantilismo, organizando *vis à vis* o monopólio comercial e a base do tráfico negreiro. Até o final do século XVI essas duas nações desconhecem a concorrência comercial típica da era mercantilista (NOVAIS, 2019).

Contudo, se essas duas nações são responsáveis pela montagem primeira do moderno sistema de colonização, organizando e constituindo toda uma estrutura política que irá perdurar em sua essência até a crise final do mercantilismo na segunda metade do século XVIII, os maiores beneficiários da acumulação originária no decorrer da exploração colonial serão os reinos da França, da Holanda e, em especial, o da Inglaterra.

Ao longo de toda a fase do mercantilismo, a Europa vive intensos conflitos territoriais e problemas de sucessão dinástica, processos que estão inseparavelmente ligados às disputas pelos domínios coloniais e pela hegemonia da comercialização. A primazia comercial-militar espanhola fundava-se na unidade política dos Habsburgos de Áustria e Espanha (NOVAIS, 2019). Sob esse aspecto, a preponderância espanhola no domínio da comercialização ultramar é inaugurada com o acordo de paz Cateau-Cambrésis (1559), entendimento que pôs fim ao conflito entre o Reino da França, de um lado, e a Espanha e o Sacro Império Romano-Germânico, de outro. Essa hegemonia se consolida com a anexação do território português promovendo a União Peninsular em 1580.

A ligeira ascensão comercial logo é abalada com a derrota na guerra anglo-espanhola de 1585, conflito político-religioso cuja resolução trouxe vantagens econômicas para os ingleses, e segue perdendo força com a constituição das Províncias Unidas dos Países Baixos, unidade política independente que se separa na Coroa espanhola e tem na Holanda a principal força comercial. Tal movimento se liga diretamente à constituição, em 1602, da Companhia Holandesa das Índias Orientais, “empresa organizada com uma forma mais moderna e racional, apontando já para a sociedade de ações” (NOVAIS, 2019, p. 50). O Tratado de Pirineus (1659), que pôs fim ao conflito franco-espanhol introduzindo o monarca francês Luís XIV na dinastia dos Habsburgo, marca, de um lado, a centralidade dos franceses no controle do território europeu que se avolumava desde o desfecho da Guerra dos Cem Anos, em 1453,

²¹ “Os comerciantes hanseáticos possuíam uma grande fábrica em Londres; como eram os seus navios que transportavam mercadorias para dentro e para fora da Inglaterra, esta era impedida de desenvolver sua própria frota” (RUBIN, 2014, p. 49).

e de outro, a continuidade da inflexão do reino espanhol que se consolida com a efervescência de revoluções que encaminharam uma desagregação interna em seu território (restauração portuguesa, rebelião de Nápoles, guerra da Catalunha, conjuração de Andaluzia), comprometendo assim, definitivamente a supremacia política espanhola. Com a ascensão da França, e a histórica disputa desse país com os ingleses, a Espanha buscará se posicionar do lado francês como forma de manter sua dominação colonial nos territórios americanos.

No que diz respeito à hegemonia inicial de Portugal no comércio marítimo cabe destacar a precocidade e a singularidade da classe de comerciantes que ascende em Portugal já em meados do século XIV. Durante sete séculos (VII-XIII) parte do território que hoje corresponde ao Estado de Portugal esteve ocupado por mouros e judeus que expandiram seu domínio comercial, antes restrito ao norte da África, em direção à Península Ibérica. A presença moura imprimiu no decorrer desse período uma economia citadina, em detrimento da paralisia feudal presente em grande parte das outras nações europeias²².

A reconquista do território por parte dos portugueses no século XIII está fundada sobre um sistema econômico baseado no grande latifúndio. Contudo preserva-se, inicialmente, a presença dos mouros e judeus no território reconquistado garantindo-lhes, inclusive, “a igualdade de direitos²³ com as Ordenações Afonsinas de 1446, eliminando assim toda discriminação social” (FURTADO, 2000, p. 28). Por conseguinte, a burguesia mercantil que emerge no processo de reconquista encontra nos traços comerciais deixados pela ocupação moura um elemento de grande impulso para a expansão marítima e comercial em direção ao Oriente. O Estado Português, interpreta Furtado, “foi desde o início dirigido por uma classe social sem ligações com um passado feudal”, de modo que “a classe comercial tem os seus esforços expansionistas coordenados por um governo que se identificara completamente com ela” (FURTADO, 2000, p. 33). Em pouco tempo essa identificação iria se converter na preponderância das atividades mercantis pela Coroa portuguesa, introduzindo, assim, a figura do *fidalgo-mercador*, característica particular da formação burguesa em Portugal (FURTADO, 2000; NOVAIS, 2019, PRADO JR, 2011).

²² “O intercuro permanente, seja social, seja particularmente econômico, com o elemento mouro não permitiria a formação de um sistema fechado, autárquico, que teria de ser o fundamento mesmo da ordem feudal” (FURTADO, 2000, p. 21).

²³ Como observa Nelson W. Sodré, com o posterior desenvolvimento do comércio marítimo “se originará o princípio de, para ser proprietário, para receber terras, nas conquistas ultramarinas, ser necessária a condição de cristão – transição da rivalidade econômica ao plano da raça e da fé” (SODRÉ, 1973, p. 48). Dessa forma, a igualdade formal se tornará letra morta, o que levará, por parte dos mouros e judeus, à adesão ao cristianismo ou ao abandono progressivo do território.

Dessa forma, a expansão marítima portuguesa, inicialmente voltada ao comércio com o Oriente, constitui-se amparada numa situação de quase monopólio da Coroa, e por intermédio dos fidalgos mercadores o país se transforma em centro comercial, um enorme entreposto que liga as mercadorias do Oriente ao mercado consumidor da Europa Ocidental. A precoce centralização do poder conjugada ao extremo comercialismo são fatores que tornam possível o rápido enriquecimento do reino; contudo, a ausência de uma inversão do lucro comercial no setor produtivo manufatureiro levaria o pequeno reino de Portugal a uma situação de debilidade face às oscilações do mercado consumidor e, principalmente, face às disputas comerciais que outras nações viriam a oferecer.

A União Peninsular de 1580 revela essa debilidade. Com o território ocupado pelos espanhóis por quase meio século, Portugal perde a maioria dos entrepostos comerciais que havia desenvolvido nas rotas para o Oriente, perdendo, ainda, o monopólio do tráfico negreiro estabelecido inicialmente. Não obstante o fato de Portugal optar pela neutralidade nos conflitos da época, se fazia antiga a tradição de alianças que o país mantinha com os ingleses, como pode ser visto no Tratado de Windsor de 1386, que previa favores comerciais recíprocos (SODRÉ, 1969). Em 1640, Portugal restaura a parte do seu território então perdido para os espanhóis, e é nesse processo que se desencadeia o início de uma relação com os ingleses marcada pela proteção político-militar oferecida a Portugal em troca de favores comerciais aos ingleses. Dessa relação deriva a manutenção, praticamente incólume, dos territórios coloniais portugueses por toda a época do mercantilismo, como também emana, dentre outros fatores, a ascensão inglesa à potência primeira no quadro mercantil-escravista. São fatores de ordem histórico-sociológica que coordenam a grandeza e a rápida decadência dos países ibéricos já na primeira etapa de expansão do mercantilismo.

Como analisa Furtado, dada a frustração portuguesa ao se deparar com uma organização social e um território desprovido de mercadorias prontas para comercialização, e na ausência de recursos minerais de monta à primeira vista, em especial o ouro e a prata, o próprio “início da ocupação econômica do território brasileiro [e o seu desenvolvimento] é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal [...] pelas demais nações européias” (FURTADO, 2006, p. 27). É neste quadro, de subordinação aos interesses comerciais ingleses e a necessidade de defesa do território, que analisaremos o percurso da montagem e o desenvolvimento do esbulho colonial na área que hoje corresponde ao estado brasileiro.

Trata-se de um território que pertence legalmente ao complexo e ramificado Império Português²⁴. Nesse sentido, o processo de colonização efetua e confere dinâmica aos interesses financeiros da Coroa Portuguesa cuja visão estratégica está direcionada às potencialidades de consumo que o crescimento demográfico europeu fornece naquele período histórico. Esse constitui o primeiro aspecto que delimita a orientação produtiva na colônia – o setor externo – e, ao mesmo tempo, nos fornece indícios sobre as razões que levaram à opção pela monocultura. Como consequência desse primeiro aspecto, que perdura até a extinção do pacto colonial, compreende-se uma baixa diversidade na estrutura produtiva e na divisão social do trabalho no interior da colônia.

São agentes da colonização aqueles que participam, frequentam e atuam na organização político-militar e nos círculos de negócios comerciais e produtivos. Nestas esferas da vida social na colônia, não há espaço de decisão ou agência para os trabalhadores submetidos à escravidão e nem para os trabalhadores livres sem propriedade. O poder de comando e organização pertence ao Rei e seus organismos consultivos, à nobreza, aos mercadores e, em menor medida, à Igreja. Registra-se nessa análise inicial a construção de fortes “barreiras de cor e de classe” no acesso ao poder e as riquezas produzidas na colônia²⁵. (PRADO JR, 2015, p. 387).

O processo de montagem e desenvolvimento da estrutura produtiva está imbricado com a germinação de uma elite colonial (Ricupero, 2020). O português, colono que se ocupa desta missão, é caracterizado por ser um “colono-colonizador” (FERLINI). É colono porque padece das imposições da Coroa, os famosos bloqueios metropolitanos, ao passo que é colonizador porque atua ativamente e dirige de modo criativo o processo de colonização.

O tipo de colono europeu que procura os trópicos e nele permanece [...] não é o trabalhador, o simples povoador; mas o explorador, o empresário de um grande negócio. Vem para dirigir: e se é para o campo que se encaminha só uma empresa de vulto, a grande exploração rural em espécie e em que figure como senhor, o pode interessar (PRADO JR., 2011a, p 124).

O território é dividido em grandes propriedades cuja posse é centralizada nas mãos de poucos²⁶. Essa configuração fundiária permite, de um lado, que o manejo do espaço físico

²⁴ A colônia “é, antes de tudo, um negócio do Rei [...] cujo ponto de vista na colonização é estritamente financeiro [...] o reino forma seu ápice e centro controlador” (PRADO JR, 2015, p. 385).

²⁵ “... foi criada uma honraria especial, que valia por um título — o de ‘senhor de engenho’ — concedida especialmente por Sua Majestade”, senhor esse responsável não apenas pela unidade de produção, mas por uma “verdadeira célula social da colônia”. Na colônia, o poder já nasce concentrado e com responsabilidade definida, a de “*conservar em movimento* essa vasta empresa” (FURTADO, 2000, p. 101).

²⁶ A repartição do território em capitânicas hereditárias e, posteriormente, em sesmarias, expressa o germe inicial do caráter semipúblico que marcaria a vida social na colônia e no seu ulterior desenvolvimento: sendo terras

esteja estritamente amarrado com as funções que a produção voltada para o exterior exige²⁷, e de outro, procura conferir maior efetividade ao controle e à defesa político-militar do território conquistado. Pode-se dizer que a organização fundiária instalada com a colonização não escapa à acepção moderna da ideia de propriedade privada teoricamente desenvolvida pelo jusnaturalismo do século XVII. De forma diversa, mas em funcionalidade com a condição de colônia, a posse da terra na forma de latifúndio foi o modo por meio do qual a moderna propriedade privada germinou e se consolidou como mecanismo de desenvolvimento capitalista e modernização no Brasil.

No interior da história moderna é um tanto particular o modo como, nas colônias de exploração, se conduz o manejo do solo, obedecendo a uma lógica de produção intensiva e extensiva, desvinculada por princípio das necessidades de reprodução da biodiversidade. “Constituída na base da exploração, e exploração *precipitada* e *extensiva* dos recursos naturais [...] por processos bárbaros de cultura e devastações impensadas” (PRADO JR., 2015, p. 321), o caráter predatório e degradante da natureza e, assim, das condições que fornecem as possibilidades de reprodução humana singulariza a germinação do desenvolvimento capitalista dos países dependentes.

De outro ângulo, a centralização da posse da terra corresponde “à necessidade de manutenção das formas de domínio *compatíveis* com o patrimonialismo²⁸ vigente na Metrópole” (FERLINI, 2002). Ou seja, viabiliza a difusão no território colonial de uma organização social escravocrata baseada em padrões aristocráticos de sociabilidade. Isso nos conduz ao tema das relações de trabalho, seus aspectos políticos, morais e psicossociais.

públicas em seu plano, mas particulares na sua realização, os laços entre as esferas do público e do privado, ao mesmo tempo em que possibilitavam a conformação inicial do projeto colonial, anexavam inexoravelmente o interesse particular aos bens coletivos.

²⁷ A centralização da posse da terra efetuada pelo instrumento da grande propriedade visa à concretização dos interesses mercantis do capital comercial metropolitano, aspecto que se inviabilizaria com a difusão da pequena propriedade trabalhada por camponeses. Contudo, assim como analisa Silva (2002), por intermédio do arrendamento de parcelas da terra de posse do sesmeiro, diversos tipos de pequena propriedade foram se constituindo na realidade colonial sem, no entanto, constranger o sentido da colonização; ao contrário, subsidiar internamente o que não advinha da importação “vê-se pois que, na colonização do Brasil, não se tratava de impedir a pequena propriedade em si, mas de impedir a pequena propriedade desvinculada do processo de produção hegemônico, dominado pelo capital mercantil” (FERLINI, 2002, p. 25).

²⁸ A faculdade que certos sujeitos num determinado período da história colonial passaram a ter, de controlar e decidir com exclusividade (impor a própria vontade) sobre determinada parcela do território, pode ser entendida como um dentre outros aspectos que compõem a noção moderna de *poder*. Desse modo, no âmbito político, adquire-se a capacidade de “impor coercitivamente aos indivíduos determinados comportamentos”, e no âmbito econômico “de decidir acerca da produção dos recursos necessários a sociedade” (MARTIGNETTI, 2007, p. 1021).

As relações de produção e exploração da força de trabalho no período colonial podem ser tratadas pelo binômio trabalho forçado/dominação pessoal²⁹. Destaca-se de imediato a situação de quase universalização do trabalho escravo para além da grande propriedade, realidade que reforça a interpretação que julga o trabalho compulsório como fundante da colonização moderna, e não apenas “fundamental” para o setor produtivo ligado ao comércio externo. O fato é que onde ele [o trabalho escravo] se faça presente, onde ele apareça empregado no processo produtivo, seja no setor mais dinâmico da colônia ligado ao comércio externo ou na roça familiar que possui duas ou três peças de escravo, há uma fecunda produção de mais-valor absoluto e uma exploração na qual o trabalhador é produto e mercadoria de propriedade pessoal.

No geral, a grande propriedade produtora de mercadoria exportável é autossuficiente de matérias-primas e produtos que proporcionam a reprodução mais imediata da empresa. Escapa dessa generalidade o conjunto de bens importados que compõe a maior parte do consumo da classe que domina a exploração colonial. Outra exceção constituem algumas mercadorias que subsidiam a produção da monocultura exportável: a cana e o gado de tração que possibilitam a produção da mercadoria açúcar são os exemplos mais destacados pela literatura que versa sobre a história econômica do Brasil.

Assim, no universo produtivo articulado pela grande lavoura encontram-se setores produtivos subsidiários e de subsistência nos quais predomina o trabalho de sujeitos na condição de livres não-proprietários e livres pequeno-proprietários. Para os primeiros, a proximidade com a dinâmica escravocrata que domina o sentido da colonização trazia um fardo nas condições de renda: Furtado (2006) calcula a ínfima quantia de 15 libras anuais. Todavia, a condição de livre, a despeito da ausência de propriedade, produzia a falsa sensação de que seu “paradigma estava nos senhores-de-engenho e tenderam, nos momentos de enfretamento com os escravos, a unir-se a eles”,³⁰ (FERLINI, 2002, p. 29).

²⁹ Adota-se o conceito de *dominação pessoal* (FRANCO, 1997) como forma alternativa de descrever as relações de mandonismo e paternalismo engendradas no desenvolvimento do período colonial. Em que pesem os aspectos de semelhança que esta formação social possui com certas realidades nas quais se aplicam o conceito de *patrimonialismo* tal qual definido por Weber (2015), não nos parece válido aplicá-lo à realidade local. Na colônia, encontram-se padrões de comportamento aristocráticos, modelos de organização social *compatíveis* com a dominação tradicional que interpretamos como frutos da sociabilidade que os colonizadores traziam consigo para o ambiente colonial. No entanto, dado o caráter mercantil da colônia de exploração e o próprio período histórico de transição no qual se processa a colonização, pensamos ser mais frutífero para a análise social o conteúdo que oferece o conceito de *dominação pessoal*.

³⁰ “... Já para os segundos, livres e com pequena propriedade arrendada, criou-se a “sensação de caminho para a qualificação social [...] contudo, a história não confirmou essa possibilidade de ascensão social” (FERLINI, 2002, p. 29).

Do ponto de vista da relação e articulação entre os setores produtivos revela-se uma nítida dependência da produção que está para além da monocultura exportável. Esta última, por seu turno, dependente dos ciclos de consumo e das disputas comerciais alheios ao território e à economia colonial, alimenta de maneira contraditória os fluxos e refluxos de crescimento dos setores subsidiários e de subsistência. Quando a produção exportável declina, diminui-se a demanda por produtos subsidiários, mas cresce o contingente populacional que depende desse setor, isto é, a massa de trabalhadores expulsa do setor dinâmico que enfrenta a queda no ciclo de demanda das exportações (FURTADO, 2006). Dessa relação e articulação produtiva emerge, em certos períodos cíclicos (mas em situação constante na evolução da colônia), o crescimento exponencial de uma população de trabalhadores livres sem propriedade.

Vejamus como a exploração do trabalho se realiza e que caracteres vão se formando no desenvolvimento de uma produção baseada no trabalho escravo e na constituição de uma ordem social escravocrata: há um determinado número de trabalhadores no interior da colônia que não goza de liberdade, encontra-se sob a condição de propriedade de outro(s) sujeito(s). Neles, nos trabalhadores sem liberdade, se identifica a função trabalho e o trabalho como função se identifica neles. Assim, vai germinando um nó entre classe e etnia que o processo de miscigenação não poderá camuflar no que concerne à análise e compreensão dessas duas determinações específicas na constituição da classe trabalhadora do país dependente.

O trabalhador livre, não-proprietário e, portanto, pobre, sente a figura do escravo como uma espécie de presença ausente (FRANCO, 1997). Como o trabalho é função do escravizado, não é apenas o trabalho que se torna indigno, é o próprio trabalhador livre que, sem terra, sem trabalho e sem poder, vive a indignidade. Ao mesmo tempo, os traços que singularizam o trabalhador livre e sem propriedade se dissolvem no trabalhador submetido à escravidão, preenchendo e conformando suas futuras características após a abolição: o paternalismo que acomoda e agrega, assim como a criminalidade e a prostituição que ocupam e geram renda ao trabalhador livre na ordem escravocrata, serão traços marcantes de ocupação, geração de renda e acomodação do negro na sociedade de classes sob hegemonia do capital industrial.

Neste nó, de difícil distinção, identifica-se no racismo criado no processo de colonização escravocrata um recurso ao rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho no capitalismo dependente. Na massa de trabalhadores livres e sem propriedade observa-se, em especial, o surgimento de um enorme contingente de trabalhadores

desempregados, nosso futuro exército industrial de reserva, processo contraditório e inerente à própria lógica de acumulação que a colônia funcionalizou.

Em síntese, a economia colonial se define pela subordinação da cidade ao campo, pela centralização do poder político e da riqueza material nas mãos de uma ínfima minoria ligada, principalmente, ao setor que atende as demandas do consumo europeu, e pela ausência de um dinamismo interno, bloqueado, em especial, pelo trabalho escravo e pelo latifúndio. O processo de evolução da colonização aguça as contradições dessa estrutura econômica contraditória.

Na segunda metade do século XVII abre-se uma fase contraditória de dinamização da vida social na colônia. Os portugueses perdem o monopólio da produção de açúcar, e a concorrência que se cria com a produção dessa mercadoria nas colônias inglesas e francesas localizadas nas Antilhas Ocidentais provoca um esfacelamento do complexo produtivo criado no litoral nordestino. Mesmo padecendo, a estrutura perdura ativa nos séculos seguintes de colonização, mantendo certo fluxo comercial com a Europa. Com baixa nas exportações e na dinâmica econômica, o complexo açucareiro expulsa para a região sertaneja parcela significativa da população que antes sobrevivia com o auge açucareiro, movimento que repercute no sistema econômico subsidiário e dependente, provocando um aumento da exploração do escravo e na organização de uma economia de subsistência.

Furtado analisa que “a evolução da colônia portuguesa na América, a partir da segunda metade do século XVII, será marcada pelo novo rumo que toma Portugal como potência” (FURTADO, 2006, p. 63). A queda no preço do açúcar e a crescente atividade imperialista forçam Portugal a “alienar parte de sua soberania”, aprofundando a relação de “semi-dependência” que esse país mantinha perante a economia inglesa. O Tratado de Methuen, de 1703, é celebrado em plena fase de debilidade da economia portuguesa, e poucos decênios depois explodem na colônia notícias que dão conta da descoberta do ouro e o acordo firmado com os ingleses converte-se em nítido empecilho para a Coroa portuguesa transformar a riqueza advinda da colônia em desenvolvimento manufatureiro, o que implicou “transferir para a Inglaterra o impulso dinâmico criado pela produção aurífera no Brasil” (FURTADO, 2006, p 66).

A descoberta do ouro de tipo aluvião no interior do território colonizado, região que hoje compreende os estados brasileiros de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, trouxe consigo mudanças qualitativas na dinâmica colonial. De forma geral, a mineração possibilitou o florescimento de uma economia citadina, ampliando a divisão social do trabalho entre campo

e cidade, antes ausente no complexo açucareiro de economia essencialmente agrícola; abriu margem, igualmente, para a intensificação das relações comerciais internas e o consequente aumento da atividade monetária; possibilitou, ainda, a quebra relativa dos bloqueios que o exclusivo metropolitano impunha à colônia; por fim, incentivou a emergência de uma nova macrorregião economicamente ativa, a do centro-sul, cujo porto da cidade do Rio de Janeiro passa ter posição de destaque. Em paralelo,

para a Inglaterra o ciclo do ouro brasileiro trouxe um forte estímulo ao desenvolvimento manufatureiro, uma grande flexibilidade à sua capacidade para importar, e permitiu uma concentração de reservas que fizeram do sistema bancário inglês o principal centro financeiro da Europa (FURTADO, 2006, p. 67).

Um terceiro momento é aberto com o fim (em menos de meio século) da euforia enriquecedora que a descoberta do ouro trouxe consigo. Essa fase está compreendida no interior da própria decomposição do período mercantil-escravista. A política protecionista que a Inglaterra passou a adotar após as duas revoluções que marcaram o final do século XVII naquela nação foi responsável por, de pouco em pouco, converter o ouro que havia sido drenado para cofres ingleses em um processo acelerado de desenvolvimento industrial. Portugal, por sua vez, passa a adotar uma política de mercantilismo ilustrado que visava impulsionar o seu setor manufatureiro aumentando a exploração e o controle das relações com a colônia. Dessa forma, eleva-se o poder dos governadores (porta-vozes da política colonial), no sentido de inibir o contrabando, impede-se legalmente a criação de indústrias no interior da colônia, ao mesmo tempo em que se incentiva a produção de gêneros favoráveis à comercialização na Europa.

A despeito do suspiro econômico dado pela produção de algodão, tabaco, couro e arroz, a decadência econômica que tomava conta da vida social no litoral nordestino encontrou complemento na região do centro-sul devastado com o fim da mineração, refazendo o ciclo que promove a evolução da economia colonial e prepara o terreno para o surgimento de uma nação dependente.

A unidade do processo, aquilo que demarca seu sentido de continuidade, está na relação produtiva baseada no trabalho compulsório responsável por desenvolver histórica e subjetivamente uma nação adaptada às condições de superexploração da força de trabalho, ao mesmo tempo em que nutre a acumulação de capital no pólo dominante, acúmulo esse que vai sendo progressivamente drenado para a economia inglesa devido às relações de poder intra-

metrópoles. Além disso, no processo de colonização há também um *continuum*³¹ no movimento de conformação territorial, ou seja, o itinerário colonial português, sempre entrelaçado pelas constantes ameaças de invasão e perda do território, foi moldando cartograficamente nosso objeto de estudo.

1.4 A metamorfose dos elementos coloniais

Ao início da seção anterior selecionamos para análise e interpretação quatro elementos que se fizeram presentes na organização social e produtiva do período de germinação das relações capitalistas no Brasil. Buscamos, nesta seção, entender de que maneira os elementos supramencionados se expressam no movimento de reconfiguração que é dado para a economia brasileira diante do rompimento da dominação portuguesa e da conservação da orientação colonial e seus pilares fundamentais³².

O processo de construção e consolidação de uma subsunção real do trabalho ao capital no Brasil é lento e heterogêneo. Nesse processo revelam-se características particulares no desenvolvimento, na acumulação e na reprodução do capital no interior do país. Como já exposto, seus fundamentos estão no correr da dominação colonial. Acrescenta-se o fato de que é após processo de independência que algumas características da produção colonial e da ordem social vigente ganham fôlego, expressando um imbricamento histórico entre o auge do desenvolvimento da formação social colonial e o início da formação jurídico-legal dos pilares estruturais do modo de produção capitalista no Brasil: a propriedade privada da terra, o mercado de trabalho assalariado e o Estado como entidade pública que assegura a legalidade da acumulação.

Após a independência política, a cada ano que passa, fazendo-se aproximar o trabalho livre e assalariado no Brasil, aumenta o fluxo de importações advindas do tráfico negreiro, crescem os índices de exploração sobre o escravo e sobre a força de trabalho submetida à escravidão para que se acompanhe o salto na produtividade dado pelo desenvolvimento

³¹ Nesse *continuum* no qual vai ser formando o território obviamente compreende-se saltos qualitativos, descontinuidades, interrupções violentas que caracterizam regressividade, como “componentes necessários e orgânicos de uma linha de desenvolvimento [...] a unidade histórica como uma unidade de continuidade e descontinuidade” (LUKÁCS, 2018, p. 412).

³² Inicialmente, cumpre advertir que a característica de *modernizar conservando elementos do passado* não constitui particularidade dos países de capitalismo dependente. Está explícita no processo de secularização da economia moderna como um todo, mas destacam-se nesse momento as economias centrais, a continuidade funcional de certos elementos herdados do Antigo Regime. Destaquem-se entre outros, por exemplo, os fundamentos da religião interferindo no âmbito e no trato da coisa pública, a conservação de mecanismos de dominação tradicional e as formas de relações trabalhistas não-capitalistas.

manufatureiro estrangeiro, solidifica e se expande o poder paternalista, unilateral e privado do senhor dono de terras e de escravos. Ao mesmo tempo, e coordenado pelos mesmos agentes, desenha-se a primeira legislação da economia nacional sobre a posse e a propriedade da terra. Essa lei, de 1850, conserva intactos e mantém os mecanismos que possibilitam a concentração crescente da posse da terra no período colonial. A instituição escravidão, moralmente condenada, tem seu fim postergado por uma série de leis que anunciavam uma “abertura gradual”. O palco jurídico e legislativo dessa processualidade histórica se dá no império escravocrata nacional construído como resultado do fim da era colonial.

Dessa forma, com relação ao elemento propriedade da terra interpreta-se um baixíssimo grau de supressão relativo à dominação colonial. Na verdade, há uma tendência de fortalecimento da concentração da propriedade conjugada com uma re-funcionalização dada pela economia nacional. Assim, perpetua-se o fundamento colonial como suporte para as condições de superexploração da força de trabalho, na medida em que a negação da democratização da terra coaduna a formação de um exército industrial de reserva, pressuposto estrutural da superexploração da força de trabalho nas economias dependentes.

Em situação diversa encontra-se o elemento escravidão: em que pese o deliberado e camuflado adiamento de sua abolição, deve-se levar em conta que a formalização jurídico-legal de sua supressão indica um elevado grau de possibilidades para sua alteração relativa ao período colonial. Nesse prisma, o que ganha relevo são as determinações da escravidão moderna presentes no trabalhador livre e nas relações de trabalho no Brasil. Em outras palavras, o alto grau de extração de valor e mais-valor presente nas relações econômicas e que dão suporte à funcionalidade da economia dependente.

O fim do estatuto colonial também revela uma mudança relativamente substancial com relação à orientação da atividade produtiva voltada ao exterior: muda-se a qualidade porque se altera, formalmente, o poder de comando e decisão de um centro controlador externo sobre a economia nacional. Contudo, em que pese a crescente dinamização da economia interna, há um fortalecimento dessa orientação traduzido na crescente dependência da economia interna aos ciclos de consumo externos.

Pode-se inferir que não somente o modo de ser do capitalismo no Brasil adquire expressão singular no seu desenvolvimento, mas também o caminho pelo qual se percorreu as transformações que deram gênese ao capitalismo no Brasil é diverso do assim chamado modelo clássico. Como indica Marx, o desenvolvimento histórico do capitalismo manifesta

modelo diverso em cada país, “e em cada um deles, percorre diferentes fases em distinta graduação e em épocas diversas” (MARX, 2013, p. 303).

Países como a Inglaterra e a França, considerados como modelos de feição *clássica*, tiveram transformações de caráter modernizante a partir de processos que colocaram a nascente burguesia em confronto direto e aberto com a nobreza feudal. Acrescenta-se a ampla participação e organização das massas populares no processo revolucionário. Cada um a sua maneira, países como Itália e Japão são exemplos que se destacam, dentre outros, como nações que obtiveram processos de transformação capitalista pela via não-clássica. A Alemanha é outro país que apresenta peculiaridades. Definida por Lênin como a via prussiana para o desenvolvimento capitalista, o país unifica-se tardiamente e obtém uma transição lenta, sem rupturas de caráter revolucionário, marcada por reformas “pelo alto” e pactos com a antiga nobreza feudal (MAZZEO, 2015). Lukács, analisando as características do desenvolvimento histórico desse país conclui:

Para os setores importantes da burguesia alemã, principalmente para a burguesia da Prússia, oferecia-se aqui um caminho cômodo, o pacto de classe, que permitia escapar às conseqüências plebéias extremas da revolução democrático-burguesa, inclusive a possibilidade de alcançar seus objetivos econômicos sem revolução, mesmo que renunciando a hegemonia política no novo Estado assim criado (LUKÁCS, 2020, p. 50).

No Brasil, a burguesia latifundiária, os donos de terras e escravos, em especial as elites fluminenses, também optaram pela transição lenta e gradual pelo alto, alijando qualquer perspectiva de participação popular no processo de independência nacional. Essa transição esteve definida muito mais pela crise do pacto colonial do que por uma proposta baseada na necessidade de desenvolvimento das forças produtivas. Sem ruptura, o processo de transição do estatuto colonial para o Estado-nação moderno-capitalista encontra na figura de D. Pedro I o instrumento pelo qual se operam *mudanças qualitativas* que, por sua vez, conservam a orientação do território colonial: produção que se realiza no mercado europeu baseada no trabalho escravo. Ou seja, nenhuma perspectiva de ruptura real com a estrutura herdada do período colonial.

As semelhanças que o processo brasileiro possui com a via prussiana não autorizam uma interpretação equitativa de ambos, haja vista a o caminho trilhado pela Alemanha em que se observa a formação de uma burguesia que disputa a hegemonia imperialista já no final do século XIX, enquanto, no Brasil, nesse mesmo período, se tem uma economia atrofiada e pouco diversificada, em plena associação subordinada com o capital inglês. Em outras

palavras, na colônia portuguesa conforma-se uma burguesia que expressa o “elo fraco” na cadeia global de produção (FERNANDES, 2020).

Nesse momento, cabe apenas destacar que a via brasileira para o capitalismo foge ao formato clássico, insere-se no rol das formações sociais americanas, na medida em que a gênese colonial unifica a pré-história do capitalismo nos países desse continente, mesmo havendo diferenças substantivas entre diversas formações sociais, como é o caso da comparação entre o processo de independência estadunidense e o brasileiro.

Pode-se dizer que a moderna colonização é conformadora do “berço esplêndido” no qual germinou certo tipo de relações sociais que organizavam funcionalmente o sentido colonial. Destacam-se, em especial, o trabalho compulsório e o conseqüente/necessário autoritarismo nas relações de classe; a produção e a concentração de renda e riqueza baseadas na circulação e consumo fora da colônia, pouco importando a dinâmica da vida material interna. No processo de transição exercido sem uma ruptura revolucionária, a ideia de uma nação independente trouxe consigo a essencialidade dessas relações sociais que norteavam o período de subordinação colonial, ou seja, o desenvolvimento capitalista no Brasil independente é marcado por diversas transformações na classe trabalhadora e na dinâmica econômica do país sem que o passado deixe de ser uma presença constante.

O fundamento colonial-escravista brasileiro expressa, em certa medida, a razão sócio-histórica pela qual o país desenvolveu aspectos substanciais de seu desenvolvimento capitalista, a saber: a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho. Como veremos adiante, a superexploração da força de trabalho difere radicalmente da exploração da força de trabalho na forma escrava. Contudo, nesse momento, cabe demarcar que o período escravista, que se tornou em nosso entender um fundamento que a sociedade brasileira carrega consigo, constitui o lastro histórico que possibilitou concreta e subjetivamente o desenvolvimento de um padrão de reprodução do capital pautado na superexploração da força de trabalho.

Assim como Marx em *O Capital* interpreta que os primeiros modelos de jornada de trabalho nas fábricas inglesas do século XIX estão baseados na forma como os mestres artesãos estipulavam o tempo de trabalho para seus aprendizes no período anterior à Revolução Industrial, analisando assim os fundamentos históricos e tentando fundamentar que as relações sociais não emergem em um vácuo social, compreendemos o complexo escravista como um dos fundamentos das relações de trabalho no Brasil independente.

Ainda que o passado escravocrata tenha legado marcas singulares e peso expressivamente maior sobre os trabalhadores negros no Brasil contemporâneo, se entendemos o escravismo como algo que perpassou a história da colônia em seu conjunto, o fundamento que ditava o ritmo da produção, pode-se interpretar que, mesmo que o trabalho compulsório tenha sido imposto fundamentalmente somente a uma parcela da sociedade, a população negra, a construção social que se fez sobre o sentido do trabalho, e a imagem que se formou sobre a ideia *de classe trabalhadora* no Brasil está diretamente marcada pelo trabalho compulsório. Como exemplo, podemos interpretar o fundamento escravista modelando relações de xenofobia e preconceito que o sertanejo (que não é identificado como negro) sofre ao se deslocar para o centro-sul em busca de trabalho. Preconceito esse que, segundo Kowarick (1978), exerce a função econômica de rebaixar o custo de reprodução da massa trabalhadora em seu conjunto, independentemente de sua origem étnica ou regional.

Como veremos com mais detalhes em momento posterior, para que se realize a condição de superexploração (que estrutura o eixo das relações de trabalho no Brasil) impõe-se certo padrão na obtenção de necessidades básicas para a reprodução dos trabalhadores. No Brasil contemporâneo, a segurança alimentar, a situação habitacional, as condições de saúde e segurança no trabalho, o tempo para o lazer, dentre outras necessidades humanas, estão estritamente ligadas à construção social sobre a ideia de trabalho/trabalhador desenhada nos três séculos de colonização.

Apontamos, ainda, elementos de continuidade nas relações de trabalho e na produção de valor que diferenciamos, teórica e politicamente, da ideia de “resquícios” pré-capitalistas. Seriam resquícios se considerássemos a ordem capitalista no Brasil baseada em algum modelo ideal (provavelmente o modelo inglês ou estadunidense), na qual o movimento de desenvolvimento avança eliminando traços alheios e disfuncionais à reprodução capitalista. Em caminho contrário, interpretamos a continuidade da essencialidade colonial como funcional ao desenvolvimento capitalista de tipo dependente, portanto, não só plenamente passíveis de incorporação à ordem capitalista industrial/financeira, mas também necessários à organização de um capitalismo que se desenvolve baseado na metamorfose e no aprofundamento de certos elementos não-capitalistas. Na perspectiva que buscamos sustentar, as mudanças qualitativas proporcionadas pelo crescimento econômico e pela assimilação do desenvolvimento tecnocientífico não alteram a condição de vida do subdesenvolvimento, pelo contrário, incidem como instrumentos no aumento da desigualdade, na evolução do desenvolvimento regressivo.

No segundo capítulo pretende-se analisar detalhadamente a substância do desenvolvimento dependente. Por intermédio do exame da função exercida pela economia nacional na reprodução do modo de produção em seu conjunto busca-se interpretar o sentido singular que a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho conferem à economia brasileira e quais as possibilidades que se abrem para as distintas classes sociais a partir da lógica desse tipo de desenvolvimento capitalista.

Capítulo 2 – Aspectos substantivos da condição de dependência no Brasil

Mudança e permanência são, pois, de igual modo, produzidas pelo desenvolvimento social, sua inter-relação reflete o caráter dinâmico e processual da substância [...] A substancialidade não é uma relação estático-estacionária de autoconservação, que se contraponha em termos rígidos e excludentes ao processo do devir; ao contrário, ela se conserva em essência, mas de modo processual, transformando-se no processo, renovando-se, participando do processo.

György Lukács, *Para uma ontologia do ser social II*.

No presente capítulo argumenta-se que há uma substância que forma, constitui e confere certo sentido singular ao desenvolvimento capitalista no Brasil. Em nosso entender, essa substância é composta pela unidade complexa e contraditória de dois elementos, a saber: a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho. Na realidade concreta esses dois elementos constituem uma complexidade indissociável, e somente para fins analíticos podem ser tratadas separadamente.

Como a economia brasileira constitui um objeto de análise extremamente complexo-dinâmico e, por isso, em constante mutação, sendo, ao mesmo tempo, movimento e transformação, optou-se por expor e interpretar, neste capítulo, os aspectos mais fundamentais e os nexos constitutivos do conteúdo da transferência de excedente e da superexploração da força de trabalho, ou seja, da substância em si, deixando para o terceiro capítulo, no qual analisaremos o movimento de reprodução, o exame das formas que essa substância vem adquirindo no decorrer da história da economia brasileira e o papel que vem desempenhando no funcionamento da economia mundial.

Exaurir analiticamente o conteúdo e o significado dessa substância nos colocaria a tarefa de contemplar a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho por *todos* os ângulos possíveis, esforço que ultrapassa os limites do presente trabalho. Assim, buscou-se uma aproximação analítica dos dois elementos aqui tratados, resultando num conhecimento e exposição relativos ao conteúdo concreto expresso na realidade brasileira e em sua relação com a economia mundial.

A economia brasileira possui uma temporalidade própria, ou seja, insere e subtrai certas dinâmicas de funcionalidade de acordo com os ensejos imanentes a sua estrutura própria. Contudo, seus padrões de reprodução estão inscritos e submetidos irrevogavelmente à unidade temporal do regime capitalista, seu pressuposto básico de existência. Para tanto, a

economia mundial é compreendida como uma “unidade de diferentes formas de capitalismo” (OSORIO, 2013, p. 2).

Essa advertência reforça, novamente, que o conteúdo dos aspectos substantivos aqui expostos, apesar de apresentar um caráter sistemático na economia brasileira, pertence à processualidade de acumulação de capital em sua dinâmica global, e que a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho atuam e adquirem metamorfoses de acordo com a acumulação geral de capital, de modo que os condicionantes “internos” apenas impulsionam ou retardam sua expressão. “Ao se universalizar, a relação-capital o faz particularizando-se, processo no qual algumas de suas tendências e contradições são agudizadas em determinadas realidades” (LUCE, 2018, p. 25).

Inicialmente, consideramos válida uma pequena digressão sobre as categorias de “externo” e “interno” no intuito de elucidar nossa interpretação sobre a substância da economia dependente: o modo capitalista de produção baseia-se na reificação das relações sociais de produção, isto é, as coisas adquirem atributos especificamente sociais³³ (o valor que as coisas têm, por exemplo), ao passo que as pessoas interagem produtivamente e se reconhecem socialmente com base nas coisas que possuem (por exemplo, possuir capital atribui a certo sujeito as propriedades de ser capitalista). O primeiro fenômeno diz respeito à *personificação das coisas*, o segundo, à *coisificação das pessoas* (MARX, 1985).

Daqui podemos extrair a ideia de que o capital pode ser apreendido como um *sujeito* automático, entendendo-se o modo de produção capitalista como:

Um evolver bem determinado de determinadas relações sociais de produção, [que] está regido por uma lógica objetiva de reprodução, que se impõe aos agentes econômicos enquanto tais (capitalistas, financistas, autônomos, trabalhadores) porque dela eles têm uma fraca consciência – isto é, uma consciência ideológica, não crítica [...] assim, mesmo se não o sabem, mesmo se atuam inventivamente, acolhem como seus próprios os objetivos postos imperativamente por essa forma de reprodução social [...] em sua objetividade especificamente social, o capital, por isso, é apreendido como um sujeito automático (PRADO, 2017, p. 494).

Assim, do ponto de vista desse sujeito automático, as economias nacionais tornam-se concretas e abstratas ao mesmo tempo. Abstratas na medida em que não são e não podem ser um limite ou uma barreira para a livre circulação e valorização de capital, de modo que o imperialismo “não se trata de um fator *externo* à sociedade brasileira, mas, pelo contrário, forma o terreno no qual esta sociedade finca suas raízes e constitui um elemento que a permeia em todos os seus aspectos” (MARINI, 2017, p. 28). Concretas porque proporcionam

³³ “O processo de produção mercantil cria valores de uso, mas, ao mesmo tempo, incorpora aos bens produzidos uma nova dimensão que já não é material, mas social: o valor” (CARCANHOLO, 2017, p. 36).

uma divisão internacional do trabalho funcional à reprodução desse sujeito automático. Ademais, a funcionalidade da divisão internacional do trabalho por intermédio de economias nacionais se expressa na figura do Estado ao assumir, dentre outras, a função de sedimentar e organizar as relações produtivas e de troca, atuando como porta-voz dos capitais privados a nível internacional, como também exercendo a função de garantir o cumprimento das obrigações decorrentes do processo de troca.

O capital em sua objetividade especificamente social não possui gênero, etnia, pátria ou nacionalidade: produz relações materiais entre pessoas nas quais a exploração da força de trabalho constitui a pedra fundamental, para reproduzir relações sociais entre coisas cuja meta objetiva do “sistema econômico é a própria acumulação de capital” (PRADO, 2017, p. 495). Assim, a transferência de excedente não trata de uma nação explorando a outra, mas de uma transferência de mais-valor entre capitais que atuam em economias distintas, entre capitais que possuem vínculo jurídico-legal com nações específicas (CARCANHOLO, 2013).

2.1 A transferência de valor

Não é porque foram cometidos abusos que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas.

Ruy Mauro Marini, *Dialética da dependência*.

Por ser parte da substância que confere sentido ao desenvolvimento dependente, a transferência de valor constitui um elemento que tem a capacidade de permanecer no processo de mudança e dinamização da economia brasileira. Como substância, a transferência de valor permeia a contínua mudança das coisas e, mudando ela mesma, conserva-se em sua essencialidade.

No primeiro capítulo da presente dissertação exploramos analiticamente os antecedentes históricos da condição de dependência da economia brasileira. Em síntese, o período colonial fundamentava-se na exploração compulsória da força de trabalho pela metrópole, desenvolvida a partir de certas relações de produção nas quais o valor gerado no interior da colônia era drenado para os centros metropolitanos por intermédio de mecanismos legais, coercitivos e extra-econômicos. Como visto, a razão de ser da colônia era a complementaridade das economias metropolitanas.

O Estado-nacional formalmente independente, instituído no início do século XIX, constitui nosso ponto de partida para o exame dos aspectos substantivos do desenvolvimento capitalista no país. Neste momento impera o controle de mercado por parte das nações que hegemonizaram o processo de acumulação originária. De um lado, essas nações impõem uma especialização produtiva a nível mundial e, de outro, centralizam o progresso técnico, fomentando um desenvolvimento desigual do mercado mundial e reproduzindo o controle de mercado no decorrer do processo de acumulação.

Desde então, se comparado ao período mercantil-escravista, há uma alteração qualitativa nas relações de troca a nível internacional e nos mecanismos de transferência de valor, de modo que o mercado se organiza nos seguintes termos:

Seus próprios mecanismos no desdobramento da lógica do capital, impondo seu poder sem necessariamente utilizar da coerção direta a todo momento – embora recorrendo a ela sempre que necessário para assegurar seu domínio (LUCE, 2018, p. 37).

Para a apreensão das leis imanentes à transferência de valor buscamos, inicialmente, nos basear no princípio básico que move as relações de produção na economia brasileira, a criação de mais-valor, ou seja, a produção de um excedente sob a forma mercantil. Nessa ótica, e aumentando nosso grau de precisão, o que está em análise é a transferência de mais-valor.

Para que haja mais-valor no processo produtivo a premissa é a de que exista uma não-igualdade na compra e venda da força de trabalho, uma quantidade de trabalho não paga. Para que se efetive uma transferência de excedente o argumento inicial é que a troca no mercado mundial se exerça a partir de condições de produção desiguais (CAPUTO; PIZARRO, 1971).

Na economia brasileira o mais-valor produzido possui a tendência de realizar-se fundamentalmente fora da economia nacional, enquanto país dependente:

O mecanismo econômico básico provém da relação exportação-importação, de modo que, mesmo que seja obtida no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo, mediante a atividade de exportação, e se traduz em rendas que se aplicam, em sua maior parte, nas importações (MARINI, 2017, p. 50).

A sempre crescente dinamização da economia brasileira conduz, necessariamente, à ampliação de seu mercado interno consumidor e, com isso, a um processo crescente de realização do valor e do mais-valor internamente sem, contudo, eliminar a orientação da economia para o mercado externo. Pelo contrário, historicamente a dinamização interna

esteve dependente, em grande medida, da diferença entre o valor das exportações e das importações, ou seja, do excedente passível de ser investido, sofrendo influência direta do comportamento do setor exportador da economia nacional.

A transferência de valor expressa uma relação de não-identidade entre a grandeza do valor produzido *na* economia brasileira e o volume de valor apropriado *pelos* capitais que operam na nação brasileira. Esse é o sentido básico da categoria transferência de valor.

A distinção qualitativa entre produção e apropriação [...] de riqueza capitalista (ou valor), permite pensar a distinção qualitativa entre elas; em outras palavras podemos pensar neste momento a não-identidade entre a magnitude do valor produzido e a do valor apropriado. É essa diferença que determina o surgimento da categoria transferência de valor (CARCANHOLO, 1981, pp. 27 e 28).

Para que capitais se apropriem de mais-valor sem produzi-lo essa transferência de valor necessita processar-se na esfera da circulação, não necessariamente por intermédio do intercâmbio de mercadorias, mas fundamentalmente pelas relações que a economia brasileira contrai no mercado mundial. Deriva desse fato a possibilidade de a transferência de valor adquirir expressões fenomênicas que não se identificam com uma troca desigual, constituindo, entretanto, formas de transferência de valor que expressam um intercâmbio desigual (LUCÉ, 2018). Dentre outras formas, podem-se considerar os serviços da dívida, as remessas de lucros ao exterior, os *royalties* e dividendos como expressões fenomênicas de transferência de valor que, sem estarem relacionadas diretamente com a troca desigual por serem fruto da penetração dos monopólios e do capital estrangeiro no seio da economia nacional, derivam no fundamental dos condicionantes sócio-históricos que proporcionam e reproduzem a troca desigual.

A transferência de valor funda-se no fato de que os capitais que estabelecem o processo produtivo na economia brasileira contam com determinado nível de produtividade distinto dos capitais que se apropriam do valor aqui produzido. Operando produtivamente com uma baixa composição orgânica de capital, isso quer dizer, com uma maior participação da força de trabalho em relação ao maquinário empregado, tais capitais produzem uma maior quantidade de valor em suas mercadorias, haja vista que é o trabalho que cria valor.

Podemos dizer que a existência de taxas de lucro distintas deriva de que capitais iguais, em ramos distintos, com composição orgânica diferente, produzem massas de mais-valia distintas, proporcionais às massas de trabalho que mobilizam. Capitais distintos, nessas mesmas condições, mobilizam massas de trabalho não proporcionais a sua própria magnitude total e, portanto, produzem massas de mais-valia também não proporcionais (CARCANHOLO, 2017, p. 43).

No comércio internacional essa mercadoria será intercambiada com base nos preços de mercado. Contudo, “os preços de mercado e os valores não se correspondem diretamente no regime de produção capitalista” (CARCANHOLO, 2013, p. 38).

A magnitude do valor da mercadoria expressa uma relação necessária entre ela e o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, relação que é imanente ao processo de produção de mercadorias. Com a transformação da magnitude do valor em preço, manifesta-se essa relação necessária através da relação de troca de uma mercadoria com a mercadoria dinheiro, de existência intrínseca à mercadoria com que se permuta. Nessa relação, pode o preço expressar tanto a magnitude do valor da mercadoria quanto essa magnitude deformada para mais ou para menos, de acordo com as circunstâncias. A possibilidade de divergência quantitativa entre preço e magnitude de valor, ou do afastamento do preço da magnitude do valor, é, assim, inerente à própria forma preço (MARX, 1986, pp. 114-115).

Os preços monetários correspondentes aos preços de produção agem como atratores gravitacionais junto aos preços de mercado, aproximando-os tendencialmente dos valores. No entanto, os preços de produção estão compostos pelos custos de produção e pelo lucro médio que é formado no processo de concorrência. É essa formação do lucro médio e, conseqüentemente, a oscilação dos preços de mercado em torno dos preços de produção, que fornece as condições para que setores com menor produtividade transfiram, via circulação, valores para aqueles capitais que detêm maior composição orgânica, e que, portanto, realizam suas mercadorias com preços maiores que seu valor. “Em resumo, pode-se dizer que os capitais produzem mais-valia em proporção a sua parte variável [o trabalho] e a exigem em proporção a sua magnitude total” (CARCANHOLO, 2017, p. 44).

Imaginemos, como exercício de abstração, que a soma de todos os preços de mercado no mercado mundial corresponda à soma de todos os valores em circulação; e que os preços de mercado equiparam-se àqueles que fornecem o preço de produção, composto pelo lucro médio. Com os capitais de menor produtividade tendo que realizar seus capitais-mercadoria e o mais-valor neles contido a esses preços que fornecem o lucro médio, os de maior produtividade, podendo também vender a preços de produção, conseguem realizar o resto da massa de valor que “está no mercado”, produzida por capitais de menor produtividade, mas não apropriada³⁴.

Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis de troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias (MARINI, 2011, p. 25).

³⁴ “E isso é muito importante porque só na sociedade como um todo, somente no capital total, a mais-valia produzida é igual à apropriada” (CARCANHOLO, 2017, p. 40).

Os distintos níveis de produtividade das economias nacionais no mercado mundial tornam-se a base sobre a qual a possibilidade de transferência de excedente ocorra no âmbito da circulação. Efetivado o movimento de transferência, a tendência é a de que ocorra um reforço na assimetria que deu origem ao movimento inicial de transferência, proporcionando não somente que a dinâmica de concentração e centralização de capitais ocorra em benefício dos capitais favorecidos pela apropriação “indevida³⁵”, mas que esses capitais possam, de certa forma, controlar o desenvolvimento do aparato produtivo do país dependente, reforçando os desníveis de produtividade e alargando os mecanismos de transferência de valor para além da troca desigual.

Assim, abre-se a possibilidade para que a transferência de valor atue como “tendência que se reproduz em escala ampliada” (CARCANHOLO, 2013, p. 79) haja vista que, mesmo que o desenvolvimento tecnológico progrida na economia brasileira, não há um nivelamento uniforme em escala mundial. Na impossibilidade de neutralizar, por meio do progresso técnico, a perda dos valores produzidos, mas não apropriados, os capitais que atuam na economia brasileira buscam na própria produção outra forma de compensar o que se perdeu no âmbito da circulação. A incapacidade de impedi-la no âmbito das relações de mercado produz a necessidade de compensá-la no nível das relações internas (MARINI, 2011). Essa forma se dá pelo aumento no grau de exploração da força de trabalho. Assim, dentre outros aspectos, produz-se um tipo de desenvolvimento capitalista pautado na intensificação do trabalho, diverso daquele baseado no aumento da capacidade produtiva do trabalho.

2.2 A superexploração da força de trabalho no Brasil

A lei de 13 de maio de 1888, a lei Áurea, como foi denominada, não continha mais que duas frases: Artigo 1º: É declarada extinta a escravidão no Brasil. Artigo 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Caio Prado Júnior, *Formação econômica do Brasil*.

Não nos resta, nesta breve nota, senão advertir que as implicações da superexploração transcendem o plano da análise econômica e devem ser estudadas também do ponto de vista sociológico e político.

³⁵ “Mas, como dissemos, só ganha na circulação porque há outro que perde, entrega parte de sua posse ao primeiro. Este último, na verdade, não perde, somente ganha menos do que extraiu do trabalhador” (CARCANHOLO, 2017, p. 40).

No Brasil, a abolição jurídico-legal tardia, no ano de 1888, do regime de exploração da força de trabalho na forma compulsória, conhecido como escravidão, demarca o início da dinâmica e do processo de subsunção real do trabalho perante o capital e sua dialética de valorização. Assim, é ela, a abolição, o ponto socio-histórico inicial para a análise das relações de superexploração da força de trabalho no Brasil. Para tanto, o sentido que se desenvolve no presente estudo compreende a superexploração da força de trabalho como um recurso particular de exploração da mão-de-obra livre, um modo particular e sistemático de operar a valorização do capital-industrial³⁶ que atua em condições desfavoráveis no mercado mundial capitalista. Ainda que os fundamentos concretos e subjetivos da superexploração da força de trabalho livre estejam na dinâmica que se configurou na exploração colonial, o trabalho escravo-forçado presente naquela sociedade possui relação com a valorização do capital comercial, forma pretérita do desenvolvimento mercantil capitalista. Nessa disposição, a superexploração da força de trabalho constitui o outro componente do conteúdo substancial que confere sentido singular ao desenvolvimento capitalista no Brasil. Conjugada com a transferência de valor a superexploração compõe a substância porque, atuando em unidade contraditória, os dois elementos se manifestam com caráter sistemático, estrutural e estruturante no processo de reprodução da sociabilidade burguesa no Brasil.

Inicialmente, cabe salientar que o pressuposto básico para que a superexploração da força de trabalho possa se efetivar é dado por certa dinâmica de mercado na qual se encontram contingentes expressivos de trabalhadores, uma oferta elástica de mão-de-obra, ou, nos termos de Marx, um numeroso exército industrial de reserva³⁷. Assim como analisado no primeiro capítulo da presente dissertação, essa dinâmica está fundada historicamente na heterogeneidade estrutural que acompanhava o desenvolvimento da economia colonial, de modo que a manutenção das características essenciais desta economia após o processo de

³⁶ “Marx chamou a forma dinheiro (D), a forma mercadoria (M) e a forma produtiva (P) de formas autonomizadas do capital. A totalidade dessas formas foi denominada por Marx de *capital industrial*” (NAKATANI e MARQUES, 2020, p. 16).

³⁷ É próprio da dinâmica de desenvolvimento capitalista o aumento relativo da população que vive à margem do emprego assalariado, população essa que se diferencia em diversos graus de marginalidade e informalidade, compondo em seu conjunto o chamado exército industrial de reserva (AMARAL, 2012). A especificidade do processo de formação do capitalismo no Brasil (e também na maioria dos países latino-americanos) em relação aos países centrais reside na grandeza, na magnitude expressivamente maior de trabalhadores nessa condição no imediato processo de formação. Furtado (2006) e Marini (2017) disponibilizam alguns dados secundários sobre essa comparação ao analisarem, cada um a seu modo, o processo de abolição e o simultâneo estímulo à imigração regional e estrangeira no âmbito da limitada dinâmica primário-exportadora.

independência nacional, com especial destaque para a preservação do latifúndio no regime de repartição da propriedade da terra, abre-se as possibilidades histórico-concretas de uma oferta elástica de força de trabalho no mercado capitalista brasileiro.

Ao lado dessas condições específicas analisa-se, no interior do lento processo que vai tornando o trabalho livre, a contínua consciência de resistência e apego aos padrões ético-morais que norteavam as relações de trabalho compulsório, formando contraditoriamente o comportamento e as ações das distintas classes que se confrontam no mercado de trabalho. Como exemplo, pode-se explorar analiticamente o parâmetro socialmente estabelecido para delimitar as necessidades humanas básicas que um trabalhador livre no Brasil detém, requer ou necessita. Como analisa o sociólogo paulista, nem o Estado republicano, nem as instituições religiosas ou a classe social dominante no Brasil agiram politicamente após o fim do regime de escravidão para desfazer o horizonte cultural escravocrata³⁸ (FERNANDES, 1978). Assim, interpreta-se que o padrão sociocultural de matriz escravocrata perpassou, em certa medida, o horizonte de construção da modernidade no Brasil. Estamos diante do aspecto central que enseja uma gama de variações no conteúdo ideológico que fornece as *possibilidades psicossociais* e as bases histórico-morais de objetivação da superexploração da força de trabalho no âmbito da produção e seus reflexos na distribuição de renda e miséria no país. Em síntese, trata-se de um legado subjetivo das determinações do trabalho escravo-forçado que atua nas relações de trabalho assalariado.

Para chegarmos a uma compreensão e descrição, ainda que limitada, do cerne e das conexões internas que se objetivam no conteúdo da *superexploração* da força de trabalho, julga-se necessário um breve percurso analítico sobre as categorias que buscam explicar o conjunto da processualidade capitalista. Afina, impõe-se, de antemão, uma dificuldade analítica com vistas a examinar o prefixo *super* (que adjetiva e particulariza) sem a devida compreensão do seu conteúdo substantivo, a exploração da força de trabalho. Convicto de que esse caminho, ainda que breve, possa ser enfadonho para os iniciados na interpretação marxista, avalia-se oportuno pelo fato de que nossa análise difere a *superexploração* da força

³⁸ Para Candido (1964), as expressões literárias e imagéticas presentes nas primeiras fases do romantismo no Brasil exercem um papel decisivo na dinâmica de superação dos aspectos culturais do regime colonial e construção de uma identidade nacional correspondente com os valores ocidentais de modernidade e civilização. São vanguardas artísticas e literárias que surgem no final do século XIX com o propósito de traduzirem no campo artístico novos ideais e dialeticamente fomentarem mudanças no horizonte cultural do povo brasileiro, em especial das elites nacionais. Em 1836, “Suspiros Poéticos e Saudade”, de Gonçalves de Magalhães, baseava-se em personagens típicos brasileiros como o índio e o sertanejo para assim construir uma ideia de identidade nacional. Com relação ao romantismo no Brasil, Lotierzo (2017) critica a forma de abordagem que obteve espaço majoritário na qual a valorização do elemento indígena e da figura do vaqueiro pode ser interpretada como uma manifestação aparente de um conteúdo pouco crítico ao passado colonial, forma de renovação cultural na qual *não* se atacava os aspectos da escravidão e da sociedade escravista.

de trabalho das diferentes formas de elevação das taxas de mais-valor, formas de aumento da exploração. Ainda que a superexploração contemple esse recurso, o aumento da exploração, ela não se resume ao aumento da massa e das taxas de mais-valor.

Assim, retoma-se a ideia segundo a qual o modo de produção capitalista expressa um momento histórico de relações mercantis significativamente desenvolvidas. Nesse regime de produção o valor, que possui dupla determinação, corresponde ao caráter da riqueza que fornece essa sociedade, representa poder de compra. Em síntese, valor constitui a forma social e histórica da riqueza nesse tipo de sociabilidade. Esse é o conteúdo da noção de valor para o exame da superexploração. Nesse plano, o valor não se confunde com os preços relativos, o valor de troca, que é a sua forma aparente, a forma de manifestação da riqueza na época capitalista; também difere do valor de uso, conteúdo material (a materialidade da riqueza) fornecido pela utilidade aparentemente advinda da relação subjetiva entre sujeito-objeto, mas objetivamente conferida pelas necessidades de acumulação; tampouco pode (o valor) ser manejado como norma (leia-se: lei) de intercâmbio mercantil³⁹ (CARCANHOLO, 2017).

Tem-se uma noção de valor socialmente constituída e historicamente desenvolvida, progressão esta que corresponde ao próprio estado altamente complexo das relações mercantis⁴⁰. De um lado, particulariza-se a sociedade capitalista pela relação de dominação que a forma aparente da riqueza (o valor de troca) exerce ao subordinar o conteúdo material da riqueza, o valor de uso. Deriva dessa singularidade, relativa a outras épocas históricas, o movimento crescente de mercantilização da vida em sociedade, a conhecida tendência de a sociabilidade capitalista transformar “tudo” em mercadoria. De outro, é singular dessa noção de valor, o valor-capital, sua capacidade de se substantivar, ou seja, sua faculdade de existir em si e para si, o que anteriormente designamos como processo de personificação da coisa.

Em uma abordagem ampla, o valor-capital, o capital ao se reproduzir, ao se valorizar, produz mais capital a partir de um capital dado, reprodução essa que se processa conferindo sentido modelar à reprodução da sociedade, ou seja, o ser humano-social nessa época histórica se socializa produtivamente e atua criativamente no emprego de reproduzidor da ordem existente, da ordem de valorização do capital⁴¹.

O capital é simplesmente valor, só que um valor mais desenvolvido, que já alcançou sua maturidade. Ele agora é capaz de se reproduzir, produzir [...] mais-valor. Ele,

³⁹ “Em decidida oposição a Bohm, Marx vê na lei do valor não um meio para chegar a estabelecer os preços, mas um meio para individualizar as leis de movimento da sociedade capitalista” (HILFERDING, 1974, p. 143).

⁴⁰ “Como assinala Marx, o valor-capital é o próprio valor em fase avançada de desenvolvimento” (CARCANHOLO, 1991, p. 8).

⁴¹ “Aqueles que consideram a conquista de uma existência independente pelo valor, como uma pura abstração, esquecem que o movimento do capital industrial é esta abstração em ação” (MARX, 1986, p. 79).

agora, já não é mais uma simples propriedade social ou um simples adjetivo da mercadoria [...] é o que Marx chama de “substantivação do valor” (de adjetivo, transformou-se em substantivo) quando o valor se converte em capital. O valor-capital, ou simplesmente capital, agora existe em si e para si. *Utiliza-se das formas corpóreas das mercadorias e do dinheiro, mas não se confunde com elas.* Ele se transforma não só em ser com vida própria: passa a ser o sujeito da sociedade e da história e transforma o ser humano em mero aspecto seu. E o que se pode chamar de *inversão do sujeito histórico e social* (CARCANHOLO, 1988, p. 15).

Nesse tipo de socialização os instrumentos políticos e jurídicos que dão existência à propriedade privada dos recursos fundiários e dos meios e objetos de trabalho possibilitam a segmentação em classes da vida em sociedade, tendo como *conseqüência necessária* o ensejo de duas dinâmicas:

a) o ciclo de valorização dos capitais efetiva sua processualidade aumentando a renda e a riqueza material, portanto o poder de compra dos sujeitos em que o capital se personifica, os capitalistas;

b) para se valorizarem os capitais percorrem determinado ciclo, movimento em que assumem certas formas aparentes de manifestação (capital-dinheiro, capital-produtivo, capital-mercadoria), formas funcionais para sua existência e reprodução. A sua forma produtiva corresponde, em parte, à coisificação dos sujeitos que compõem a classe que não dispõe da propriedade dos meios e dos objetos de trabalho: na ausência dos meios de produção da vida material essa classe social se reproduz em sociedade produzindo riqueza, valorizando o valor-capital, efetivando um processo de trabalho que produz valor e mais-valor.

Está inscrito nesse processo produtivo de valorização do capital o caráter objetivo da exploração da força de trabalho, desprovido de conteúdo moral, embora a dinâmica de valorização contenha em sua reprodução ideologias ético-morais que legitimam a exploração da força de trabalho. No processo produtivo fundado em relações mercantis nas quais a propriedade privada dos meios de produção da vida em sociedade constitui a lei primeira, para os sujeitos que não dispõem dessa propriedade, a única possibilidade de exercerem a socialização, de participarem da dinâmica de mercado, se expressa na venda de um determinado tempo de sua força de trabalho, sua única mercadoria disponível. Vender essa mercadoria resulta em fornecer um valor de uso para seu comprador, realizar um processo de trabalho que produz valor e mais-valor; implica, também, receber uma quantidade de riqueza, de valor, de poder de compra equivalente ao valor de troca da força de trabalho, que não é necessariamente correspondente à riqueza criada no processo de valorização. A forma aparente do valor da força de trabalho, seu valor de troca, corresponde ao valor, a um

determinado poder de compra que possibilita sua reprodução. Sua magnitude é fornecida pelo tempo médio de trabalho socialmente necessário para a produção dos itens que satisfazem a contínua existência da força de trabalho, quantidade expressa em dinheiro sob a forma de salário. Em regra, a jornada de trabalho na qual se vende por determinado tempo a força de trabalho é maior do que aquele tempo médio de trabalho que se necessita para criar o poder de compra que fornece as condições de reprodução da força de trabalho. Em síntese: vende-se a parcela de tempo da força de trabalho pelo valor que corresponde realmente à existência dessa mercadoria, valor expresso na forma de preços de mercado, mas o consumo produtivo dessa mercadoria cria uma magnitude de valor, que também se manifesta quantitativamente na forma de preços de mercado, quantidade não equivalente ao preço pago pela parcela de tempo da força de trabalho vendida. Eis o conteúdo objetivo da exploração do trabalho expressa nas relações mercantis desenvolvidas em bases capitalistas.

Esse conteúdo da exploração pode ser dilatado sempre que se alargarem os limites de tempo da jornada de trabalho. Descreve-se essa dinâmica como produtora de mais-valor absoluto. Ao mesmo tempo, o aumento da capacidade produtiva do trabalho nos setores produtivos que fornecem os itens necessários à reprodução da força de trabalho num determinado período histórico possibilita o rebaixamento do valor desses itens, processo que impacta o rebaixamento no valor da força de trabalho, na diminuição do poder de compra que possibilita sua reprodução, e em termos monetários manifesta-se no rebaixamento do salário que corresponde às necessidades de reprodução. Essa dinâmica é interpretada como a produção de um mais-valor relativo.

Os capitais que atuam na economia brasileira, que se condicionam estruturalmente pela situação histórica de dependência dessa economia, processam sua reprodução e dialética de valorização fundados na produção de mais-valor na forma absoluta e relativa. Contudo, operando o processo produtivo em relativo desnível tecnológico, a dinâmica de apropriação do excedente é particularizada pela transferência de parte desse excedente para outros capitais, processo que institui a necessidade histórica de aumentar o grau de exploração, de criação de mais-valor, *como forma de manutenção* da rentabilidade desses capitais no nível que a concorrência do mercado mundial estipula⁴². Esse aumento na exploração e, portanto, na produção de mais-valor pode se manifestar na prolongação da jornada de trabalho, isto é, no aumento do mais-valor absoluto na sua forma clássica *sem* o devido aumento salarial, no

⁴² “Trata-se do recurso ao incremento de valor trocado, por parte da nação desfavorecida: sem impedir a transferência operada pelos mecanismos já descritos, isso permite neutralizá-la total ou parcialmente mediante o aumento do valor realizado” (MARINI, 2005, p. 146).

aumento da intensidade do trabalho *sem* o incremento da capacidade produtiva do trabalho ou na redução do “consumo do operário para além do seu limite normal, [processo] pelo qual o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital” (MARINI, 2005, p. 148).

A característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho [...] em termos capitalistas, esses mecanismos [...] significam que o trabalho é remunerado abaixo do seu valor e correspondem, por tanto, a uma superexploração do [da força de] trabalho (MARINI, 2005, p. 157).

Em termos gerais, a superexploração da força de trabalho, enquanto categoria definidora das relações de trabalho nos países de extração colonial e de desenvolvimento capitalista dependente, expressa uma “forma particular de exploração na qual se viola o valor da força de trabalho [...] ocorrendo por mecanismo de mercado ou no próprio processo de trabalho”, processo no qual se verifica “um desgaste ‘anormal’, extensivo e intensivo do trabalhador e da força de trabalho que ele corporifica” (OSORIO, 2013). Em outras palavras, uma violação do valor da força de trabalho, seja porque a força de trabalho é paga abaixo do seu valor, seja porque esta é consumida pelo capital além de condições normais, levando ao esgotamento prematuro da força vital do trabalhador (MARINI, 2005). Para Luce, a relação de superexploração da força de trabalho “é simultaneamente o intercâmbio de equivalentes e sua negação [...] ela exacerba a relação-valor em seus aspectos mais alienantes” (LUCE, 2017, p. 155).

Assim, no que diz respeito ao seu conteúdo, interpreta-se a superexploração da força de trabalho no Brasil como “o conjunto das situações que permitem a elevação do grau de exploração da força de trabalho mediante a redução dos salários para patamar inferior ao valor da força de trabalho”, condições essas que *se expressam aparentemente* em “formas ou mecanismos de elevação da taxa de mais-valia” (CARCANHOLO, 2013, p. 77), mas que são, para além do aumento da taxa de mais-valor, componentes de exploração que “buscam corrigir o desequilíbrio [...] e procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional” (MARINI, 2005, p. 153).

Por essa ótica, pelo olhar que capta a necessidade de a classe dominante local compensar determinada parcela do valor produzido e não-apropriado, a superexploração da força de trabalho constitui uma materialidade específica que se expressa nas relações de trabalho, produzindo reflexos nas relações sociais das economias dependentes, uma categoria singular de análise que corresponde à singularidade dessas nações (CARCANHOLO, 2013).

Por esse prisma, torna-se possível criticar as fundamentações analíticas que fazem uso da categoria sociológica superexploração da força de trabalho para descrever os processos de aumento da exploração da força de trabalho nas nações imperialistas, em especial no período contemporâneo. Essa questão específica ganhará relevo na análise que se pretende conferir no próximo capítulo, mas ressalta-se desde já que o aumento da exploração da força de trabalho não constitui uma opção exclusiva das burguesias dependentes: esse aumento é próprio da ambição pelo lucro, portanto inerente a qualquer formação social capitalista. Os momentos de crise, em especial, têm demonstrado essa tendência de aumento da exploração no conjunto da realidade capitalista. Contudo, se o recurso ao aumento da exploração nos países dependentes se manifesta em regime sistemático, como mecanismo estrutural de compensação, a tendência é a de que em períodos de crise (e destaca-se essa atual crise que vigora desde meados da década de 1960) esse aumento da exploração se mantenha e até mesmo se aprofunde nesses países de economia dependente.

Sendo assim, o simples fato de as economias imperialistas adotarem mecanismos de aumento da exploração em determinados momentos conjunturais, em especial nos momentos de crise, nada indica (mas abre a possibilidade) que a situação da classe trabalhadora e que os padrões de consumo (mas principalmente de vida) nessas economias estejam equalizados, ou mesmo traga lembrança, em relação aos padrões de vida e consumo da classe trabalhadora nas economias dependentes, situação que justificaria teoricamente o uso da categoria em questão. Sem dúvida, os dados que forcem um aumento na estratificação do consumo nos países centrais realmente indicam um reflexo direto do aumento da exploração naqueles países. No entanto, como veremos, a superexploração da força de trabalho possui conteúdo e consequências de outra magnitude, ainda que também se manifeste necessariamente na estratificação do mercado consumidor. Em resumo, nosso exame procura evidenciar que mesmo com a atual proliferação do aumento da exploração da força de trabalho nos mais diversos países imperialistas, tem-se hoje uma realidade distinta que ainda particulariza a classe trabalhadora dos países dependentes, realidade essa que se fundamenta em condições de vida assentadas na superexploração da força de trabalho, mecanismo de compensação da transferência de valor, e por isso categoria definidora das economias dependentes⁴³.

⁴³ Talvez essa busca por uma descrição conceitual que uniformiza duas realidades historicamente distintas guarde consigo o teor daquilo que Sartre (1987) chamou de espírito do nosso tempo. Do ponto de vista teórico-crítico, existe um movimento contraditório na era da globalização que corrobora o florescimento político de análises que ressaltam a diversidade realmente existente na sociedade mundializada, como também a morte de certas interpretações que buscavam explicar criticamente as assimetrias que se constata na realidade no regime capitalista. Figoram nesse segundo aspecto análises sobre o fim do trabalho (e, por extensão, da classe

Historicamente, a superexploração da força de trabalho constitui uma realidade concreta de uma parcela expressiva da classe trabalhadora brasileira, parcela essa que está inserida em relações de trabalho capitalistas nas quais a força de trabalho não é remunerada com um preço adequado e correspondente ao seu valor, resultando em certos limites e deformações na reprodução da vida do indivíduo e da força de trabalho que ele corporifica. No entanto, a superexploração da força de trabalho que aparentemente se expressa na relação de trabalho e contrato laboral individual, representa algo que atua na situação e condição da classe a que esses indivíduos pertencem, para ser mais preciso, que contribui para a condição dos sujeitos vinculados à classe trabalhadora de um país dependente.

Quando colocada em prática, a relação de superexploração da força de trabalho acarreta uma diminuição das possibilidades de consumo da parcela de trabalhadores empregada por capitais que operam empresas e setores que se utilizam desse recurso de compensação, geralmente empresas com capitais de menor composição orgânica, mas também eventualmente (adquirindo cada vez mais regularidade) nos setores dinâmicos e nos setores de bens e/ou serviços transacionáveis, aqueles ramos de bens e serviços que são exportáveis e/ou sofrem a concorrência de bens e serviços importados no âmbito do próprio mercado interno. O fato de essa parcela empregada sob regime de superexploração ter curtas possibilidades de consumo incide negativamente sobre a dinâmica produtiva interna, achatando a demanda por mão-de-obra no mercado de trabalho, processo que historicamente vem resultando na manutenção de altos níveis de desemprego e no crescimento secular do mercado de trabalho informal, esse último caracterizado por relações com remuneração da força de trabalho em níveis que se assemelham (mesmo que menores) aos preços pagos pela força de trabalho superexplorada. Nessas relações também é possível identificar longas jornadas e níveis de intensidade em processos de trabalho com baixa capacidade produtiva, características do processo de trabalho que se assemelham à superexploração da força de trabalho no mercado capitalista. No conjunto, tem-se uma parcela significativa da classe trabalhadora, submetida ou não às relações de superexploração, reproduzindo sua força de trabalho com uma remuneração abaixo do mínimo necessário para sobrevivência. Por esse

trabalhadora), sobre a inadequação teórica da ideia de imperialismo e terceiro mundo. Como na contemporaneidade não se pode sustentar uma análise que desapareça com o aumento da exploração, parece-nos que as interpretações que generalizam a aplicação de categorias criadas para interpretar realidades específicas, usando o subterfúgio da real piora nas condições globais, podem estar configurando parte de um mecanismo político e ideológico que apaga da análise social as condições e aspectos específicos da vida social nos países de passado colonial e atualmente dependentes. Todo tempo histórico tem seu espírito correspondente: nossa análise que se desenvolve em meio às trevas da pós-modernidade não pressupõe que “o centro é a periferia” ou que “a periferia seja o centro”, nem mesmo em seus aspectos mais alienantes.

fato, interpretamos a superexploração da força de trabalho como fundamento da dependência e das condições de vida da classe trabalhadora do país dependente.

Assim sendo, com base nesse aspecto substancial que permeia a classe trabalhadora no Brasil e interfere diretamente no seu viver ao negar parte das condições concretas e das possibilidades de existência que o período contemporâneo proporciona, entendemos que seja possível uma interpretação crítica sobre certas características que o desenvolvimento socioeconômico capitalista confere aos países de economia dependente de maneira singular. No todo e em movimento, em conjunto com a transferência de excedente e participando dos limitados fluxos de aumento da produtividade no Brasil, essa substância tem fornecido um desenvolvimento socioeconômico no qual se verifica, para o capital, um padrão de reprodução regrado fundamentalmente na cisão entre as esferas da produção e do consumo no interior da economia nacional. Com a dinâmica de elevação da composição orgânica de parte dos capitais que atuam produtivamente na economia brasileira tem se verificado características subimperialistas na parcela mais dinâmica desses capitais, movimento que é constitutivo desse padrão de reprodução assinalado. Para os trabalhadores constata-se que a dinâmica sistemática de transferência de excedente e a conjugada superexploração da força de trabalho tem promovido um desenvolvimento socioeconômico com características regressivas, realizando uma re-novação dos elementos que descrevem o subdesenvolvimento, uma expansão degenerativa do acesso ao consumo.

Capítulo 3 – Aspectos da reprodução dependente no Brasil

Se tudo deve permanecer como está, tudo deve mudar.

Giuseppe Tomasi di Lampedusa, *O Leopardo*.

Uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco das relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência.

Ruy Mauro Marini, *Dialética da dependência*.

No conjunto, a presente dissertação toma a realidade socioeconômica brasileira na época capitalista como uma formação social em condição de dependência, ou seja, ao longo dos capítulos anteriores, quando se examinou os fundamentos coloniais e os elementos substantivos dessa economia, tinha-se em mente que a reprodução da sociedade brasileira é condicionada, entre outros fatores, por essa situação histórica⁴⁴. Apesar disso, optou-se pela cautela de *não definir* conceitualmente *o que é* a condição de dependência. Essa preocupação constitui parte do método de pesquisa aqui utilizado e insere-se no modo como a presente análise concebe a existência social: dotada de historicidade, “a realidade se tece e entretece de complexidades, que ainda por cima, se transformam” (BARATA-MOURA, 2015, p. 6), de modo que, como movimento, como processo de desenvolvimento que é, a sociedade brasileira não pode ser assimilada em toda sua dimensão por “qualquer definição estática e formal. Defini-la é reduzi-la a algo acabado, quando ela é processo, desenvolvimento” (CARCANHOLO, 1988, p. 2).

Optamos pela compreensão na qual *ser* significa o mesmo que *reproduzir a si mesmo*, movimento auto-dinamizado pelas contradições que contém. Para uma sociedade de economia dependente nos marcos do capitalismo, isso significa reproduzir e complexificar seus elementos constitutivos mais gerais, aqueles que derivam da processualidade capitalista, bem como reproduzir e complexificar sua especificidade substantiva, expressa na transferência de excedente e na superexploração da força de trabalho. Dessa maneira, essa especificidade só

⁴⁴ “A reflexão sobre as formas de vida humana e, portanto, também a sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa *post festum* e, por isso, com os resultados definitivos do processo de desenvolvimento” (MARX, 1985, p. 23).

adquire existência concreta em sua reprodução ininterrupta: um processo de mudança incessante que produz, de maneira sempre renovada e em constante dilatação quantitativa e qualitativa, seus traços e efeitos no tecido socioambiental brasileiro, conferindo na prática o caráter singular de nossa formação social. Nessa dinâmica, “a luta de classes é um elemento antagônico da reprodução [capitalista], é sua negação. Deste modo, a reprodução do capital, por ser reprodução ampliada de suas contradições, supõe a afirmação e negação do capital. Estudá-la é tratá-la nos dois aspectos” (SOUZA, 2013, p. 225).

Assim, busca-se no movimento de reprodução, que é “a unidade contraditória entre o processo de produção, circulação e consumo, reprodução dos elementos materiais do capital [entre eles a força de trabalho] e do valor do capital em escala ampliada” (SOUZA, 2013, p. 225), uma maneira de (apenas) descrever essa complexificação que se apresenta de forma antagônica no conjunto da sociedade e fundamentar a condição de dependência no desenvolvimento da unidade processual capitalista. Objetiva-se produzir um exame integrado da realidade, pressupondo que essa situação histórica adquire, no tempo e no território nacional, variadas formas de manifestação que, por sua vez, estão coordenadas pelas condições “que o ‘ambiente’ social, econômico, político e cultural fornecem” (SOUZA, 2013, p. 225 – aspas no original) e pelas adequações às quais a economia brasileira se submete a partir “das mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho” (OSORIO, 2012, p. 41).

Para esse objetivo, toma-se a noção de *padrão de reprodução do capital* como a forma pela qual o capital se reproduz em espaços e historicidades distintas:

Ainda que as leis básicas da reprodução do capital se mantenham, é natural que, em um período *dado* e em um espaço *dado*, o capital se reproduza de *determinada* maneira, distinta em alguns aspectos do modo como se reproduz em *outro* período e em *outro* espaço [...] distinções essas tanto em termos dos seus elementos materiais quanto – sobretudo – em termos de valor. O capital é analisado enquanto relação social, o que supõe as condições sociopolíticas desta reprodução (SOUZA, 2013, p. 225).

Em outras palavras:

A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das *formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos* e em *espaços geoterritoriais determinados*, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e circulação [...] assim como as *contradições* que esses processos geram (OSORIO, 2012, p. 40).

Para Marini (1979) e Osorio (2012), a análise e interpretação dos diversos padrões de conduta que organizam o ciclo do capital em distintas formações sociais e nas mais diversas historicidades possibilita um exame das formas e modalidades de produção e realização do capital num determinado ciclo longo de reprodução. Segundo Mandel (1987), a assimilação dos ciclos longos aos ciclos industriais deu origem à crença que tal período historicamente tem compreendido uma média de cinco a sete décadas no transcurso da época capitalista. Para Souza (2013), “na realidade, não existe esta regularidade interna do ciclo longo. Sua duração depende das forças impulsionadoras e do grau de contradição que encerra o padrão de reprodução do capital correspondente”. De todo modo, o ciclo longo “nada mais é que a forma temporal de examinar a vida e morte de um padrão de reprodução” (SOUZA, 2013, p. 227). A análise crítica da economia política na América Latina tem distinguido três ondas longas na história do capitalismo sul-americano, períodos em que a economia brasileira reproduziu padrões de expansão e preservação da sociabilidade burguesa similares àqueles que se manifestaram no conjunto do continente, contudo, de forma específica⁴⁵ com relação a sua forma de expressão e o desenvolvimento das contradições. São eles:

Padrão de reprodução dominante	Período
Primário-exportador	Primeiras décadas do século XIX - 1945
Industrializante	1945 – 1970
Especulação-fictícia	1970 – em vigência

Trata-se de distintas formas de re-produzir as relações capitalistas e sua lógica de valorização que não se confundem com o ciclo econômico.

Durante a vigência de um mesmo padrão de reprodução, podem ocorrer vários ciclos. O ciclo é a forma clássica como se manifesta a expansão e a crise no capitalismo [...] mas a forma específica que assume o ciclo depende do padrão de reprodução vigente [...] além das crises cíclicas, costumam ocorrer crises no próprio padrão de reprodução. Denominam-se essas crises de crises *estruturais* (SOUZA, 2013, p. 226).

Com essa distinção, a análise do padrão de reprodução proporciona um exame da economia brasileira em nível intermediário de abstração, confere ao interior do modo capitalista uma avaliação crítica de determinados momentos históricos que apresentam certas regularidades em meio a distintas complexidades conjunturais, marcadas por fluxos e refluxos

⁴⁵ “Quanto maior a concretude, mais variada se torna a realidade” (OSORIO, 2012, p. 38).

no crescimento econômico, no aumento da produtividade dos capitais e no multifacetado padrão de vida e consumo da população. Para cada um dos três padrões de reprodução descritos acima, há estudos específicos que já se tornaram clássicos na literatura crítica sobre o tema⁴⁶, como também há recentes pesquisas acadêmicas que revisitam criticamente a singularidade de cada padrão⁴⁷ ao analisarem de forma específica e detalhada as condições e determinações que proporcionam a emergência e a decadência dessas distintas modalidades de reprodução. Nossa análise, em consonância com o objeto desta dissertação e com os objetivos específicos do presente capítulo, toma como base essa fortuna crítica, fornecedora de um rico material empírico e de conexões interpretativas que certamente tornam cada vez mais evidentes a complexa e contraditória intensificação e extensão dos elementos que caracterizam a dependência, para fundamentar e expor os elementos e conexões que constituem historicamente o desenvolvimento da dependência, para interpretar e criticar, no processo descontínuo e de aparente homogeneização, os caracteres que, mesmo em processo de complexificação, expressam um desenvolvimento da dependência.

Assim, o capítulo traz uma análise sobre os elementos condicionantes e os fatores que atuaram nas dinâmicas de reprodução do padrão primário-exportador e industrializante da economia brasileira, visando encontrar pistas que fundamentem: 1) o desenvolvimento do impulso subimperialista que marca a economia local desde meados da década de 1960; 2) aspectos regressivos do desenvolvimento capitalista no andamento da vida social moderna no Brasil.

3.1 – A substância em movimento: o padrão primário-exportador no Brasil

Conservar em movimento esta vasta empresa.

Celso Furtado, *Economia colonial no Brasil nos séculos xvi e xvii*.

Quando se diz que os aspectos substanciais da economia brasileira estão em movimento, em processo de desenvolvimento, tem-se em mente que essa processualidade está se complexificando de forma desigual. A feição desigual desse movimento se refere às e se reflete nas mais distintas esferas da realidade e da consciência social, já o seu sentido

⁴⁶ Conferir, por exemplo, Marini (2017), Souza (1974), Osorio (2012).

⁴⁷ Entre outros, Arruda (2012), Luce (2012), Raposo (2018).

complexo apenas enuncia que a substância, a superexploração da força de trabalho e a transferência de excedente, sofrem no desenvolvimento capitalista uma constante renovação que dilata o caráter multifacetado que lhe é próprio. Retomando a noção de Lukács (2013), são complexos que se complexificam em um processo objetivo que não carrega em si uma valoração positiva ou negativa. Em outras palavras, ainda que aumente em intensidade e quantidade, a crescente complexidade que envolve o sistema da dívida pública, a política fiscal, cambial e monetária do país não possibilita que as relações de transferência de valor e superexploração se tornem mais ou menos indigestas, apenas mais complexas.

Ancorado em tal objetividade, este capítulo aborda algumas de suas variadas e multifacetadas manifestações na reprodução do padrão primário-exportador e industrializante. Essa busca nos possibilitará interpretar e criticar os sentidos que tais aspectos substantivos conferem à vida e ao desenvolvimento dos sujeitos que pertencem às duas classes que vivem sob antagonismo. Trata-se, por conseguinte, de uma maneira de compreender e delimitar os fundamentos e particularidades de um desenvolvimento singular que vai se tornando, a um só tempo, agressivo com as ex-colônias do continente africano e latino-americano e regressivo para o proletariado brasileiro. Ou seja, um movimento que, rompendo os limites territoriais da nação, exerce papel ativo na expansão dos monopólios e nas formas de desenvolvimento do capital em sua fase imperialista e, ao mesmo tempo, toma para si a função de centralizar e concentrar nas costas da classe que vive do trabalho no Brasil o aprofundamento das contradições inerentes à ordem mundial capitalista.

Nessa investigação, novamente, toma-se o desenvolvimento do modo de produção capitalista como unidade do real que é: realidade única em processo de desenvolvimento. Nesse processo, existe uma história não linear (da qual somos parte constituinte e peça constituidora), permeada por crises cíclicas e estruturais, pelos incessantes fluxos de centralização e destruição de capitais. Fazem parte dessa história as condições que proporcionam a emergência e a crise dos padrões que deram modalidade singular para os distintos momentos da história econômica brasileira, como também estão inscritas nela as funções contraditórias que levaram ao auge e ao declínio dos respectivos padrões de reprodução e ao apogeu e à decadência de distintas épocas na história da acumulação capitalista a nível mundial (OSORIO, 2012). Logo, se aqui buscamos, por intermédio do exame de distintos padrões históricos de reprodução, a processualidade e os efeitos que se desdobram da transferência de excedente e da superexploração da força de trabalho no Brasil, tem-se em mente o movimento contraditório e alienante de um capital total, por assim dizer,

fomentador de revoluções industriais e tecnológicas, que se desenvolve expandindo e integrando produtivamente regiões e formações sociais por todo o globo, ao mesmo tempo em que concentra, centraliza e monopoliza a riqueza social.

O primeiro século de vida independente da economia nacional, que corresponde aproximadamente ao período que transcorre do segundo decênio do século XIX até a terceira década do século XX, delimita o primeiro padrão, a primeira modalidade de reprodução da lógica de valorização de capitais no Brasil. O início dessa modalidade de reprodução está condicionada pela relativa debilidade inscrita na estrutura produtiva do país desenvolvida nos marcos da dominação colonial e consumada na cadeia de encargos financeiros que a nação teve de assumir no processo que referendou sua independência, situação que no conjunto impõe uma inserção política, econômica e diplomática subordinada às condições impostas pelos países (com destaque especial para a Inglaterra e França) que, naquele período, operavam produtivamente com níveis tecnológicos que a primeira revolução industrial fornecia. Ainda que emancipado politicamente, o Brasil emerge na cena histórica do século XIX encoberto por suas raízes coloniais.

Assim, é nesse período que o país conhece o seu primeiro impulso modernizante, ou seja, seu primeiro momento na lógica de aprofundamento da dependência. Isso porque são os resultados da política econômica do referido período (que se processa sob a dominância da oligarquia cafeeira em associação com as casas fluminenses de importação) que dará as condições para que o Brasil desenvolva, nos marcos do século XIX, seu primeiro complexo urbano-periférico, também conhecido como o morro carioca, nossa primeira “Rocinha”. Todavia, o desenrolar desse padrão primário-exportador proporcionou uma ampliação e diversificação inicial do mercado interno, uma modernização das instituições políticas e jurídicas, sem, no entanto, eliminar nossos laços de dependência produtiva, financeira e tecnológica. Pelo contrário, ainda que com maior grau de diversificação e produtividade internalizado, a economia brasileira que emerge no início do século XX dando seus primeiros sinais de desenvolvimento do estrangulamento externo, carece das possibilidades que a segunda revolução industrial oferecia naquele momento. Vejamos os caracteres mais gerais da forma como se desenrola esse padrão de reprodução, de modo a proporcionar uma situação de modernização que aprofunda e torna mais complexa a situação histórica de dependência.

A demanda criada a partir da dinâmica que ascende e resulta do complexo urbano-industrial nos países centrais é fator de oportunidade para que a economia brasileira, ainda que débil, insira-se em condições de relativa conveniência e comodidade num mercado cuja

dominância é exercida pelos produtores de bens industriais. Evidentemente, essa demanda está sensivelmente atrelada aos produtos e matérias-primas que a produção industrial requeria naquele período e às necessidades de consumo da nascente população urbana, em especial o numeroso proletariado que se desenvolve na Inglaterra, França e nos EUA. Para a economia brasileira identifica-se uma demanda, ao menos em parte, que estimula a produção de certos bens primários favorecidos pelas condições geográficas e ambientais internas, proporcionando ciclos de crescimento econômico que giram em torno da exportação de monoculturas: o curto e enriquecedor ciclo da borracha e do cacau, a persistente e secundária produção do açúcar e o potente ciclo do café.

Para a análise dos ciclos de valorização que se desenham nesse padrão de reprodução importa, inicialmente, examinar a origem dos recursos monetários que financiam a compra dos itens necessários à produção desses bens primários. Sabe-se que há uma expressiva participação de capitais estrangeiros, em especial ingleses, na forma de empréstimos públicos e privados. Esse fator atua direta e negativamente sobre o montante de capital que estará disponível para a inversão produtiva após a realização das mercadorias exportadas. Ao mesmo tempo, influencia positivamente o desenvolvimento do capital estrangeiro, que é remunerado na forma de juros ao oferecer as possibilidades iniciais (dinheiro) para o ciclo de valorização na economia nacional exportadora. De outro lado, o aumento na capacidade produtiva e de escoamento dos bens primários para os portos, que não podia ser compensado pela intensificação do trabalho, também necessitava do financiamento fornecido por capitais estrangeiros. Novamente, no decorrer do processo interno de valorização, parte daquilo que será auferido com a realização das mercadorias exportadas será repartido com os capitais que não atuam produtivamente na economia nacional.

Para entrar no processo produtivo o capital se metamorfoseia, abandona a forma dinheiro e passa a se apresentar como matérias primas e força de trabalho, elementos necessários à consecução do processo produtivo. Aqui cabe uma atenção especial: de um lado, o padrão primário-exportador permeia todo o longo processo de destituição das relações de trabalho sob a forma escrava, constituindo formas híbridas de assalariamento e que podem ser sintetizadas na ideia de um salário arcaico (BARBOSA, 2013), correspondente ao padrão de vida sob o regime de escravidão. De outro ângulo, a produção cafeeira somente abandona em definitivo o regime de trabalho escravo-forçado no final da década de 1880 (GORENDER, 1978), obtendo todos os superávits na balança comercial que marcam a segunda metade da década de 1850 até o referido período baseada numa “intensificação da exploração da força de

trabalho sob regime de escravidão, um trabalho combinado, que sem criar as exigências de intervenção no nível técnico permitia aumentar a produtividade” (FERNANDES, 2010, p. 49).

Na década de 1880, ao se abandonar as técnicas⁴⁸ que produzem um aumento na produtividade do trabalho sem a necessidade de incremento tecnológico, a produção cafeeira passa a ter a mão-de-obra imigrante como predominante no Oeste paulista. Destacamos aqui aspectos da relação que envolve o incentivo e a busca por mão-de-obra imigrante para a produção de café, principal mercadoria dinamizadora do período: se é certo que nas primeiras fases da produção desse produto, em meados do século XIX, a região que compreende o Oeste e o extremo Oeste paulista não dispunha de mão-de-obra suficiente para um empreendimento de tamanha demanda no mercado externo, talvez não esteja tão precisa a ideia de uma “inelasticidade da oferta de trabalho”⁴⁹ na economia brasileira “pela metade do século XIX” (FURTADO, 2006, 173).

Ainda que por meio do uso de fontes que revelam relativa imprecisão, Moura (2013) contabiliza, no ano de 1872, uma população de 9.930.478 pessoas vivendo no Brasil, sendo que desse total 1.510.806 estão sob condições de escravidão. Levando em conta o baixo dinamismo que a economia nacional apresentava nesse momento e sendo a população não-proprietária expressivamente maior entre os habitantes livres, tem-se, no conjunto, um número significativamente maior do que “o número de imigrantes europeus que entram [em São Paulo] [...] o total para o último quartil do século XIX foi de 803 mil” (FURTADO, 2006, p. 188). Ainda que se leve em conta os custos de deslocamento da força de trabalho nesse país de dimensão continental, bem como o processo que levou parcela da população nordestina a se deslocar para a região Amazônica em busca de ocupação nos processos de trabalho para a exportação da borracha, cabe indagar algumas das razões que levaram à não predominância da mão-de-obra nacional no desenrolar da cultura cafeeira e se essa racionalidade cumpre função no modo de reprodução primário-exportador.

Segundo Clóvis Moura (2013), da parcela de trabalhadores submetidos à escravidão no período correspondente, cerca de 25% destes estão concentrados na província de Minas de

⁴⁸ Entre outras, o “bacalhau: chicote de pequeno cabo de couro, a que se seguia o couro retorcido, terminando em cinco pontas livres. Mas havia ainda rebenques de todos os feitios, até ramos flexíveis de árvores. Os castigos de açoites variavam de intensidade, conforme as faltas cometidas no trabalho e conforme as tradições de tolerância ou de crueldade dos fazendeiros” (MOURA, 2013, p. 59).

⁴⁹ Parece-nos uma afirmação que contraria a argumentação que o autor faz uso por *toda* a obra citada, analisando como característica básica da economia brasileira “a relativa elasticidade da oferta de mão-de-obra e a abundância de terras” disponíveis (FURTADO, 2006, p. 220). De todo modo, tal conceito neoclássico também nos parece de difícil aplicação para um momento da economia brasileira cujo mercado de trabalho estava *formado e constituído* pelo elemento escravidão.

Gerais e 20% na província do Rio de Janeiro, totalizando um percentual de 45% da população escravizada nacional nas duas regiões que mais se aproximam da produção paulista de café. Nesse período, é significativo o trabalho escravo nas regiões urbanas da cidade do Rio de Janeiro, com especial destaque para o desenvolvimento singular da modalidade “escravo de ganho” (ALGRANTI, 2002), forma particular de exploração na qual se alugava a mercadoria escravo para ofícios e trabalhos de carga e transporte em geral.

Adquirindo expressão relevante na dinâmica fluminense, e se conjugarmos isso com o fato de que a própria Corte dependia e lançava mão abertamente do trabalho escravo, justifica-se a não disponibilidade de mão-de-obra nessa região para as plantações de café no Oeste paulista. Contudo, se trabalham, mas não estão disponíveis para produzirem exportáveis, trabalham porque funcionalizam dinamicamente essa produção, mesmo que indiretamente.

Ainda que a centralidade da produção cafeeira tenha se deslocado para a província de São Paulo e seu escoamento tenha se direcionado ao porto de Santos, os dinamismos comerciais da cidade do Rio de Janeiro e de seu porto mantiveram sob controle hegemônico o comércio de importações. Essa situação conecta a demanda dos cafeicultores paulistas por bens importados com as relações de trabalho na cidade fluminense, fomentando, assim, um circuito comercial que emprega força de trabalho escrava ou não, mas sempre em condições de baixa remuneração, mecanismo que rebaixa os custos com transporte e comercialização interna e, desse modo, decisivo para a acumulação nesse padrão de reprodução dependente.

Paralelamente, em Minas Gerais, o período ainda singularizava a região pela decadência da extração de minerais, declínio relativamente compensado por meio do complexo produtivo formado pela pecuária. Nessa dinâmica gira o impreciso setor de subsistência que ocupa de forma descontínua a região mineira. Ainda que parte dos trabalhadores dessa região tenha se direcionado para a produção de café em São Paulo, assim como parte da população trabalhadora que se viu desocupada com o declínio da produção fluminense dessa mesma monocultura, foi expressivo o percentual que se manteve na região mineira trabalhando no complexo produtivo e comercial criado pela pecuária e/ou em condições de subsistência, fomentando nesse período, inclusive, o povoamento do conhecido triângulo mineiro (FURTADO, 2006). Em nossa avaliação, o setor de subsistência cumpre uma função especial em Minas Gerais no referido período: a produção de leite, ovos, farinha de mandioca, feijão e queijos que excede a quantidade necessária à subsistência é colocada à venda, mas intermediada por atravessadores que organizam e centralizam as inúmeras

produções familiares com base em pequenos armazéns. Nesses armazéns, o atravessador (que em alguns casos é um grande comerciante no ambiente urbano) vende para população local mercadorias com preços abusivos e compra a produção local por preços relativamente bem menores daqueles que serão praticados nas vilas e cidades, em especial naquelas que giram entorno das grandes fazendas de café. Dessa relação, surge a possibilidade de que parte dos bens necessários que compõem a cesta salário do trabalhador (imigrante) empregado na produção exportável seja ofertada a preços relativamente compatíveis⁵⁰ aos baixos rendimentos que esse obtém pelo trabalho nos cafezais, proporcionando, assim, uma baixa nos custos de reprodução da força de trabalho sem que se eleve a produtividade dos setores que produzem os bens necessários para essa reprodução.

Ao analisarmos essa questão conferindo ênfase ao atravessador e sua “troca desigual” não buscamos, neste momento, jogar luz sobre os complexos do abastecimento urbano no Brasil e suas repercussões na economia, em especial nos índices de inflação (RANGEL, 1954), mas sim problematizar e interpretar a economia de subsistência mineira desse período como portadora de dinâmica funcional à produção cafeeira de baixos salários. Em outros termos, tomamos a necessidade de empregar trabalhadores em condições de subsistência como parte do processo de acumulação nesse padrão de reprodução, justificando-se assim, dentre outros fatores aos quais já se fez referência ao abordar a dinâmica fluminense, a necessidade de incentivo à importação de mão-de-obra.

Nesses dois casos, cada um a seu modo, ao entrar em crise a economia de exportação, a funcionalidade irá desembocar em reajustamento social: no Rio de Janeiro, a expulsão dos negros do centro da cidade com a queda na capacidade de importar; em Minas, a inviabilidade da vida rural sob condições de subsistência que as exportações dinamizavam. Observa-se que a reprodução desse padrão, ao se desenvolver mantendo condições de subsistência e relações de trabalho escravo, prepara os trabalhadores dessas regiões para sua funcionalidade na reprodução do padrão seguinte: com a crise da economia exportadora também entra em crise a vida sob condições de escravidão e semi-escravidão, crise essa que conduz os sujeitos que assim vivem e dela dependem ao futuro ambiente urbano-industrial em estado de extrema vulnerabilidade, circunstância nada favorável para as disputas políticas que giram em torno da relação capital-trabalho.

Já se sabe que a realização da produção exportável está no mercado de consumo europeu e estadunidense. Alguns desses bens primários (a borracha, por exemplo) figuram no

⁵⁰ Devido ao esquema comercial fundado nos barracões, essa compatibilidade nem sempre se realizava para o trabalhador (DA COSTA, 1966).

rol de matérias-primas que compõem o processo produtivo dos setores industriais que produzem bens de consumo necessários. O café, por sua vez, é componente básico da moderna dieta alimentar que se configurou com a industrialização, em especial a dieta dos trabalhadores nos EUA.

O efeito dessa oferta será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas [...] mediante a incorporação de bens-salário [o Brasil] desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia *relativa* nos países industriais (MARINI, 2011, p. 140).

Destaca-se nessa função a dinâmica que o padrão de reprodução primário-exportador no Brasil assume ao proporcionar as condições para que “o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa” (MARINI, 2011, p. 140), processo que está intimamente relacionado aos meios e às potencialidades de acumulação de capital que os países centrais adquirem no decorrer do século XIX: dentre outros fatores, dos quais se enfatiza os empréstimos e o endividamento da economia brasileira, foi por intermédio da dinâmica criada pela extração de mais-valor relativo que os capitais daquelas regiões conseguiram converter o desenvolvimento da produtividade em processos de concentração e centralização de capital, dinâmica essa que proporcionou a germinação do capital monopolista no final do século XIX. Além disso, tal centralização de capital foi condição necessária para a consolidação dessas economias na vanguarda do desenvolvimento tecnológico, materializada no monopólio da técnica que surge com a segunda revolução industrial. Dessa forma, está entrelaçado no transcurso do padrão de reprodução primário-exportador no Brasil o nascimento da fase monopolista de acumulação, etapa essa singularizada pela exportação de capitais e integração produtiva da economia mundial sob a dominância de grupos monopólicos (DOS SANTOS, 2020).

Internamente, a processualidade histórica desse padrão incide dinamizando, ainda que timidamente, aspectos demográficos, o acúmulo de capitais e o consumo da população residente. Na produção colonial essa dinamização encontrou embargos legais impostos pela metrópole portuguesa, o que difere substancialmente do período aqui tratado porque a dinamização é abertamente impulsionada de fora para dentro, fortalecida pela necessidade de expansão de mercado e exportação de capitais que a produção industrial estrangeira contém.

Assim, desenvolve-se uma produção industrial interna que opera nos limites de mercado que a dinâmica exportadora oferece. Nesse processo de industrialização anexa ao

setor exportador, destacamos a macrorregião que vai se desenvolvendo e envolve desde o leste de Minas Gerais, o estado do Rio de Janeiro e as cidades paulistas que pertencem à trilha de escoamento do café até o porto de Santos. De outro ângulo, pode ser analisado nessa região um processo de monopolização precoce (pelo capital estrangeiro) de certos setores industriais que se constituem no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

No final da década de 1920 a RJFM (Rio de Janeiro Flour Mills & Granaries) detinha mais de um quarto de capacidade de produção de farinha de trigo no país, a qual satisfazia cerca de três quartos do consumo interno [...] [na mesma década] todo ramo de produção de fósforos era controlado por um truste internacional liderado pela Swedish Match (SUZIGAN e SZMRECSÁNYI, 2002, pp. 264 e 265).

São casos que ilustram o processo de monopolização precoce da indústria brasileira, haja vista que a dinâmica de capitalismo concorrencial obteve curta duração no país em relação ao seu desenvolvimento nos países centrais. Segundo os autores citados, insere-se nesse processo (que é anterior à década de 1930) a indústria de transformação nos setores metal-mecânico, elétrico e químico/farmacêutico. Com relação à produção de cimento afirmam:

O primeiro investimento bem-sucedido no país só surgiu na década de 1920, através da Cia. Brasileira de Cimento Portland [...] fundada em 1924 com capitais canadenses [...] em meados da década de 1930 sua capacidade de produção supriam cerca de três quartos do consumo aparente de cimento no Brasil (SUZIGAN e SZMRECSÁNYI, 2002, pp. 264 e 265).

Quanto à indústria siderúrgica:

A Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, fundada em 1921 por um grupo belgo-luxemburguês a partir do *take-over* da Cia Siderúrgica Mineira [...] no final da década de 1930 esse grupo possuía uma usina que era o maior complexo siderúrgico integrado da América do Sul, e também a maior unidade do mundo com base no carvão vegetal (SUZIGAN e SZMRECSÁNYI, 2002, p. 282).

Com esses exemplos e, se tomarmos o capital em sua estrutura e dinâmica total, pode-se interpretar que a dinâmica de reprodução dependente primário-exportadora funcionaliza e amplia as condições de reprodução do regime em sua totalidade, abrindo possibilidades para que os setores industriais que manipulam a técnica mais desenvolvida possam ampliar seus espaços de produção e realização.

Já antes da Primeira Guerra Mundial [...] começam a transferir para a periferia dinamismos econômicos que refletem o advento das “corporações” ou das “empresas multinacionais”, típicas da Segunda Revolução Industrial (FERNANDES, 2020, p. 304 – aspas do autor).

No mesmo ângulo, a ausência de dinamismo interno no país se apresenta cada vez mais como um empecilho para o desenvolvimento do sistema, impedimento esse que a própria empresa monopolista buscará resolver, ainda que complexificando a dependência e mantendo a produção nacional desvinculada das necessidades de consumo da população.

3.2 A substância em movimento: padrão de reprodução industrializante no Brasil

Reciclam aquele padrão de desenvolvimento para continuar a ser o que sempre foi, adaptando-o às novas condições e aos novos interesses das nações centrais.

Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil*.

O surto de industrialização que a economia brasileira vivenciou no decorrer do século XX, com destaque para o intervalo que compreende as décadas de 1930-1970, constitui-se de significado ímpar na história política e econômica do país, caracterizando-se por uma monumental ampliação e diversificação do mercado capitalista no território nacional, movimento que guarda em parte de sua história a ação prática de uma vanguarda política, intelectual e artística cujo empenho não pode ser menosprezado.

A reconstrução teórica desse processo, no entanto, tem se apresentado na maioria das vezes de um ângulo que toma o fim das políticas de industrialização como a *interrupção* de um processo linear que, em sua continuidade, conduziria (de pouco em pouco... e mais um pouco) a nação brasileira para um acerto de contas com sua herança colonial⁵¹. Nossa análise busca uma reconstrução analítica do processo no intuito de apresentar uma crítica à visão linear de desenvolvimento expressa na ortodoxia funcionalista e/ou em suas variantes social-desenvolvimentistas.

⁵¹ “Mas a transformação, embora econômica e sociologicamente significativa, não foi tão acentuada a ponto de forçar a destruição dos últimos baluartes vivos do ‘complexo econômico colonial’” (FERNANDES, 2020, p. 303).

Se é certo que estamos diante do processo que consolidou o itinerário da revolução burguesa no Brasil, e se assim o caracterizamos não tanto em busca de um excessivo rigor conceitual, mas visando alcançar um discernimento mais amplo de toda essa etapa, não deixa de ser notável o compromisso político que conservou (renovando e redefinindo) alguns fundamentos que exerciam função específica na exploração mercantil-escravista.

Se em todo o processo, que germina com a Independência de 1822 e se consubstancia na autocracia burguesa de 1964, a metamorfose de alguns elementos coloniais atuou no sentido de funcionalizar dinamicamente a revolução burguesa e a construção da modernidade no Brasil, de que maneira as expectativas que derivam do desenvolvimento urbano-industrial adquirem expressão e sentido particular no Brasil? Ao se jogar luz sobre a estrutura fundiária que se preserva e as impossibilidades de trabalho e poder que se fixam, o ideal burguês de liberdade econômica/igualdade política se apresenta de forma particular para aqueles sujeitos que, coagidos por uma tímida expansão da oferta de trabalho, se veem desprovidos de realização, ainda que na condição de proletários, ocupando não mais que um espaço marginal na dinâmica de reprodução e valorização de capitais. Todavia, se a condição é secundária, acessória, cabe à ciência social investigar sua funcionalidade, afinal, se trabalham, ainda que na condição de marginais, trabalham em função da reprodução dependente e de seu papel no desenvolvimento geral do regime moderno de sociabilidade.

Nesse sentido cabe elucidar, inicialmente, que a despeito das alterações substanciais (na economia e em suas instituições políticas) que se efetivaram no curso desse padrão de reprodução industrializante, o café ainda é o principal produto da pauta de exportações no ano de 1969 (ARAÚJO, 2021), perdendo essa posição para o complexo da soja em meados da década de 1970 (DELGADO, 2012). Desse modo, o movimento que se constitui na composição das exportações do país após os anos 1980, com o avanço significativo da indústria extrativista e agroextrativista, caracteriza-se por uma modernização e consolidação do setor primário nas exportações brasileiras. Esse cenário altera significativamente o modo como analisamos o processo de re-primarização da pauta de exportações no referido período, movimento relacionado à nova divisão internacional do trabalho instituída no final do século XX e que guarda em seu nascedouro as contradições que se desenvolveram no período que aqui se examina.

Do ponto de vista histórico global, a dependência que se reproduziu no incentivo à industrialização interna do país condensa em si a consolidação do capital monopolista na esfera do mercado mundial e, após esse processo, a germinação e o desenvolvimento da

dominância⁵² do capital especulativo-parasitário sobre a reprodução da sociabilidade moderna.

A acumulação financeira, isto é, a centralização dos lucros não reinvestidos em instituições e das poupanças das famílias com o objetivo de valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros, teve início durante os anos 1950, nos Estados Unidos [...] foi durante o período chamado de trinta anos dourados, que compreende o imediato pós-Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 1970, que teve início o processo de acumulação financeira. Tomando emprestada a ideia de Ingmar Bergman, o ovo da serpente estava sendo gestado mesmo quando era o capital produtor de mercadorias que estava no comando da dinâmica capitalista (MARQUES e NAKATANI, 2009, p. 20).

Assim, a divisão internacional do trabalho que se efetiva com o fim da Segunda Guerra, orquestrada pelo poderio militar ianque, tem como elemento essencial o capital portador de juros, cuja força motriz que coordena a produção e a exportação de capitais encontra-se na grande empresa monopolista. (DOS SANTOS, 2020). Nessa nova divisão, o controle sobre o petróleo funda e o dólar gerencia os índices mundiais de lucratividade, ambos administrados pelo Sistema de Reserva Federal (FED⁵³) estadunidense (SERRANO, 2004).

Formada com essa disposição assimétrica de poder, a nova divisão mundial, inicialmente, defronta-se com dois problemas de ordem social e política a serem resolvidos, obviamente, dois ensejos para a valorização de capitais: de um lado, a reestruturação de parte do continente europeu que havia sido devastado pela irracionalidade nazifascista, de outro, a integração político-cultural e produtiva dos países de extração colonial, territórios nos quais a crítica comunista florescia desde o início do século.

Nessa situação, o controle da periferia passa a ser vital para o ‘mundo capitalista’, não só porque as economias centrais precisam de suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos [...] mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para expansão do capitalismo. Onde a oportunidade não fosse aproveitada ou fosse perdida, a alternativa seria [...] novas transições para o socialismo (FERNANDES, 2020, p. 308 – aspas do autor).

Nesse cenário, em meados de 1950, é aprovado pelo Congresso dos EUA o *Act for International Development*, programa de cooperação para os países da América:

Prevendo a formação de comissões, ajuda técnica e econômica para promover o desenvolvimento. O Brasil esteve entre os oito países que acolheram a proposta, criando a comissão Mista Brasil-Estados Unidos [...] seus objetivos residiam em

⁵² “Vivemos num mundo financeirizado, em que o capital portador de juros, chamado de financeiro pela mídia, é o principal definidor das relações econômicas e sociais do capitalismo contemporâneo” (NAKATANI e MARQUES, 2020, p. 7).

⁵³ A sigla, utilizada de maneira corrente, corresponde a *Federal Reserve*.

estabelecer planos de investimento e criar condições propícias ao estímulo dos investimentos privados e estrangeiros (BASTOS e COSTA, 2021, p. 184).

Sob o prisma do investidor externo, a economia brasileira apresenta singularidade que a distingue de parte considerável da realidade latino-americana: há um relativo nível de desenvolvimento da vida cidadina, ou seja, uma economia de mercado que oferece condições para que o capital se realize, processo que vinha se esboçando desde o ciclo do ouro no período colonial, adquirindo impulso singular com a dinâmica fluminense e sua Corte no século XIX e com o complexo urbano-rural que a economia cafeeira proporcionou. (BAMBIRRA, 2019).

Esse incipiente mercado interno, aos olhos do pragmatismo científico que coordena o homem de negócios representante da multinacional estrangeira, é fator de oportunidade e espaço para a alta lucratividade e a rentabilidade de capitais. Com um mercado capitalista já estruturado, “a economia brasileira já não concorre, apenas, para intensificar o crescimento do capitalismo monopolista no exterior: ela se incorpora a esse crescimento, aparecendo, daí em diante, como um de seus polos dinâmicos, na periferia” (FERNANDES, 2020, p. 314).

O “aparecimento de uma pequena burguesia cada vez mais volumosa e agressiva”, com sede de consumo “nas metrópoles e nas grandes cidades” (FERNANDES, 2020, p. 308), arremata o pacote de oportunidades e sincroniza-se com a oferta possível de que o capital monopolista dispõe: certos bens de consumo duráveis que permanecerão no Brasil como bens de consumo suntuosos durante todo o ciclo longo de industrialização. “No Brasil, foi somente na década de 80 do século passado que o televisor deixou a condição de bem santuário [...] sob governo da ditadura empresarial-militar, apenas 9% das famílias possuíam o bem [automóvel] em 1970. Em 1980, essa cifra passou para 19%; e, 1991, 23%” (LUCE, 2017, p. 127).

Das contradições que contém o processo de industrialização no período de integração monopolista, os teóricos marxistas da dependência procuram enfatizar a permanência do divórcio, ainda que atenuado, entre a esfera produtiva e as necessidades de consumo dos trabalhadores. Essa cisão é fruto da dinâmica com a qual opera o sentido da valorização de capitais que hegemoniza o processo.

Quando se analisa a dinâmica, levando-se em conta sua estrutura e os atores que lhe dão vida, as divisas fornecidas pelo setor primário-exportador tornam-se impreteríveis ao possibilitar o financiamento dos bens e serviços e capitais importados e necessários ao

empreendimento de substituição de importações⁵⁴. Dessa maneira, a condição histórica de dependência novamente vem à tona, mas aqui o que se revela, para além dos capitais que as exportações forcem, é a mão-de-obra que o “fazendão” de monoculturas não emprega e, ao se expandir e se modernizar tecnicamente, expulsa do campo para a cidade (satélite), do sertão para a megalópole, aquele mesmo sujeito que se viu asfixiado com a crise do padrão de reprodução anterior. Do ponto de vista da burguesia industrial brasileira, se há racionalidade no pacto de classes que conservou a força política das antigas oligarquias rurais, seus indícios talvez se encontrem na massa de trabalhadores e na força de trabalho que se incorpora nesse padrão de reprodução para atuar dentro e fora do processo produtivo das empresas dinâmicas.

No início dos anos 1950, em processo de desenvolvimento, a reprodução da dependência que se padroniza na dinâmica de industrialização interna, mas tem como impulso o capital estrangeiro, encontra sua primeira crise no modelo de financiamento das importações baseado nos saldos da balança comercial. “A produção exportadora [...] sofreu um duro golpe no pós-guerra, em razão da substituição progressiva das matérias-primas naturais por produtos sintéticos” (DOS SANTOS, 2020, p. 67), situação que, conjugada à outra faceta da dependência, a deterioração dos termos de troca dos produtos primários, conduziu o lema de JK, “cinquenta anos em cinco”, para outros rumos, nem sempre lembrados.

Durante todo o período, o saldo de “Serviços e Rendas” esteve sempre negativo, contribuindo, junto com a deterioração comercial, para um crescente déficit de transações correntes. A oscilação se deu de forma mais acentuada nas rendas do que nos serviços, destacando-se o crescimento das despesas com juros, que mais que triplicaram (BASTOS E COSTA, 2021, p. 193).

Em movimento, em processo de desenvolvimento, o padrão industrializante necessita de capital-mercadoria e capital-dinheiro externo para se realizar. Quando a balança comercial não cobre os custos dessas importações, entra em cena a cooperação do Fundo Monetário Internacional (FMI): ainda que benevolente com as nações em processo de desenvolvimento, os juros não deixam de ser cobrados, quando não se pode pagá-los, mais juros são cobrados. Assim, se restringirmos a análise até o fim do milagre econômico, a reprodução da dependência no padrão industrializante desenvolveu uma dívida externa que atingiu a marca de 15 bilhões de dólares. Uma boa analogia seria dizer: “É como o dependente químico: as drogas o matam, mas necessita delas para seguir vivendo...” (BAMBIRRA, 2019, p. 143).

⁵⁴ “A tese da industrialização substitutiva de importações representou um elemento básico da ideologia desenvolvimentista” (MARINI, 2011, p. 158).

Considerações finais

Nesta dissertação de mestrado almejou-se, em primeiro plano, enriquecer a teoria social no Brasil, em geral, e a teoria marxista da dependência, em particular, com reflexões e indagações a respeito da formação social brasileira. Ao nos apoiarmos na história econômica, em especial na tradição crítica que vem trilhando as pistas de Caio Prado Jr., apontou-se a necessidade de exames e reflexões que tomem a historicidade das relações econômicas, mas também sociais, em realidades concretas específicas, que diferem na unidade que forma os países em condição de dependência. Nesse sentido, a pesquisa buscou indicar que os mais de 500 anos de história econômico-social desse país se apresentam como um livro aberto para as novas gerações de pesquisadores que buscam na obra de Marini – ainda que não apenas na dele – um fundamento para a crítica da economia política latino-americana.

Com o mesmo intuito, ao nos debruçarmos sobre a historicidade do desenvolvimento capitalista no Brasil, buscou-se jogar luz sobre as determinações do trabalho escravo-forçado na constituição da subjetividade do proletariado brasileiro. Esse entendimento sinaliza que o racismo moderno e, para além dele, aspectos culturais e expressões religiosas que pairavam sobre as relações de subalternidade presentes na organização social escravocrata, podem ter adquirido feições contemporâneas e estarem se apresentando na dinâmica de superexploração da força de trabalho do trabalhador livre. Na atualidade brasileira, entre outras feições, se observamos certos aspectos políticos-ideológicos que conformam a conduta social e estão presentes no discurso religioso neopentecostal, norteando o caminho da “busca pela prosperidade”, não deixa de ser notável a semelhança com a noção de “sacrifício compensador”, presente nos sermões de Antonio Vieira. Nesse sentido, incita-nos a pensar a função social que cumpre a teologia da prosperidade – concebida no seio da economia e da sociedade brasileiras, e expressivamente presente no cotidiano da população submetida às condições de superexploração.

Tendo em vista a aproximação histórica e crítica exposta nos capítulos anteriores, retomamos agora brevemente o problema que envolveu a análise e a interpretação de momentos e aspectos singulares do desenvolvimento capitalista no Brasil: nas condições que fornecem a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho, ao proporcionarem a manutenção e a ampliação da situação histórica de dependência, em que consiste o conteúdo do desenvolvimento capitalista para os trabalhadores no país dependente,

em outras palavras, conforme indagado anteriormente, qual a substância do desenvolvimento capitalista no Brasil?

Nossa hipótese inicial apenas se aproximava dessa substância, ao observar no desenvolvimento capitalista no Brasil a presença de determinadas características regressivas com relação a certos atributos que a modernidade capitalista confere aos seres sociais formados em seu contexto, atributos esses relacionados às possibilidades de consumo fornecidas pelo desenvolvimento da técnica e as perspectivas de sociabilidade que se abrem com a moderna vida citadina. Sendo moderno por excelência, nascido e desenvolvido na dinâmica expansiva do capital-mercantil, nos parece que o processo de colonização do Novo Mundo pode estar velando traços relevantes do modo de gestação da cultura moderna e do trabalho livre, caracterizada pela forma moderna de exploração da força de trabalho. As relações de transferência de valor e superexploração da força de trabalho, ao serem criadas, desenvolvidas e reproduzidas de acordo com a lógica mundial da acumulação capitalista, proporcionam uma racionalidade e funcionalidade que se apresentam aos trabalhadores brasileiros, mas que pertencem à dialética imanente do regime de produção em sua unidade, ou seja, o conteúdo substancial das condições de dependência nos parece ser constitutivo do desenvolvimento capitalista.

Se é certo que a exploração da força de trabalho na modalidade compulsória forneceu a base para os processos de acumulação primitiva, nos parece limitado compreender a escravidão moderna apenas como fornecedora e constituidora de relações “pré-capitalistas”. No presente exame, tomou-se o trabalho escravo-forçado como fundamento histórico, moral e político que abriu possibilidades para as relações de superexploração da força de trabalho na economia nacional. Se acolhermos o caráter moderno da colonização e, com isso, o cunho moderno do racismo e da escravidão, tem-se determinações do escravismo na constituição e fundamentação da exploração do trabalho livre no mundo moderno. Ainda que tais determinações estejam se processando de modo condensado na formação social brasileira, se apresentando sob a forma de superexploração da força de trabalho *livre*, esses fundamentos estão inscritos e registrados na unidade do desenvolvimento capitalista. Assim, tem-se um mundo moderno que explora a força de trabalho livre, mas revertendo e desenvolvendo parte dessa exploração em conteúdo regressivo, o escravismo moderno. Quando se toma esse conteúdo em movimento, em processo de desenvolvimento, ele passa a se apresentar nos aspectos e traços que singularizam o tecido urbano e as formas de socialização presentes no país em condição de dependência.

Ao observarmos a racionalidade com a qual operou o processo que deu trânsito para a economia de bases nacionais, e nos centrarmos na permanência e intensificação funcional do regime de trabalho escravo e na manutenção também funcional da economia de subsistência, formando e constituindo o que passou a ser denominado processo de “acumulação primitiva interna”, observa-se um impulso para o nascimento de um tipo singular de configuração urbano-industrial que, em seu desenvolvimento, culminaria na caótica e doentia megalópole, expressão singular do desenvolvimento capitalista em países dependentes (FREITAG, 2002). Ao analisarmos alguns aspectos da vida cidadina presentes nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e, em menor medida, Brasília, cidades que possuem um contingente populacional significativamente maior do que aquele observado na maior parte das grandes cidades dos países centrais, mas que, devido aos limites da industrialização periférica, oferecem um número expressivamente menor de oportunidades de trabalho, tem-se um ambiente urbano-industrial que carrega consigo promessas gerais da vida cidadina, mas as condensa e desenvolve ampliando ilusões gerais do mundo moderno.

É também desse ponto de vista que, finalmente, pode-se falar numa racionalidade (contraditória, é verdade) inerente a essa forma de organização da sociedade. Ela necessita, conforme já argumentado por Marx, da sua reprodução contínua – esse seria o conteúdo racional – ainda que, simultaneamente, esteja reproduzindo e aprofundando desigualdades as quais, de certa maneira, englobam certa irracionalidade. Além disso, é também desse ponto de vista que se pode qualificar esse tipo peculiar e restrito de racionalidade como funcional. De um lado, ela abastece as funções da economia e da sociedade capitalista, em sentido geral, considerando que a metrópole ou os países centrais se alimentam da condição de dependência na periferia, a qual contribui para o incremento do mais-valor. De outro, o desenvolvimento capitalista em países dependentes tem apresentado aspectos e características que reforçam as dúvidas acerca das possibilidades emancipatórias do desenvolvimento humano-social baseado na acumulação capitalista.

Por fim, entende-se que a agenda de pesquisa posta como consequência da reflexão aqui sistematizada deve trazer esse debate para o contexto contemporâneo, no intuito de investigar criticamente os desdobramentos dessa substância (ou desse conteúdo) diante das mudanças que, na sua debilidade, continuam sustentando a lógica da dependência. Os aspectos destacados ao longo desta dissertação, notadamente as formas de opressão racial e de exploração da força de trabalho, ainda se fazem vigentes, e a perspectiva das ciências

sociais, precisa voltar seu olhar crítico à análise dessas contradições, num esforço de estímulo às correntes contra-hegemônicas da teoria social no Brasil.

Referências bibliográficas

- ABREU, M. P.; LAGO, L. A. C. “A economia brasileira no império, 1822-1889”. In: ABREU, M. P. *A ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2014.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- ALGRANTI, L. M. Os ofícios urbanos e os escravos ao ganho no Rio de Janeiro colonial (1808-1822). In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Edusp, 2002.
- AMARAL, M. S. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia da FEA-USP, 2012.
- AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Org.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ANDERSON, P. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. Porto: Afrontamento, 1982.
- ARAÚJO, V. L. A macroeconomia do governo Médici (1969 – 1974): uma contribuição ao debate sobre as causas do “milagre” econômico. In: ARAÚJO, V. L.; MATOS, F. A. M. (Org.). *A economia brasileira de Getúlio à Dilma: novas interpretações*. São Paulo: Hucitec, 2021.
- ARRUDA, F. A. *Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1989-1930*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BAGU, S. *Economía de la sociedad colonial*. Buenos Aires: El Ateneo, 1949.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2019.
- BARATA-MOURA, J. *Algumas teses provisórias sobre o pensar filosófico*. Revista Portuguesa de filosofia, p. 159-171, 1982.
- BASTOS, C. P.; COSTA, P. V. O período JK e o Plano de Metas. In: ARAÚJO, V. L.; MATOS, F. A. M. (Org.). *A economia brasileira de Getúlio à Dilma: novas interpretações*. São Paulo: Hucitec, 2021.
- BONENTE, B. I. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da ESC-UFF, 2011.
- BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRANDÃO, O. “Agrarismo e industrialismo”. In: PERICÁS, L. B. *Caminhos da revolução brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CANABRAVA, A. P. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Unesp, 2005.
- CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1964.

CAPUTO, O.; PIZARRO, R. *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales*. Santiago de Chile: CESO, 1971.

CARCANHOLO, R. *La transferencia de valor y el desarrollo del capitalismo em Costa Rica*. Tese de Doutorado. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Economía, 1981.

_____. *Crítica à ideia do valor fugaz: a propósito do valor da força de trabalho*. Revista Raízes, Campina Grande, n.6, p. 19-32, mar. 1988.

_____. *Marx, Ricardo e Smith: sobre a teoria do valor trabalho*. Vitória: EDUFES, 2013b.

_____. *Capital: essência e aparência. Livro I*. São Paulo: Expressão popular, 2011.

_____. *Capital: essência e aparência. Livro II*. São Paulo: Expressão popular, 2017.

CARCANHOLO, M. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: FILHO, N. A. *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.

CARCANHOLO, M. D.; AMARAL, M. S. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. Revista de Economia, v. 34, n. especial, p. 163 – 181, 2008.

CARDOSO, C. F. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

CARDOSO, F. H. *As ideias e o seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

_____. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *A soma e o resto: um olhar sobre a vida aos 80 anos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, C. N. *Cultura e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DA COSTA, E. V. *Da monarquia à república*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

DA SILVA, F. C. T. “Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-colônia”. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Edusp, 2002.

DELFIN NETTO, A. “Meio século de economia brasileira: desenvolvimento e restrição externa”. In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. (Org.). *Economia brasileira contemporânea (1945–2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *Do feudalismo ao capitalismo*. Lisboa: Don Quixote, 1971.

DOS SANTOS, T. *Dependencia y cambio social*. Santiago de Chile: Cuadernos de estudios socioeconômico (CESO), 1970.

- _____. *Contradicciones del imperialismo contemporáneo*. Caracas: La Enseñanza Viva, 1973.
- _____. *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da “Nova República”*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1995.
- _____. *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2020.
- DUARTE, N. *A ordem privada e a organização político nacional*. São Paulo: Nacional, 1939.
- FERLINI, V. L. A. “Pobres do açúcar: estrutura produtiva e relações de poder no nordeste colonial”. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Edusp, 2002.
- FERNANDES, F. *Elementos de sociologia teórica*. São Paulo: Nacional, 1970.
- _____. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 1. São Paulo: Ática, 1978.
- _____. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.
- _____. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp, 1997.
- FREITAG, B. *Cidade dos homens*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2002.
- FURTADO, C. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HEGEL, G. W. F. *A razão na história*. São Paulo: Moraes, 1990.
- HELLER, A. *O homem do Renascimento*. Lisboa: Presença, 1982.
- HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBBSBAWM, E. *Sobre a história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- IANNI, O. *O ciclo da revolução burguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- _____. *Sociologia da sociologia*. São Paulo: Ática, 1989.
- KATZ, C. *A teoria da dependência: 50 anos depois*. São Paulo: Expressão popular, 2020.
- KAYSEL, A. *Dois encontros entre o marxismo e o Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2012.
- KOFLER, L. *História e dialética: Estudos sobre a metodologia da dialética marxista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- KONDER, L. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. *A questão da ideologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

- LEROY-BEAULIEU, P. *De la colonisation chez les peuples modernes*. Paris: Guillaumin et cie, 1902.
- LISBOA, A. A. C. *O problema do “atraso” econômico e social da visão de Caio Prado Júnior*. UnB, 2018. Mimeo. 11pp.
- LOTIERZO, T. *Contornos do (in)visível: racismo e estética na pintura brasileira (1850 - 1940)*. São Paulo: Edusp, 2017.
- LUCE, M. S. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital*. Porto Alegre: PPGH – UFRGS, 2011. Tese de Doutorado.
- _____. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias-uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria de particularidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.
- _____. *Para uma ontologia do ser social*. Livro II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Para uma ontologia do ser social*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2018a.
- _____. *O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2018b.
- _____. *A destruição da razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- LYOTARD, JF. “A condição pós-moderna”. *Sociologia da Educação: Teorias e métodos*, v. 1, p. 362, 2000.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, P. (Org). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2011.
- MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Org.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis: Insular, 2017.
- MARQUES, R. M.; NAKATANI, P. *O que é capital fictício e sua crise*. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- MARQUES, R. M. et al. *Pandemias, crises e capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- MARQUES, R. M.; FERREIRA, M. R. J. *O Brasil sob a nova ordem*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MARQUESE, R. B. “Capitalismo e escravidão e a historiografia sobre a escravidão negra nas Américas”. (prefácio) In: WILLIAMS, E. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MARTIGNETTI, G. “Propriedade” In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Vol. II. Brasília: UnB, 2010.
- MARX, K. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*, Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- _____. *O Capital: crítica da economia política*, Livro II. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*, Livro III. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- MAZZEO, A. C. *O voo de minerva: a construção da política, do igualitarismo e da democracia no ocidente antigo*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. *Estado e Burguesia no Brasil*. Origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo, 2015.
- _____. *Os portões do Éden: igualitarismo, política e Estado nas origens do pensamento moderno*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOURA, C. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2013.
- MOURA, J. F. *Dicionário de filosofia*. Buenos Aires: Sudamericana, 2001.
- NABUCO, J. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- NAKATANI, P.; MARQUES, R. M. *O capitalismo em crise*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- NOVAIS, F. A. “Entrevista”. In: PRADO JR. C. *Formação do Brasil Contemporâneo Colônia*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora 34, 2019.
- NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Org.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – um estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Org.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. Fundamentos da superexploração. In: FILHO, N. A. *Desenvolvimento dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.
- PINASSI, M. O. *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- PINTO, A. V. *A sociologia dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- PRADO JR. C. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- _____. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- _____. *A revolução brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo Colônia*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2015.

- PRADO, E. F. S. *Das explicações para a quase estagnação da economia capitalista no Brasil*. Revista de Economia Política, vol. 37, nº 3 (148), pp. 478-503, julho-setembro/2017.
- RANGEL, I. *A inflação brasileira*. São Paulo: Bial, 1986.
- _____. “Dualidade básica da economia brasileira”. In: *Obras Reunidas*. Vol. I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- RAPOSO, B. F. *Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado*. Uberlândia, PPGE – UFU, 2018. Dissertação de Mestrado.
- REIS, J. J. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RICUPERO, R. *A formação da elite colonial no Brasil (de 1530 a 1630)*. São Paulo: Almedina Brasil, 2020.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2016.
- ROCHA, G. *Revolução do cinema novo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- ROUANET, S. P. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RUBIN, I. I. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- SAES, D. *A formação do Estado burguês no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1982.
- SANTOS, R. M. *O rascunho da nação: Formação, auge e ruptura da economia colonial*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia - Unicamp, 1985.
- SARTRE, J. P. *O existencialismo é um humanismo*. (coleção os pensadores) São Paulo: Nova cultural, 1987.
- SERRANO, F. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. In: FIORI, J. L. (Org.) *O poder americano*. São Paulo: Vozes, 2004.
- SOUZA, N. A. *Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula*. São Paulo: Atlas, 2008.
- SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- SIMONSEN, R. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- SODRÉ, N. W. *As razões da Independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- _____. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- _____. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOUZA, N. A. *Crisis y lucha de clases em Brasil – 1974/199*. Tese de Doutorado. Cidade do México: UNAM – Facultad Nacional de Economía, 1980.
- _____. Teoria marxista das crises, padrão de reprodução e “ciclo longo”. In: FILHO, N. A. *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.
- SPOSITO, E. S.; SANTOS, L. B. *O capitalismo industrial: as multinacionais brasileiras*. São Paulo: Outras palavras, 2012.

- SUZIGAN, W.; SZMRECSÁNYI, T. Os investimentos estrangeiros no início da industrialização no Brasil. In: SILVA, S. S.; SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *História econômica da primeira república*. São Paulo: Edusp, 2002.
- TAUNAY, C. A. *Manual do agricultor brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- TAVOLARO, S. B. F. *Retratos não-modelares da modernidade: hegemonia e contra-hegemonia no pensamento brasileiro*. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 17, p. 1115 - 1141, 2017.
- TORRES, A. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.
- VALENCIA, A. S. *Subimperialismo e dependência na América latina*. São Paulo: Expressão popular, 2019.
- VERSIANI, F. R.; NOUGUEIRÓL, L. P. F. *Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX*. Brasília: UnB, 2015.
- VIANNA, O. *Populações meridionais no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1952.
- WAIZBORT, L. “Roberto Schwarz: entre a forma literária e processo social”. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*. Vol. 1. Brasília: UnB, 2015.
- WERNECK-VIANNA, L. “Raymundo Faoro e a difícil busca do moderno no país da modernização”. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- WILLIAMS, E. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.